

desafios

ipea

Exemplar de Assinante

do desenvolvimento



Tão perto da meta e tão longe das soluções

Às vésperas de alcançar por antecipação a meta de acesso à água programada para 2015, o país ainda pode levar três décadas para resolver o atendimento de redes de esgoto

REIS VELLOSO

"O Brasil precisa deixar de ser o país das oportunidades perdidas"

FEDERALISMO

Ciclo de crescimento reacende debate sobre divisão da arrecadação

MELHORES PRÁTICAS

Microcrédito cria legião de microempreendedores no Nordeste brasileiro

Carta ao leitor

Tema de destaque na ordem do dia do país, a política fiscal ganha duas reportagens nesta edição. A primeira traz novos estudos sobre a carga tributária, que se contrapõem à visão dominante de que o governo tributa muito, gasta muito e gasta mal, e com isso prejudica o investimento privado e atrapalha o crescimento. Vários especialistas apresentam sua opinião e oferecem ao leitor uma rica discussão.

A outra reportagem no tema fiscal aborda o viés do federalismo. O advento de um ciclo mais vigoroso de crescimento econômico reacendeu o debate em torno da divisão do bolo da arrecadação entre os entes da federação. Além de discutir sobre o tamanho da fatia que cabe à União, aos estados e aos municípios, o país se debruça sobre a racionalidade e a qualidade da distribuição de uma receita que vem crescendo a cada ano.

A entrevista deste mês é com o ex-ministro do Planejamento que mais tempo ocupou o cargo no país, o economista João Paulo dos Reis Velloso, fundador do Ipea e atual membro do seu novo Conselho de Orientação, que mostra o quanto permanece atuante nas discussões sobre os rumos da economia brasileira e apresenta suas opiniões sobre questões econômicas e sociais.

Outra reportagem é sobre a questão do saneamento, também de grande atualidade nos debates nacionais. O Brasil está às vésperas de alcançar por antecipação a meta de acesso à água em áreas urbanas estabelecida para 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU), mas ainda enfrenta enormes desafios, como um grande número de residências sem esgoto tratado, além das desigualdades regionais e até mesmo raciais.

E a questão demográfica, cujas principais novidades são a elevação da idade da população e o novo formato das famílias brasileiras, é abordada de forma concreta ao revelar detalhes de uma pesquisa que deverá ser concluída até o final deste ano com o primeiro retrato nacional das instituições de longa permanência para idosos. É assim que o país se prepara para planejar ações adequadas à nova realidade. A pesquisa é uma parceria do Ipea com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República e o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI).

A reportagem dedicada ao tema Melhores Práticas traz mais um exemplo bem-sucedido de iniciativa destinada a gerar renda e promover a inclusão econômico-social, o Crediamigo, programa de microcrédito do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que faz dez anos e está perto de transformar 1 milhão de brasileiros em microempreendedores.

Além disso, esta edição traz as costumeiras seções de informações e excelentes páginas opinativas com artigos de autoridades nos respectivos assuntos.

Boa leitura.

Jorge Abrahão de Castro, diretor-geral da revista Desafios do Desenvolvimento

Governo Federal
Ministro Extraordinário de Assuntos Estratégicos
Roberto Mangabeira Unger
Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência
da República

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

PRESIDENTE Marcio Pochmann

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

desafios
www.desafios.ipea.gov.br **do desenvolvimento**

DIRETOR-GERAL Jorge Abrahão de Castro
ASSESSOR-CHEFE DE COMUNICAÇÃO Estanislau Maria
COORDENADORA ADMINISTRATIVA Dóris Magda Tavares Guerra
CONSELHO EDITORIAL André Gambier Campos, Dóris
Magda Tavares Guerra, Estanislau Maria, Jorge Abrahão
de Castro, Jorge Luiz de Souza, José Aparecido
Carlos Ribeiro, Marina Nery e Roberto Müller Filho

Redação

EDITOR-CHEFE Roberto Müller Filho
EDITOR-EXECUTIVO Jorge Luiz de Souza
BRASÍLIA Edla Lula e Ricardo Wegrzynowski
RIO DE JANEIRO Yolanda Stein
SÃO PAULO Claudia Izique e Manoel Schindwein
EDITORA DE ARTE Débora de Bem
ASSISTENTE DE ARTE Cleber Estevam
JORNALISTA RESPONSÁVEL Roberto Müller Filho

Colaboradores

TEXTO Adriana Thomasi
FOTOGRAFIA Guito Moreto
ILUSTRAÇÃO Erika Onodera
REVISÃO Mauro de Barros
FOTO DA CAPA Paulo Whitaker/Reuters

Cartas para a redação

SBS Quadra 01, Edifício BNDES, sala 1515
CEP 70076-900 - Brasília, DF
desafios@ipea.gov.br

Assinaturas

assinaturadesafios@ipea.gov.br
(061) 3315-5251

Impressão

Cromos – Editora e Indústria Gráfica Ltda.

AS OPINIÕES EMITIDAS NESTA PUBLICAÇÃO SÃO DE EXCLUSIVA E DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES, NÃO EXPRIMINDO, NECESSARIAMENTE, O PONTO DE VISTA DO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA).

É NECESSÁRIA A AUTORIZAÇÃO DOS EDITORES PARA A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTEÚDO DA REVISTA.

DESAFIOS (ISSN 1806-9363) É UMA PUBLICAÇÃO MENSAL DO IPEA, PRODUZIDA PELA SEGMENTO RM EDITORES LTDA.

 segmento

SEGMENTO RM EDITORES LTDA.
RUA CUNHA GAGO, 412 - 4º ANDAR - CJ. 43 - PINHEIROS - SÃO PAULO - SP
CEP 05421-0011 - TEL. (11) 3094-8400

Cartas ou mensagens eletrônicas devem ser enviadas para: desafios@ipea.gov.br
Diretoria de redação: SBS Quadra 01, Edifício BNDES, sala 1515 - CEP 70076-900 - Brasília, DF
Visite nosso endereço na internet: www.desafios.ipea.gov.br

desafios

do desenvolvimento

Sumário

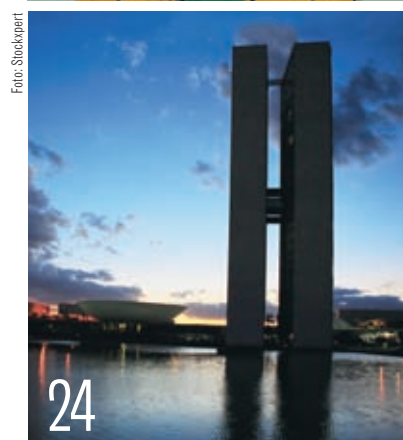
- 8 Entrevista** João Paulo dos Reis Velloso
"O Brasil precisa deixar de ser o país das oportunidades perdidas"
- 16 Política fiscal** Novo rumo no conflito entre tributação e crescimento
Estudos sobre carga tributária contrapõem visão de que o governo tributa muito
- 24 Federalismo** Um novo pacto em meio à reforma tributária
Ciclo de crescimento econômico reacende debate sobre divisão da arrecadação
- 30 Saneamento** Tão perto e tão longe das soluções
País pode alcançar em dois anos a meta de 2015, mas persistem enormes desafios
- 38 Demografia** Pensando no futuro dos idosos
Pesquisa coloca o país em condição de acompanhar elevação da idade da população
- 46 Desigualdade** Quando chegaremos lá?
Estudo aponta quando o Brasil atingirá padrão de distribuição de renda exemplar
- 53 Melhores práticas** Uma legião de microempreendedores no Nordeste
Crediamigo usa aval dos próprios tomadores em operações de pequeno porte

Seções

- 6 Giro
- 60 Circuito
- 62 Estante
- 64 Indicadores
- 66 Cartas

Artigos

- 15 **Pedro Demo**
Alfabetizar em três anos
- 23 **Ronaldo Coutinho Garcia**
Despesas correntes da União
- 37 **Ricardo L. C. Amorim e Alexandre de F. Barbosa**
Os falsos cosmopolitas
- 59 **André Gambier**
Previdência social: idéias fora de lugar



Biodiesel

Disseminação entre pequenas propriedades

A ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil, anunciou a disposição do governo de patrocinar um projeto de disseminação da produção de biodiesel em pequenas propriedades rurais no Nordeste. O projeto começa pelo Ceará, onde serão instaladas 20 usinas esmagadoras de grãos, orçadas em R\$ 12 milhões. Se os resultados forem positivos, novas unidades serão instaladas nos demais estados da região. Cada usina será abastecida com a produção de 2 mil a 3 mil famílias e o óleo será comprado pela Petrobras.

E-mails

Aprovada multa para spam

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou projeto de lei que proíbe o envio de *spam* não solicitados. O texto, que abrange qualquer tipo de mensagem, define multa de R\$ 1 mil para aqueles que enviarem esses e-mails sem a autorização do destinatário. O projeto ainda precisa ser aprovado pela Comissão de Educação antes de seguir para análise da Câmara dos Deputados

Ambiente

O preço do desenvolvimento

Até 2030, o Brasil, China, Índia e Rússia – grupo de países conhecido pela sigla Bric – vão emitir anualmente mais dióxido de carbono (CO₂) do que todos os países ricos juntos, segundo projeção da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A contribuição da China, de acordo com a estimativa, seria de 50% no crescimento das emissões desse bloco. A OCDE prevê um aumento de 72% no consumo de energia nos Brics nos próximos 25 anos, ante uma alta de 29% nos países ricos. A OCDE alerta que, se forem impostos limites às emissões dos países emergentes, o planeta poderá chegar a 2050 com as mesmas taxas de CO₂ registradas em 2000. O estudo da OCDE reforça a posição dos países ricos – que têm que cumprir metas de reduções de emissões no âmbito do Protocolo de Kyoto – de estender o compromisso também para as nações em desenvolvimento.



Foto: Shutterstock



Foto: Sxchu

Ecologia

Mais renda para as comunidades tradicionais

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (Seap) vão destinar R\$ 5 milhões a projetos que contribuam com alternativas econômicas, sociais e ambientais para a geração de renda em comunidades tradicionais, povos indígenas, pescadores artesanais,

aqüicultores familiares e assentados dos programas de reforma agrária. O objetivo é melhorar a inserção no mercado dos produtos de comunidades rurais ou da periferia dos centros urbanos e gerar renda utilizando tecnologias de base ecológica apropriadas para a agricultura e a aqüicultura familiares. Do total dos recursos, 30% irão para as regiões Norte,

Nordeste e Centro-Oeste. Os projetos devem contemplar pelo menos uma de dez linhas temáticas do edital, entre as quais estão desenvolvimento de produtos e subprodutos com fins terapêuticos, cosméticos, ornamentais e manejo, a produção ecológica de animais de grande, médio e pequeno portes e técnicas não-convencionais para controle de pragas e doenças.

Competitividade

A ciência vai à empresa

Três protocolos de intenção para a promoção de projetos de inovação e tecnologias sociais no meio empresarial, cujo objetivo é aproximar a ciência brasileira do setor industrial, foram assinados em março entre o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Prevêem a realização de programas voltados para o aumento da competitividade e o desenvolvimento econômico, social e empresarial, no âmbito do Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratec), além de projetos que estimulem as atividades de pesquisa, desenvolvimento, inovação e capacitação de recursos humanos para empresas de pequeno e médio porte. Serão oferecidos 130 cursos para capacitar 3,9 mil empresários.

Rastreamento

Conservação e repovoação de peixes-boi

Uma equipe de pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e da Associação Amigos do Peixe-boi devolveu às águas do rio Cuieiras dois peixes-boi machos subadultos com cerca de 180 quilos cada. Os dois animais, que ganharam os nomes Xibó e Puru, estavam no Inpa desde 1999 e 1995, respectivamente, onde chegaram ainda filhotes. Passaram por uma bateria de exames, que envolveu o monitoramento da frequência respiratória e exames clínicos para saber se estavam em condições de serem

Vocações

Em busca de jovens cientistas

Um grupo de físicos paulistas arquitetou um projeto didático ambicioso com o objetivo de levar às 24.131 escolas públicas e privadas de ensino médio do Brasil os principais conceitos da estrutura elementar da matéria. O grupo quer distribuir 50 mil cartazes, dois para cada instituição de ensino, com informações básicas sobre os elementos constituintes da matéria e as interações que regem o mundo subatômico. Junto com os car-

tazes, serão enviados 25 mil folhetos explicativos para uso dos professores. A intenção é aguçar a curiosidade dos jovens e

despertar vocações para o estudo das ciências físicas. O projeto, batizado com o nome de *Estrutura Elementar da Matéria: Um Cartaz em Cada Escola* é uma iniciativa do Centro Regional de Análise de São Paulo (Sprace), em parceria com docentes e pesquisadores da Universidade Estadual Paulista



Foto: Stockopert

(Unesp) e da Universidade de São Paulo (USP), com apoio financeiro da Universidade Federal do ABC (UFABC) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Os Estados Unidos, França e Canadá também contam com iniciativas semelhantes.

Saúde

Cresce a obesidade infantil

O índice de obesidade infantil dos brasileiros aproxima-se dos níveis registrados nos Estados Unidos, onde 15% dos adolescentes são considerados obesos. Pesquisa da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) revelou que três em cada dez

jovens entre 10 e 19 anos estão acima do peso. Embora as estatísticas dos dois países sigam metodologias distintas, os pesquisadores da UERJ acreditam que os números tendem a se igualar. A pesquisa foi realizada numa escola da Zona Norte

do Rio. A prevalência de sobrepeso foi de 15,6%, sem diferenças significativas entre os sexos, e a de obesidade foi de 11,7%, sobretudo entre os jovens do sexo masculino. A pesquisa utilizou o Índice de Massa Corporal (IMC).

Foto: Sxchu

ximos anos. Os animais terão um transmissor adaptado à cauda, com uma bateria com duração de cerca de dois anos. Por meio de uma antena portátil, um receptor e um GPS, os pesquisadores receberão os sinais com a posição de cada um deles. O projeto conta com recursos da Petrobras, da empresa O Boticário e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), além do apoio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama).





João Paulo dos Reis Velloso

Chega de ficar perdendo oportunidades

Por **Jorge Luiz de Souza**,
do Rio de Janeiro

“**O** Brasil precisa deixar de ser o país das oportunidades perdidas. Nos anos 1980, perdemos a oportunidade de voltar a crescer. Houve uma desconstrução do alto crescimento. Perdemos o *know-how* de crescer rapidamente. O que precisamos é de recuperar a visão estratégica do planejamento, voltar a ter margem de manobra na gestão do Estado e superar certos obstáculos como os juros e o câmbio. Mas temos que atuar com cuidado porque, tecnicamente, é difícil. Se não fosse difícil, já teria sido feito”

Desafios – Qual é a sua visão atual do desenvolvimento brasileiro?

Velloso – O Brasil teve uma geração de brasileiros que não viu o país crescer em termos de renda *per capita*. Ao analisar o que aconteceu nos últimos 25 anos, só nos últimos três nós começamos a apresentar taxas razoáveis de crescimento, principalmente em 2007. Digo razoáveis porque o Brasil já foi país de alto crescimento, como são hoje a China e a Índia. Houve uma desconstrução do alto crescimento. Perdemos o *know-how* de crescer rapidamente. Hoje, 5% é razoável, mas em 1977 ou 1978, quando tivemos que desacelerar a economia por causa da crise do petróleo, o crescimento estava em 5%, por coincidência, e a Fundação Getulio Vargas

(FGV) falou: “O Brasil está em recessão de crescimento”. Naquela época, 5% era recessão de crescimento e hoje a gente acha uma maravilha. Já é bem melhor do que os vãos de galinha que tivemos até os anos 1990.

Desafios – Houve uma retomada de 1979 a 1980. Foi uma descontinuidade?

Velloso – Foi, no sentido de que era para ter continuado a desaceleração. Se tivesse havido medo do abismo, mas perdeu-se o medo do abismo, e isto é perigoso. Crescemos demais no momento em que aconteceram a segunda crise do petróleo e a crise da taxa de juros. A consequência foi que o Brasil em 1982 foi arrastado para a crise da dívida externa. Talvez não precisasse ter acontecido. E a partir daí veio a

desconstrução. Foi a destruição de instituições, a destruição de setores – o setor naval, por exemplo, acabou, e mesmo o setor de bens de capital. Houve também a destruição de organismos. Acabaram com a Carteira de Comércio Exterior (Cacex), e depois levaram 15 anos para montar uma secretaria que substituísse a Cacex, que tinha mais flexibilidade, porque era uma carteira do Banco do Brasil. Extinguiu-se o Banco Nacional da Habitação (BNH)...

Desafios – E agora, o que deve ser feito?

Velloso – O primeiro ponto é sobre as oportunidades perdidas. O Brasil precisa deixar de ser o país das oportunidades perdidas. Porque, em meados dos anos 1980, perdemos a oportuni-

Uma vida dedicada ao planejamento

Fundador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 1964, e seu primeiro presidente, o economista João Paulo dos Reis Velloso foi o ministro do Planejamento do Brasil que mais tempo permaneceu no cargo (de 1969 a 1979, durante os governos de Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel).

Na sua primeira fase como ministro, conviveu com o “milagre brasileiro”, e, na segunda, administrou a desaceleração da economia provocada pela crise do petróleo do final de 1973. Foi o quarto ministro a ocupar esse posto, depois de Celso Furtado (1962/1964), Roberto Campos (1964/1967) e Hélio Beltrão (1967/1969). Depois dele, já são 18 a ocupar a cadeira.

Reis Velloso nasceu em Parnaíba, Estado do Piauí, em 1931, formou-se em Economia pela antiga Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e concluiu em 1964 mestrado pela Yale University, nos Estados Unidos.

Criou em 1988 o Fórum Nacional, associação de cerca de cem economistas, sociólogos e cientistas políticos, com a finalidade de oferecer propostas para a modernização da sociedade brasileira. A 20ª edição do Fórum Nacional será nos dias 26 a 30 de maio deste ano, no Rio de Janeiro. Além de sua edição anual, com frequência são realizados fóruns especiais com temas específicos. Em 1991, o ex-ministro criou o Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae), que passou a organizar os fóruns.

Além de coordenador-geral do Fórum Nacional e superintendente-geral do Inae, o ex-ministro é presidente do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmecc), uma associação civil sem fins lucrativos, voltada a estudos e pesquisas sobre o mercado de capitais — não confundir com a Ibmecc Educacional, que é uma empresa privada voltada para a área de ensino.

É autor ou organizador de cerca de 70 livros publicados sobre a economia brasileira, a maior parte resultante das discussões promovidas nos fóruns que promove. Também é membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), criado em 2003 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que reúne uma centena de personalidades em torno dos debates sobre temas econômicos e sociais. E, a partir deste ano, torna-se também membro do novo Conselho de Orientação do Ipea.



“Uma geração de brasileiros não viu o país crescer em termos de renda per capita; olhando para o que aconteceu nos últimos 25 anos, só os últimos três apresentam crescimento razoável, principalmente em 2007”

dade de voltar a crescer, uma vez que já estávamos com grandes superávits comerciais, de US\$ 12 bilhões a US\$ 13 bilhões, como resultado dos programas do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Em termos de balanço de pagamentos, a crise da dívida não existia mais para o Brasil, e tínhamos um superávit suficiente para servir a dívida, se quiséssemos pagar os juros e rolar o principal. Mas não sabemos entender isso e perdemos a oportunidade de crescer. A estratégia de desenvolvimento do I PND da Nova República, como passou a se chamar a partir de 1985, era um conjunto vazio. Cadê a estratégia de desenvolvimento? Não havia. Não existia. A perda de *know-how* do crescimento significou, principalmente, que se perdeu a visão estratégica, a visão dinâmica. Va-

mos desenvolver vantagens comparativas em novos setores, tal como se fez no II PND? Era óbvio que o Brasil tinha um potencial muito grande em setores como aqueles que no período foram desenvolvidos – siderurgia, petroquímicos, papel e celulose, alumina e alumínio, os chamados insumos industriais básicos.

Desafios – Sua história pessoal está ligada aos grandes planos...

Velloso – Fiz o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), de 1967 a 1969, e, antes, a revisão do Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg) – a primeira versão foi do ex-ministro Mário Henrique Simonsen e a versão definitiva foi nossa, no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). E depois, no Ministério do Planeja-

mento, como secretário-geral, fez a coordenação do PED. Ao final de 1969, assumi o ministério e fiz o I PND e o II PND. Com o II PND, passamos a dominar o paradigma industrial da época, que eram metalurgia e indústrias mecânicas. Em 1983 e 1984, quando houve aqueles enormes superávits na balança comercial, o Brasil dominava o paradigma da época. E tinha começado a emergir o novo paradigma, à base da informática. Depois vieram as tecnologias de informação e comunicação. Só que o Brasil tomou o bonde errado quando fez a Lei de Informática. Primeiro, porque não se faz política econômica por lei, uma vez que, se for preciso mudar a política econômica no ano seguinte, tem que fazer uma nova lei. Segundo, porque houve a idéia errada de reserva de mercado. Não era a tradição brasileira. Tínhamos políticas de apoio à indústria nascente, temporariamente, mas não reserva de mercado. E houve até uma, digamos, “solução lusitana” para as *joint ventures* entre empresas nacionais e estrangeiras. Pela lei, a empresa estrangeira não podia prover nem o capital da *joint venture* nem a tecnologia. Então, por que o sócio brasileiro ia ter toda a chateação de ter sociedade com um gringo qualquer se não recebia nem a tecnologia nem o capital? Então, nós continuamos a perder oportunidades.

Desafios - Faltava uma política industrial?

Velloso - Nos anos 1990, o Brasil fez uma coisa muito importante – o Plano Real. A estabilização de preços passou a ser até um valor social, mas ficamos na dúvida hamletiana: vamos ou não fazer políticas positivas de competitividade, como política industrial, política tecnológica, política ativa de comércio exterior? Nessa coisa do fazer ou não fazer, terminaram a década e o século, e o Brasil com um crescimento rastejante. Veio

então o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e as coisas começaram a mudar. Passou a haver mais atenção para o crescimento e desapareceu aquela dúvida hamletiana. Tanto que foi aprovada uma política de competitividade centrada na inovação. Só que vários dos programas previstos na época foram avançando devagarzinho. Acho que agora chegou o momento de se dar importância à criação e ao aproveitamento de oportu-

“A estabilização de preços passou a ser um valor social, mas ficamos na dúvida hamletiana de fazer ou não políticas positivas de competitividade, como política industrial, tecnológica e de comércio exterior”

Foto: Guito Moreto



tunidades. Quer dizer, chega de ficar perdendo oportunidades.

Desafios - Isso continua acontecendo?

Velloso - A propósito dessa história da queda da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), é transformar em oportunidade. Arriscou-se na idéia de manter integralmente, quando havia uma saída mais viável, que era de escalonar a redução da alíquota. E nessa coisa do tudo ou nada, deu nada. Mas a perda pode se transformar em oportunidade. As mensagens da sociedade são: queremos redução de carga tributária; e queremos o ajuste pela contenção de despesas correntes, preservando os investimentos, que já estão muito baixos no Orçamento. Hoje, praticamente o Estado investe é por meio das empresas estatais. O investimento com recursos orçamentários corresponde a 3% da despesa, quando em 1987 (se tomarmos como referência a Constituição de 1988) era de 15%.

Desafios - Foi consequência da Constituição ou do ajuste fiscal?

Velloso - O ajuste fiscal se fez por meio do aumento da carga tributária e da queda dos investimentos, com ampliação da faixa de gastos correntes. Por isso, a primeira mensagem é contenção da carga, e a segunda mensagem, dos gastos correntes, para criar espaço para mais investimentos em geração de empregos a nível local. Porque a política de crescimento não tem mais condições de dar emprego ao acréscimo da população economicamente ativa (PEA) que se apresenta no mercado e também redução do mercado informal, que no Brasil é superior a 50% da PEA.

Desafios - E a reforma tributária?

Velloso - O sistema tributário brasileiro é um dos mais irracionais do mundo. Em 1967, com a reforma tributária que criou o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Ser-

viços (ICMS), o Brasil foi vanguardista. Fez um imposto sobre valor adicionado antes da Europa. Isso é o tipo de oportunidade que podemos criar. A nova estratégia de desenvolvimento para o Brasil deve ser o que chamamos de economia criativa. O que é isso? Usar os instrumentos da economia do conhecimento – há uma série de livros sobre o tema – para desenvolver desde setores intensivos em recursos naturais até segmentos de tecnologia avançada.

“A natureza talvez tenha sido pródiga demais com o Brasil em matéria de dotação de recursos naturais; em bioenergia, temos etanol de cana-de-açúcar, muito mais produtivo e não vai competir com a alimentação”

Foto: Guito Moreto



Desafios – Começando pelo segmento de recursos naturais?

Velloso – A mais importante revista econômica do mundo, *The Economist*, disse recentemente que a natureza talvez tenha sido pródiga demais com o Brasil em matéria de dotação de recursos naturais. No setor de bioenergia, o Brasil tem que estar na vanguarda. Temos a melhor tecnologia, o melhor tipo de etanol, não o etanol de milho, como se faz nos Estados Unidos, é um etanol de cana-de-açúcar, não só muito mais produtivo, mas principalmente porque não vai competir com a alimentação. O biodesenvolvimento é um negócio muito mais amplo do que simplesmente bioenergia. Já se pode fazer até bioquímica. Existem projetos industriais apresentados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em que, em lugar de ser petroquímica, é bioquímica. E existe uma outra área nesse mesmo campo que é o aproveitamento da biodiversidade brasileira.

Desafios – É uma forma de explorar riquezas na Amazônia sem degradá-la?

Velloso – Não se pode fazer agricultura nem pecuária na Amazônia. Só se pode fazer uma coisa: aproveitar a biodiversidade para fazer biotecnologia. A riqueza da Amazônia em matéria de biodiversidade é uma coisa fantástica. Mas isso é um potencial. É preciso transformar esse potencial em produtos, por exemplo, para a indústria farmacêutica, para cosméticos, para agricultura. Tudo o mais que se tente fazer, como desenvolvimento florestal, agricultura e pecuária, destrói a floresta e gradativamente vai acabando com esse grande potencial brasileiro. Os países escandinavos começaram pelo aproveitamento dos setores intensivos em recursos naturais, mas envolveram todas as etapas da cadeia produtiva, com grande aplicação do que hoje chamamos (isto já está codificado) de economia do conhecimento. Quando se têm recursos natu-

rais, deve-se desenvolvê-los e usar também o fruto disso para transformar a economia, para passar a novas etapas. Fazer *upgrade*, para depender menos deles, porque há recursos naturais que não são renováveis. Os nossos ora são não-renováveis, como petróleo e gás, mas ora são renováveis.

Desafios – E na ponta da alta tecnologia?

Velloso – Primeiro, temos que nos preocupar com os fundamentos. A modernização da infra-estrutura, agora com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), está avançando. É um progresso porque se readquire a visão estratégica, para não ter mais apagões, como tivemos, apagões de todo tipo. Como oportunidade nos segmentos de tecnologia avançada, o Brasil é muito criativo em *software*. Mas só exportamos US\$ 500 milhões de *software* por ano, e a Índia exporta US\$ 5 bilhões. E não é criativa como o Brasil. Levaram dez anos para construir uma estratégia, e conseguiram. Temos que construir uma estratégia.

Desafios – Do mesmo tipo?

Velloso – A Dell anunciou que seu centro mundial de controle iria ser no Brasil, com *software* desenvolvido aqui. Todas as operações da Dell no mundo inteiro serão controladas a partir desse centro de controle situado no Brasil. Temos que ter uma estratégia para conceder incentivos. Tudo que diz respeito a inovação, o Brasil tem um grande número de incentivos, com linhas do BNDES, incentivos fiscais e financeiros, e até subvenção – o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) pode dar um aporte de recursos a fundo perdido, em certos casos. Uma proposta é universalizar a inovação nas empresas brasileiras. Há um estudo do Ipea de poucos anos atrás mostrando que as empresas que inovam e diferenciam produtos respondem por menos de 30% do faturamento e por 2% do número de empresas do país. A idéia é disseminar para que até pequenas empre-



Velloso – Temos que superar certos obstáculos. Por exemplo, no Orçamento, temos uma espécie de camisa-de-força. O gasto obrigatório está predeterminado, e 90% das despesas são gastos correntes obrigatórios. Quando se diz que o governo e o Congresso estão discutindo o novo Orçamento, não é bem isso. Estão discutindo 10% do Orçamento. Temos que ganhar margem de manobra, que é uma coisa que ajudava muito o Brasil nos anos 1970, 60 e 50, na época do alto crescimento. Não havia camisa-de-força no Orçamento. Podia até fazer besteira...

Desafios – Como as que provocaram a inflação?

Velloso – É, em alguns momentos, sim. Quando o Fórum Nacional foi

“A proposta é universalizar a inovação nas empresas brasileiras, disseminar para que até pequenas empresas passem a fazer inovação, para que passemos a ter pequenas empresas tecnológicas, porque hoje só existem algumas”

passem a fazer inovação, para que passemos a ter pequenas empresas tecnológicas. Existem algumas...

Desafios – Por exemplo?

Velloso – Na área de biotecnologia, que é a base da biodiversidade, há a Extracta Moléculas Naturais S.A., criada pelo cientista Antonio Paes de Carvalho, professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O que a Extracta vende? Moléculas. Tem um banco de moléculas. Quando recebe um pedido nacional ou estrangeiro de uma nova molécula, com tais e tais características, verifica no banco de moléculas. Se não tiver aquele tipo de molécula, ela vai pesquisar na Mata Atlântica, na Amazônia. Um trabalho altamente inovador. E é uma pequena empresa, nascida dentro da UFRJ, na incubadora de empresas. Precisamos de uma estratégia para a tecnologia baseada na biodiversidade brasileira.

Desafios – O desenvolvimento brasileiro já saiu da hesitação e encontrou um caminho?

Velloso – Sim, exatamente. Mas existem duas coisas. Primeiro, turbulências internacionais. Temos que estar atentos a isso, porque não existe essa história de dizer que estamos blindados. Fomos muito beneficiados por quase uma década de grande crescimento mundial. Com isso, chegamos a superávits gigantescos na balança comercial, de mais de US\$ 40 bilhões, que já estão diminuindo, porque resultaram dos preços das *commodities*, que estavam elevadíssimos, devido à demanda da China, da Índia e de outros emergentes. Como o Brasil é um fornecedor de *commodities* agrícolas e industriais, nós nos beneficiamos muito, e com isso reduzimos muito a dívida externa, acumulamos reservas, e estamos com bons fundamentos em geral.

Desafios – Além de deixar de perder oportunidades, o que mais é preciso agora?

criado, em 1988, o Brasil estava com uma taxa de inflação de 80% ao mês, uma hiperinflação indexada, muito em consequência da indexação generalizada. Não foi igual à hiperinflação alemã de 1922, porque a de lá não era indexada, e a daqui era. Foi este, digamos, o milagre do Plano Real. Tirou de repente a indexação e a inflação... puff! Acabou! Mas o Brasil boboeu e, como diz o Delfim Netto, que é um gozador, “o Brasil quebrou em 1998, educadamente”.

Desafios – Hoje a inflação é um obstáculo superado? E quais são os outros?

Velloso – O problema do câmbio. Temos um câmbio flutuante que flutua para baixo. A flutuação não pode ser excessiva, nem para cima, nem para baixo, senão perde o sentido. Daí a importância de se conter a absorção de recursos representados pelas despesas públicas, porque a demanda do setor público é para produtos não-



comercializáveis em geral. Então, com isso se abre espaço para aumentar a despesa do setor privado e do consumo em geral, que é para os tais *tradeables* (produtos comercializáveis). Com isso se pode melhorar a situação do câmbio. É um negócio complicado tecnicamente porque estávamos com enorme superávit na balança comercial e também na conta de capitais. Quer dizer, os dois trazem fluxo de moeda estrangeira. É muito complicado lidar com isso tecnicamente. A não ser que se recorra a limitações para a entrada de capitais *hot money* (de curto prazo). O Brasil teve um enorme investimento externo no ano de 2007, mas em consequência das turbulências internacionais há a saída de capitais de curso prazo aplicados na Bolsa e em fundos de renda fixa.

Desafios – Na política econômica, o senhor corrigiria, além do câmbio, também os juros?

Velloso – É. Mas temos que atuar com cuidado porque, tecnicamente, é difícil. Se não fosse difícil, já teria sido feito. Temos que procurar o caminho indireto. No caso do câmbio, vamos diminuir o gasto público. Porque aí ajuda a resolver o problema do câmbio que flutua para baixo. E a taxa básica de juros, a Selic, foi caindo deva-

“O sistema político brasileiro não é muito favorável ao desenvolvimento. Temos uma estrutura de partidos muito complicada. Precisamos no caso brasileiro ter uma sociedade de massas ativa e moderna, para que haja uma espécie de monitoração dos poderes públicos”

garzinho, mas ainda temos taxas reais entre as mais altas do mundo. Isso também é uma espécie de camisa-de-força para o setor privado, porque ele tem que ter uma rentabilidade muito alta no seu negócio.

Desafios – Não é somente por falta de decisão política que não se faz isso?

Velloso – É porque se tem que encontrar o caminho certo, que não é um caminho fácil. Há também obstáculos políticos. É que o sistema político brasileiro não é muito favorável ao desenvolvimento. Temos um sistema

de partidos muito complicado... Precisamos ter uma sociedade, no caso brasileiro uma sociedade de massas ativa e moderna, para que haja uma espécie de monitoração dos poderes públicos. Veja no Rio esse boicote ao IPTU. Isso é uma demonstração de que a sociedade está querendo dizer um basta em relação ao funcionamento dos serviços básicos da prefeitura. Outro exemplo é o da França. O presidente Nicolas Sarkozy anunciou que vai haver uma auditoria externa independente para todos os ministérios. Essas auditorias, que são feitas para empresas, devem ser realizadas também para a sociedade e para entidades empresariais. A Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), por exemplo, tem um sistema de monitorar o que acontece no Estado brasileiro – Congresso, Executivo e Judiciário – para fazer cobranças. São manifestações da sociedade. A nossa sociedade pode ser chamada de ativa, mas o que funciona bem são ONGs que cuidam de assuntos específicos. Precisamos de entidades e formas de manifestação da sociedade que se refiram ao interesse público em geral.

Desafios – E com relação à gestão do Estado?

Velloso – O governo está acordando para isso. Todos esses apagões, desde o apagão elétrico, que é o verdadeiro apagão, até o apagão aéreo, são coisas de gestão do Estado. Tudo isso vem de dez ou 15 anos. Segundo o sociólogo Hélio Jaguaribe, que sempre foi adversário do regime militar, o Brasil construiu o Estado mais moderno do Terceiro Mundo de 1940 a 1970. Inclusive eu participei, porque eu trabalhei três anos com o ex-ministro Hélio Beltrão, que era o homem da gestão do Estado, fez a reforma administrativa. E depois o Estado foi perdendo a preocupação com a sua própria gestão, e temos que voltar a fazer um grande esforço nessa área. Visão estratégica e boa gestão, é isso que evita apagões. **i**

Alfabetizar em três anos



Assim está no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), diretriz 2: “Alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico”. Propõe-se que este tempo seja o máximo possível, mas, como é típico de nossa realidade, muito provavelmente será o mínimo. E, dentro desta mentalidade, a alfabetização corre o risco de nunca mais se completar, como é hoje a condição comum nas escolas públicas. Dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) de 2003 indicavam que por volta de 20% dos alunos que estavam na 4ª série não sabiam praticamente nada (estágio muito crítico), subindo esta cifra para 30% no Nordeste.

Uma reportagem muito interessante publicada pela revista **Desafios do Desenvolvimento**, de autoria de Sérgio Garschagen (nº 36 de outubro de 2007), apresentou a comparação de 49 países em termos de repetência e evasão escolar, sacando a conclusão (com base em pesquisa de Sergei Soares) de que o uso da “progressão continuada” seria o responsável maior do êxito escolar, posição muito defendida pelo Ministério da Educação (MEC) atualmente (em especial da Secretaria do Ensino Básico) e constante da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Entendo que progressão continuada pode/deve ser defendida, sim, mas em nosso meio tornou-se “progressão automática”, fenômeno que o texto de Garschagen acaba reconhecendo, quando alega que 43% dos estudantes de São Paulo (o estado mais rico do país) concluem o ensino médio com bagagem em escrita e leitura esperada na 8ª série do ensino fundamental.

Não se deve reprovar, porque as pesquisas sugerem que este procedimento não promove a aprendizagem, além de causar estragos na autoestima do aluno. No entanto, pretendo, neste texto preliminar, questionar a prática da progressão continuada/automática entre nós, porque tende fortemente a não se correlacionar com aprendizagem, o que vem atestado irônica e sistematicamente nos dados do Saeb: os últimos resultados disponíveis (de 2005) indicavam queda forte nas cifras, em especial na 8ª série do ensino fundamental e na 3ª série do ensino médio (inclusive

para as escolas particulares e nas regiões mais desenvolvidas do país). Impressionante foi a queda astronômica registrada pelo Saeb de 1999 (por volta de 17 pontos em língua portuguesa e de 8 a 10 pontos em matemática – com exceção da 8ª série), muito provavelmente devido à introdução dos 200 dias letivos em 1997.

A nova LDB foi aprovada no fim de 1996, entrando, praticamente, em vigor em 1997. Os resultados maléficis dos 200 dias letivos apareceram, porém, claramente em 1997, sugerindo que aumentar o que é ruim (aula instrucionista) pode facilmente piorar ainda mais. Ainda que esta hipótese deva ser tomada com cautela, ocorre que a expansão quantitativa dos dias letivos não teve – em momento nenhum nos dados do Saeb – qualquer efeito positivo.

A progressão continuada, como vem sendo praticada no Brasil, faz parte de uma praga geral da política social brasileira, denunciada com vigor por Francisco de Oliveira e Cibele Saliba Rizek como “gestão”, não enfrentamento da pobreza. É uma tática esperta de ir empurrando com a barriga através de propostas residuais e compensatórias problemas cuja solução exigiria “virar a mesa”. Entendo que alfabetizar em três anos é, desde logo, impor ao aluno a condição de repente contumaz, ao repetir por três anos a mesma coisa, como regra de maneira inepta e sem chances ulteriores de alfabetização adequada. Existe aqui um problema de interpretação dos dados disponíveis, em meio a contradições flagrantes.

Por exemplo, o Ideb realiza o cálculo de seu índice não com dados provenientes das escolas, mas da Prova Brasil – feita pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), porque não aceita os dados da escola como base. Já a discussão sobre evasão e repetência quase sempre toma os dados da escola como referência, induzindo a uma inflação sonora do desempenho, sempre desmentido – não menos sonoramente – pelo Saeb, provocando um diálogo de surdos: enquanto a escola reprova cada vez menos, o Saeb garante que os alunos aprendem cada vez menos. Haja progressão!

Pedro Demo é professor da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisador aposentado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

A discussão sobre evasão e repetência quase sempre toma os dados da escola como referência, induzindo a uma inflação sonora do desempenho, sempre desmentido – não menos sonoramente – pelo Saeb, provocando um diálogo de surdos: enquanto a escola reprova cada vez menos, o Saeb garante que os alunos aprendem cada vez menos





Novo rumo no conflito entre tributação e crescimento

Estudos recentes sobre a carga tributária se contrapõem à visão dominante de que o governo tributa muito, gasta muito e gasta mal, e que o elevado peso dos impostos prejudica o investimento privado no país e atrapalha o crescimento. “Tivemos um aumento da carga, mas foi em um ambiente de crescimento, de formalização e de expansão do emprego e do lucro”, diz o secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa Filho

Por **Jorge Luiz de Souza**, de São Paulo

“Não existe nenhuma teoria ortodoxa ou heterodoxa sobre o tamanho ótimo

A política fiscal nunca esteve tanto na ordem do dia no Brasil. Ao mesmo tempo que a nação começa a discutir uma nova reforma tributária que tramita no Congresso Nacional, surgem novos estudos que trazem luz antes inexistente para a compreensão de fenômenos aparentemente contraditórios como o crescimento da carga tributária sem desestimar o investimento privado. “A sabedoria convencional dos macroeconomistas brasileiros diz que o governo tributa muito, gasta muito e gasta mal. E que a elevação da carga tributária desincentiva o investimento e, portanto, o crescimento, mas é um raciocínio simplista, que não tem base na teoria econômica nem base empírica”, diz o pesquisador Cláudio Hamilton dos Santos, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Segundo o pesquisador, “testes econômicos com as novas séries estatísticas indicam que não há relação forte entre o volume do investimento privado e o tamanho da carga tributária brasileira”. Ele acrescenta que, “além disso, não existe nenhuma teoria, seja ortodoxa ou heterodoxa, sobre o tamanho ótimo da carga tributária em uma sociedade complexa como a brasileira”. Mas não contesta que a carga tributária esteja crescendo. “Também é verdade que os impostos brasileiros são altos e não param de subir como percentagem do Produto Interno Bruto (PIB). É uma coisa pouco compreendida até mesmo por quem a estuda a fundo, porque não há grandes mudanças na legislação brasileira de impostos desde 2004”, acrescenta o pesquisador.

Para o secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa Filho, “a carga tributária nunca deve ser discutida isoladamente, e deve ser sempre vista em relação ao uso que se faz dela, qual o gasto público que ela está financiando e qual o impacto que ela tem na economia. No Brasil, tivemos um aumento da carga, mas esse aumento foi num ambiente de crescimento, de expan-

são de emprego, de lucro e de formalização. O aumento da carga não foi prejudicial ao crescimento. Na verdade, muito dele foi resultado do próprio crescimento”. Além disso, diz o secretário, “tem-se que analisar a carga tributária depois das transferências de renda que o governo faz, porque parte da receita é utilizada na forma de benefícios sociais e assistenciais para combater a pobreza e o desemprego”.

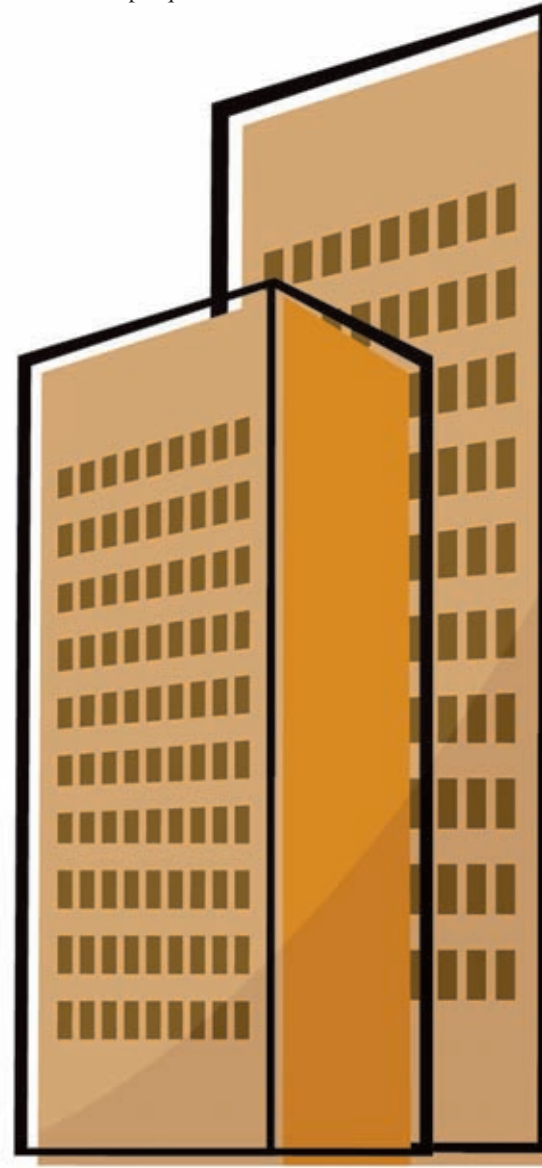
INVESTIMENTOS “Em relação ao resto do gasto, é preciso ver se está indo para financiar consumo ou para investimento. Com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o gasto que mais sobe no governo é o investimento. E o investimento público tem um efeito comprovado de estimular o crescimento. Ele tem várias externalidades: aumenta a produtividade da economia como um todo, principalmente quando há gargalos de infra-estrutura, como ocorre no Brasil. No caso brasileiro, o investimento público tem grande efeito de gerar crescimento, porque ele gera demanda”, diz Barbosa, acrescentando que “o fato de o Brasil ter tido baixo investimento público nos últimos anos faz com que esses projetos sejam bastante rentáveis e com alto retorno social e grande impacto sobre a produtividade da economia”.

A professora Denise Lobato Gentil, especialista em finanças públicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tem opinião diferente. Diz que “a carga tributária no Brasil inibe o investimento produtivo e a geração de emprego, premia o especulador estrangeiro, onera os grupos de menor capacidade econômica, atingindo a parcela mais carente da população, e promove uma desconstrução do federalismo” (ver o texto “Carga elevada pode ser adequada” na página 22). Ela acrescenta que “temos enfim um sistema tributário que não está voltado para a superação das desigualdades sociais e para a promoção do desenvolvimento”.

Para o consultor econômico Raul Velloso, ex-pesquisador do Ipea, “como receita de longo prazo, temos que aumen-

tar o peso do investimento, reduzindo o peso do gasto corrente. E, no curto prazo, não podemos deixar o superávit cair, porque estaria botando lenha na fogueira da demanda agregada” (ver o texto “Cuidado com a demanda agregada” na página 21). Ele acrescenta que “o ideal é ter gasto flexível, e infelizmente no Brasil ele é muito pouco flexível. Por isso temos que fazer a reforma da Previdência, diminuir o gasto rígido e aumentar o que não é rígido”. Por exemplo, acrescenta, “investimento é um gasto não-rígido, e está muito baixo”.

Falando em uma linguagem econômica, diz o pesquisador Cláudio Hamil-



da carga tributária em uma sociedade tão complexa quanto a brasileira”

ton dos Santos, “as pessoas costumam só pensar na oferta de bens públicos, e não na demanda por bens públicos. Não se sabe ao certo quanto custa educar cada criança brasileira, quanto custa fazer com que cada cidadão brasileiro tenha um determinado nível de saúde”. Mas, em discussões sobre qualquer política pública, como educação, saúde ou segurança, “a primeira coisa que se diz é que as escolas brasileiras não têm recursos, o sistema de saúde ou a polícia não tem verba suficiente, implicando que, se tivesse mais recursos, seria melhor. A mensagem que sempre se ouve é que falta dinheiro”.

No entanto, contrapõe o pesquisador, “os macroeconomistas, olímpicamente, falam que o governo está gastando muito e tem que cortar. A carga tributária está alta para quem paga, mas não é óbvio que esteja alta para atender às necessidades. Eu tenho pudor de falar que tem que cortar o gasto *a*, *b* ou *c*, sem saber quais vão ser as conseqüências da sua falta”. Ele diz ainda que “há uma visão muito estabelecida de que o governo gasta mal, mas não se sabe quão mal. Por exemplo, não se sabe se o governo brasileiro é 20%, 50%, 100% ou 300% menos ou mais eficiente do que os governos americano, japonês ou francês.

Até porque esses cálculos são difíceis de fazer”.

CARGA CRESCENTE

“De 1970 até 1995, a carga tributária brasileira ficou mais ou menos estável em 25% do PIB. Por quase 30 anos ficou estável”, constata o pesquisador do Ipea.

Porém, desde meados dos anos 1990, a carga tem subido em média quase 1 ponto percentual do PIB todo ano. “Esse crescimento contínuo e de rapidez muito pouco comum na experiência internacional é que chama a atenção. Mas é importante notar que as causas desse crescimento variaram ao longo do tempo.”

Grande parte do aumento da carga tributária ocorreu em resposta à crise de 1999, quando aconteceu a explosão do câmbio. Uma grande parte da dívida pública brasileira estava em dólares naquela época. A dívida do setor público explodiu em percentuais do PIB, e as pessoas

perguntaram se essa dívida era sustentável. Se o governo não tivesse feito nada, a crise poderia ter se aprofundado”.

TIPO DE AJUSTE O que se fez então foi aumentar a carga tributária, explica o pesquisador, que subiu mais ou menos três pontos percentuais do PIB de 1999 a 2001. E em 2002 houve outra crise cambial. “O governo Luiz Inácio Lula da Silva já começou sob o signo da crise e a idéia então foi garantir a sustentabilidade da dívida pública. Só que, além de aumentar os impostos, o governo também trocou a composição da dívida brasileira, de dívida dolarizada para dívida em real. Agora, a taxa de câmbio pode ir para R\$ 20,00 que a dívida pública vai continuar a mesma em reais. Por conta disso, o governo tem que pagar mais juros, mas isso é outra história. Desde 2003, não há mais pulos na dívida, e por isso não se teve que aumentar ou criar impostos. Mas, ainda assim, a carga tributária continuou aumentando. Subiu dois ou três pontos percentuais do PIB de 2003 até agora.”

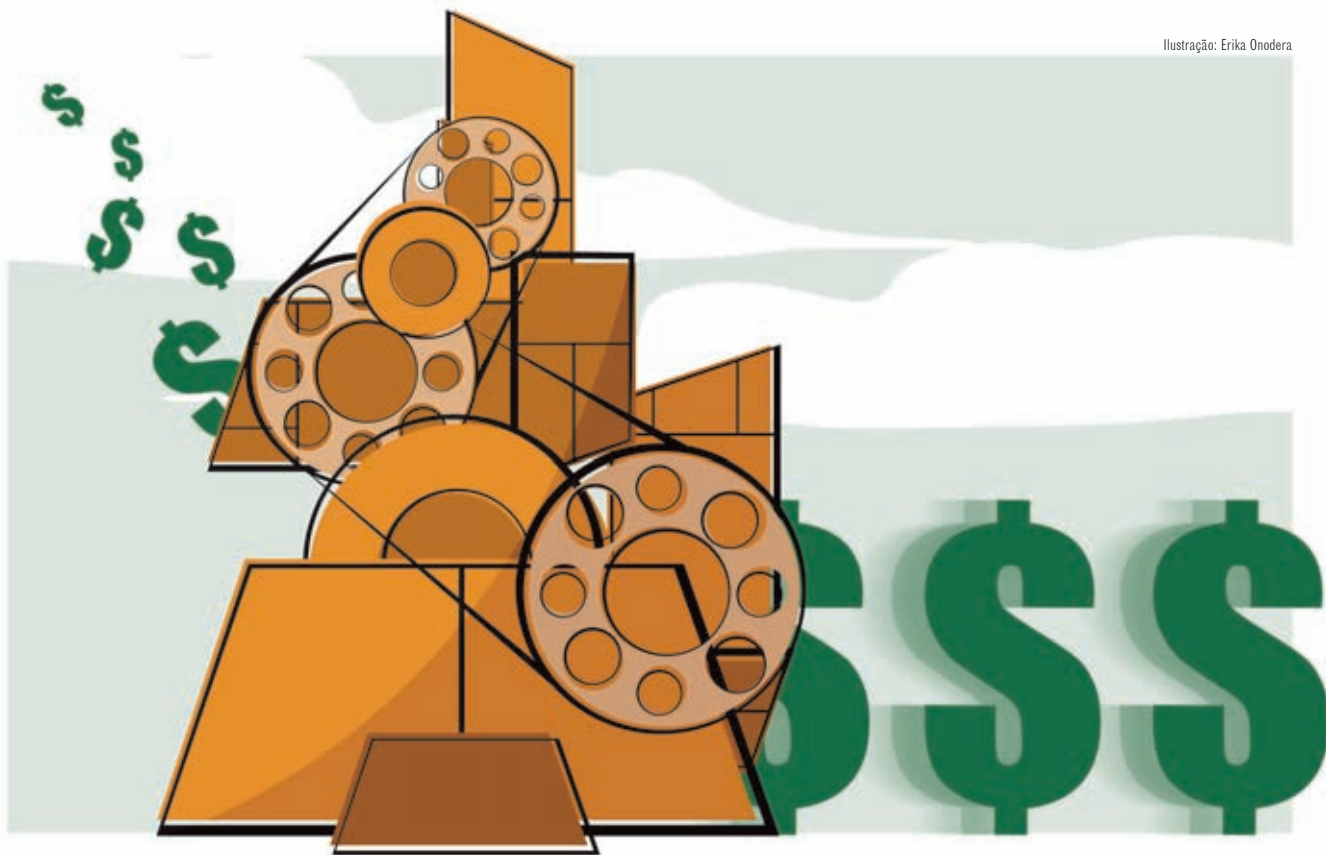
O pesquisador diz que o tamanho do ajuste fiscal e a composição do ajuste são duas coisas que estão interligadas. O que se discute entre os macroeconomistas que pensam sobre as finanças públicas brasileiras é se o superávit primário deve ser de 2%, 4%, 6% ou 8% do PIB, e como se obtém esse superávit fiscal, com gastos e impostos menores, com essa composição de gastos e impostos ou com aumento de impostos e de gastos. “A conclusão a que chegamos é que 4% estão mais do que suficientes para garantir que a dívida pública continue caindo”, diz. Ele discorda da visão da maioria dos macroeconomistas sobre a necessidade de se mudar a composição do ajuste fiscal diminuindo concomitantemente a carga tributária e os gastos correntes, excluindo juros.

Ele explica que “a definição do que é déficit público não é óbvia, e essa complexidade tem implicações políticas importantes. Por exemplo, definir como setor



“O aumento da carga não foi prejudicial ao crescimento; na verdade, muito

Ilustração: Erika Onodera



público só o governo federal deixa de levar em consideração os estados e municípios. Definir como setor público a administração pública direta, inclui governo federal e governos estaduais e municipais, mas tira as empresas estatais. Quando se fala no setor público consolidado, se incluem governo federal, governos estaduais, os mais de 5.500 municipais e também cerca de 200 empresas estatais, e o governo usa as empresas estatais para garantir suas metas”. Mas ele critica a ausência de informações nessa área. “Quando se fala que a arrecadação subiu em tal mês, é a arrecadação federal, porque só há a estatística dela. Não se tem a dos municípios, porque são mais de 5,5 mil. As secretarias de Fazenda de municípios pequenos têm esse dado? Não!”

Ao analisar em quais impostos a arrecadação está crescendo nos últimos anos, Santos afirma que “basicamente o que está aumentando são as contribuições previdenciárias e o Imposto de Renda das pessoas jurídicas. A minha hipó-

tese é que as contribuições previdenciárias aumentam porque a formalização do mercado de trabalho cresceu muito, tem mais gente empregada, e, naturalmente, as firmas estão pagando mais Imposto de Renda porque estão lucrando mais. Isto é muito diferente de a carga tributária estar subindo porque o governo está criando impostos ou majorando as alíquotas dos impostos”.

HETEROGENEIDADE Segundo o pesquisador Cláudio Hamilton dos Santos, o conceito de que a atual carga tributária reduz o investimento privado e o crescimento não resiste ao aprofundamento da análise. “A carga tributária brasileira é a soma de muitas dezenas de taxas, contribuições e impostos, e cada imposto ou taxa afeta o investimento de modo distinto. Por exemplo, o Imposto de Renda das pessoas físicas não afeta o investimento das multinacionais, mas o Imposto de Renda das pessoas jurídicas afeta justamente o lucro dessas empresas.

Também é diferente dos impostos que a Petrobras paga, porque ela é uma empresa estatal, e por sua vez são muito diferentes das contribuições para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que entra na carga tributária, mas não pode ser gasto pelo Estado, porque é de propriedade dos trabalhadores”.

“O ponto a que eu quero chegar é o seguinte: o que se chama de carga tributária compreende impostos e contribuições muito heterogêneos. Então, as pessoas olham o tamanho da carga tributária, vêem que ela está subindo e concluem que portanto o investimento vai estar baixo. É muito simplista este argumento”, arremata o pesquisador. Segundo ele, “o fato de só se ter estatísticas anuais sobre investimento prejudica as análises, porque são poucas observações e é preciso fazer muitas contas. Então, nós estamos construindo dados em níveis trimestrais; indo às fontes primárias. Assim, temos quatro observações por ano e podemos fazer testes

Cuidado com a demanda agregada

"Hoje, o mais importante é entender qual é o principal papel da política fiscal no Brasil, antes de falar do que se deve fazer com tributos e com gastos, porque isso muda", diz o consultor econômico Raul Velloso, ex-pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). "No passado, era diferente, o grande objetivo era ter um superávit capaz de manter a dívida sob controle, porque nós tínhamos uma dívida muito elevada e taxa de juros sem perspectiva de queda. Era preciso um superávit muito elevado para evitar que a dívida explodisse. A diferença crucial hoje é que a taxa de juros tem perspectiva de queda, há um espaço fiscal que não se tinha antes, e é preciso saber o que fazer com ele."

O consultor diz que esse espaço pode ser usado de três formas: "Manter o superávit para reduzir a dívida; reduzir a tributação; ou aumentar o gasto de investimento, que é o item que pagou a conta nos últimos anos". Segundo ele, "aí as pessoas têm opiniões diferentes". Uma hipótese, diz, para quem é favorável a "uma rápida obtenção da classificação de *investment grade*, que aumentaria o ingresso de capitais no país, prefere a manutenção do superávit e, portanto, uma redução rápida da dívida". Ele observa que "este não é aparentemente o objetivo do governo, mas certamente, no mercado financeiro, tem gente que preferiria ver o Brasil reduzindo sua dívida e obtendo logo essa classificação para atrair muito mais capital externo".

Contemplando outra possibilidade, diz, os "empresários vão preferir que se reduza a carga tributária, porque ela é muito alta, e eles gostariam de ter um alívio, não se sentirem tão sufocados, para poder investir mais". Já a área de infra-estrutura "certamente vai dizer que chegou a hora de o governo investir em estradas, energia e portos, senão vão aparecer gargalos, porque esses investimentos ficaram para trás". Para o consultor, "antes não se podia fazer essa discussão porque não havia espaço. A política

era uma só: manter o superávit primário. A principal razão de ter mudado é a queda dos juros, causada pelo fim da restrição aguda do setor externo, que foi eliminada pela subida dos preços das *commodities* que nós exportamos. As reservas cresceram de US\$ 20 bilhões para US\$ 190 bilhões em cinco anos. Então, essa folga das contas externas inundou o país de dólares, e isto levou a uma queda da taxa de juros".

"O outro lado da história, que vai ficar cada vez mais importante, é saber se o governo quer usar política fiscal para combater a inflação ou não. Como hoje o controle da inflação é uma questão entre medidas fiscais ou monetárias, o governo vai ter de optar. Se quiser combater a pressão inflacionária com política fiscal, precisa ter contas flexíveis, que ele possa alterar quando precisar. Se quiser conter o aquecimento da economia pela via monetária, subirá os juros". O consultor reitera que, "quando a economia estiver aquecida, é preciso ter espaço para reduzir os gastos ou aumentar os impostos, para encolher a demanda". Ele pondera que "a arrecadação já está muito alta e não dá para aumentar. Então, do ponto de vista de combate à inflação, a melhor solução é flexibilizar o gasto".

Por exemplo, diz, "no momento atual deve-

ríamos pelo menos manter o superávit do ano passado, porque, se ele cai, significa que o setor público está ativando a economia. Queda de superávit significa maior ativação de demanda pelo setor público. O ideal é ter gasto flexível, e infelizmente no Brasil ele é muito pouco flexível. Por isso, temos que fazer a reforma da Previdência, diminuir o gasto rígido e aumentar o gasto que não é rígido. Por exemplo, investimento é um gasto não-rígido. Como receita de longo prazo, temos que aumentar o peso do investimento, reduzindo o do gasto corrente. E, no curto prazo, não podemos deixar o superávit cair, porque estaria botando lenha na fogueira da demanda agregada".

Para ele, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2007 "saiu acima daquilo que os economistas acreditam que dá para sustentar. A economia está muito aquecida, e vai bater a inflação, impulsionada pela demanda". Então, entre manter o superávit para não injetar mais demanda, ou subir a taxa de juros para cortar o gasto privado, "é preferível, do ponto de vista do crescimento econômico, tentar segurar o governo, porque a maior parte dos gastos dele é de despesas correntes. Se ele subir os juros para segurar o setor privado, vai acabar contendo ainda mais o investimento".




Ilustração: Erika Onodera



Ilustração: Erika Onedera

estatísticos mais poderosos. E quando se fazem esses testes se percebe que não há relação forte entre investimento privado e a carga tributária brasileira”.

Cláudio Hamilton dos Santos diz que “para ter uma teoria econômica que diga qual é o tamanho ótimo da carga tributária seria preciso julgar quais são os ci-

dadãos de primeira classe e quais são os de segunda classe. Ao se recolher imposto do rico e dar ao pobre, é claro que o rico fica chateado e o pobre fica contente. Por conta disso, sempre que se discute tributação, está se fazendo julgamento de valor redistributivo. Isto é política, não é questão de eficiência econômica”. 

Carga elevada pode ser adequada

“O problema está menos no patamar da carga tributária e mais em sua composição”, diz a professora Denise Lobato Gentil, especialista em finanças públicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Para ela, “uma carga elevada pode ser adequada se redistribuir renda e promover o crescimento, se os impostos incidirem mais sobre os grupos sociais de renda mais alta, de forma a redirecionar os fluxos de recursos entre as classes e, ao elevar a renda disponível para os grupos de menor renda, impulsionar o consumo dos que têm alta propensão a consumir”. E sentencia: “A carga tributária que promove o crescimento é também a que desonera o investimento produtivo e grava as aplicações especulativas do capital e da renda, de forma a incentivar o aumento da produção e a geração de empregos e coibir a esterilização de uma parte da riqueza gerada na sociedade”.

Mas, segundo a professora, “a carga tributária no Brasil tomou o rumo oposto a tudo isso: inibe o investimento produtivo e a geração de emprego, premia o especulador estrangeiro, onera os grupos de menor capacidade econômica, atingindo a parcela mais carente da população, e promove uma desconstrução do federalismo. Temos enfim um sistema tributário que não está voltado para a superação das desigualdades sociais e para a promoção do desenvolvimento. Seu alvo está na geração de superávit primário, através de aumento de impostos de fácil arrecadação, em termos de resposta rápida e forte no caixa, baixos custos operacionais para a má-

quina fiscalizadora, baixa pressão política sobre o governo e, sobretudo, impostos não partilhados com estados e municípios”.

A crítica à política tributária, que segundo ela é “de qualidade reconhecidamente ruim até pelo governo”, é agravada pela sua prática em conjunto com o sistema de metas de inflação, câmbio valorizado, liberalização financeira e baixo investimento público. “O resultado só não é desastroso porque o gasto social, a recuperação do salário mínimo, a expansão do crédito e os preços das *commodities* têm funcionado como fatores que compensam parcialmente as conseqüências negativas da política macroeconômica. Mas, evidentemente, não nos levará a uma dinâmica de superação do subdesenvolvimento”, diz.

Ela acrescenta que “há a predominância da opinião de que esse caminho trilhado pela política tributária era inevitável, em função da perda de receita sofrida pela União com a reforma tributária efetuada pela Constituição de 1988 e o crescimento dos gastos com novos direitos sociais conquistados com a redemocratização do país a partir daquele período. Para fazer o ajuste fiscal dos anos 1990 e 2000, dizem a maioria dos autores, a União teve que recuperar receitas através do crescimento pernicioso da carga tributária, fazendo uso de impostos cumulativos e não partilhados com estados e municípios. Discordo dessa análise”.

Segundo a professora, a Constituição de 1988 assegurou conquistas sociais importantes e não levou ao atual perfil de receitas e

gastos. Foram a abertura comercial, a liberalização financeira e a política macroeconômica de combate à inflação “que produziram o crescimento dos gastos financeiros desequilibradores do orçamento público”. Para ela, “a política macroeconômica de juros altos e favorecimento explícito à especulação financeira subordinou a política fiscal”, tributando os de menor capacidade de reivindicação, elevando os impostos indiretos e cumulativos para contrabalançar o crescimento dos gastos com juros. Ela propõe que a pesquisa na área tributária incorpore elementos novos, “fazendo a ponte com o desenvolvimento econômico, questões estruturais da economia nacional e a conjuntura internacional”.

Sobre a qualidade do gasto público, diz a professora Denise Gentil que “vivemos entre dois infernos. De um lado, o sistema tributário é regressivo – recolhe mais dos que podem menos. Do outro, a aplicação dos recursos arrecadados dirige-se, predominantemente, para gastos financeiros que beneficiam uma elite proprietária de títulos públicos”. Ela qualifica esse quadro como “um dos mais perversos mecanismos de concentração de renda da economia brasileira”. Para ela, “construir um sistema tributário progressivo deveria ser o ponto central da proposta de reforma tributária. No entanto, estamos engatinhando com uma proposta que se limita a dar uma racionalização mínima aos tributos e a combater a guerra fiscal, sem provocar, ressaltar-se, queda de receita tributária para qualquer ente da federação”.

Despesas correntes da União



Chama a atenção que em quase todas as discussões sobre finanças públicas um pressuposto seja implicitamente adotado: fala-se apenas das despesas não-financeiras. Excluem-se, de partida, os pagamentos de juros e encargos da dívida pública. São intocáveis, impronunciáveis, inexistentes para a política fiscal, ainda que a onerem pesadamente

Não raramente, as despesas correntes da União são tratadas como vilão para as contas públicas e entrave ao crescimento da economia brasileira. As recomendações inevitáveis são: cortar as despesas, sem dizer quais; aumentar a produtividade dos servidores públicos, sem falar como; e elevar a eficiência, sem dar o roteiro. Essas recomendações simplificam enormemente a realidade concreta do processo de governar, desprezando a relevância social, econômica e política dos itens específicos que compõem a despesa considerada corrente. Demonstrem, ademais, ignorar as dificuldades técnicas para proceder a reduções nas despesas, que, se feitas de forma linear, sem critérios claros e endossados por avaliações técnico-políticas, provocam profunda desorganização na execução das ações, com efeitos nefastos para amplas parcelas da sociedade e para o próprio governo que as executa.

Temos razões de sobra para desejar administrações públicas globalmente mais eficientes e probas. Mas existem interesses e motivações para que tais demandas e formulações sejam feitas de forma genérica e contundente, conseguindo transformar as despesas correntes na grande vilã das finanças públicas. Primeiro, para estampar o rótulo de ineficiente em tudo o que fazem os governos. Com isso, busca-se angariar adesões, pois todos esperam que os governos sejam eficientes. Conquistadas as adesões (mediante o martelar incessante pela mídia), cria-se um senso generalizado de urgência. Afinal, o desperdício é inaceitável. Vem, então, a pressão para que a redução nas despesas correntes seja feita de forma rápida. A rapidez, nesse particular, equivale a penalizar os que não podem se defender por não terem voz, organização e acesso à imprensa. Ou seja, parcela majoritária da população brasileira. Outro subproduto desse processo é colocar o governo na defensiva, sempre a justificar-se e incapaz de tomar iniciativas que contrariem os interesses dos privilegiados.

De fato, as despesas correntes da União cresceram. Mas temos um quadro de servidores públicos aquém do necessário e o pagamento de pessoal, ativo e inativo, tem decrescido como proporção da despesa corrente líquida. As des-

pesas com programas sociais também cresceram, como é de esperar quando a economia tem desempenho pífio, o desemprego e a informalidade aumentam e as desigualdades sociais são gritantes. Todavia, não temos um sistema de proteção social satisfatório que cubra todas as carências de muitas dezenas de milhões de brasileiros. Os benefícios previdenciários cresceram, face a direitos estabelecidos na Constituição, que permitiram a incorporação de mais de 12 milhões de pessoas à proteção previdenciária e assistencial. Ou seja, as despesas correntes da União conheceram aumentos, partes delas não são feitas com a eficiência possível, mas beneficiam diretamente brasileiros que delas precisam. Cidadania é uma condição exigente de recursos financeiros públicos.

Chama a atenção, no entanto, que em quase todas as discussões sobre finanças públicas um pressuposto seja implicitamente adotado: fala-se apenas das despesas não-financeiras. Excluem-se, de partida, os pagamentos de juros e encargos da dívida pública. São intocáveis, impronunciáveis, inexistentes para a política fiscal, ainda que a onerem pesadamente.

A dívida pública mobiliária federal interna foi multiplicada por sete em um pouco mais de uma década, empurrada pelas mais altas taxas de juros do planeta. Enfrentar o pesado endividamento, adotar uma política monetária condizente com a realidade fiscal do país e com as expectativas de inflação cadente a médio prazo e reformar a estrutura e a política tributária (fazendo-a progressiva, federativa e pró-produção) também são opções. Menos custosas socialmente, mais inteligentes do ponto de vista econômico e politicamente menos exigentes. Afinal, no momento, parece que estamos presenciando um quase consenso sobre a necessidade de baixar os juros, ampliar o investimento público e estimular o privado, adotar medidas e políticas para a sustentabilidade ambiental e, principalmente, avançar na redução das desigualdades sociais.

Ronaldo Coutinho Garcia é técnico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Um novo pacto em meio à reforma tributária

O advento de um ciclo mais vigoroso de crescimento econômico no Brasil reacendeu o debate em torno da divisão do bolo da arrecadação entre os entes da federação. Mais do que o tamanho da fatia que cabe à União, estados e municípios, o país se debruça sobre a racionalidade e a qualidade da distribuição de uma receita que vem engordando a cada ano

Por **E d l a L u l a**, de Brasília



Estudiosos defendem a urgência de um novo pacto federativo, com mudanças

A reforma tributária encaminhada pelo governo ao Congresso Nacional detona uma discussão que vai além de receitas e gastos – uma nova agenda federativa, mais solidária e justa. “Reformar significa rever a questão tributária, mas também o regime de transferências e o regime de financiamento das políticas sociais”, defende o economista Fernando Rezende, autor do recém-lançado livro *O dilema fiscal: emendar ou reformar* e um dos maiores especialistas no assunto. Para ele, uma proposta de reforma tributária não passa apenas por mudanças pontuais, mas por uma ampla transformação no atual modelo de federalismo fiscal.

Rezende, que é professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Rio de Janeiro e foi presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) de 1996 a 1998, compara o federalismo ideal a uma plataforma de petróleo, que se apóia em quatro longas pernas. “Elas têm que ser, obviamente, do mesmo tamanho, senão o conjunto fica desnivelado, e, se ficar desnivelado como ficou a plataforma P-36, afunda”, diz.

Os quatro pilares sugeridos para o caso de federalismo são um regime equilibrado de repartição das competências para tributar, no qual a distribuição da arrecadação se dê de uma maneira mais equilibrada entre o governo federal, os estados e os municípios; um regime de equalização fiscal, que são transferências que assegurem um mínimo de orçamento àquelas regiões onde a economia não permite uma boa arrecadação; um regime de cooperação financeira nos programas sociais – “esses programas que o Estado precisa garantir a todo cidadão, com um padrão mínimo de atendimento de serviços públicos” –; e uma política de desenvolvimento regional para garantir que todos os estados e regiões brasileiras converjam para um patamar de crescimento mais equilibrado.

“Se reconstruirmos essas quatro pernas, teremos um modelo de federalismo



A marcha dos municípios de 2003 foi um marco de participação, com prefeitos, vereadores e, pela...

fiscal de que o Brasil precisa agora”, preconiza Rezende. O dilema é que essa reengenharia não é tarefa fácil quando se considera o tamanho do país e as suas disparidades regionais. “Não se pode tratar os desiguais como iguais”, recorda outro estudioso do assunto, o pesquisador

do Ipea Rogério Boueri Miranda, autor do livro *Política Fiscal e Finanças Públicas*.

Para Boueri, o federalismo brasileiro não funciona bem porque não há regras diferenciadas que considerem a realidade de cada cidade ou estado. “É muito difícil, nas federações, estabelecer regras

Desigualdades no orçamento *per capita*

Diferença entre o maior e o menor valor por habitante chega a quase 140 vezes

Transferências de ICMS para os municípios

(R\$/ano, dados de 2006)

	Transferências de ICMS <i>per capita</i>				Maior/Menor
	Média	Mediana	Maior	Menor	
Pará	133,04	81,03	826,56	21,83	37,90
Bahia	137,48	79,01	4.620,02	43,45	106,30
Goiás	274,37	215,62	1.488,85	10,94	136,10
São Paulo	446,87	358,30	8.492,43	61,44	138,20
Rio Grande do Sul	405,51	336,09	3.369,15	49,03	68,70

Fonte: Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda

na forma de arrecadar e de transferir e gerir os recursos entre as esferas

Foto: Lula Marques/Folha Imagem



...primeira vez, com o presidente da República

diferentes para os mesmos entes. É muito mais fácil ter uma regra que valha para todos. No Brasil isso é um problema porque há uma diversidade muito grande em termos regionais”, acrescenta o pesquisador.

URGÊNCIA Os estudiosos que se debruçam sobre o tema do federalismo defendem a urgência na consolidação de um novo pacto federativo, com mudanças não só na forma de arrecadar, mas também na forma de transferir e gerir os recursos entre as esferas de governo. “O mundo está com um processo de mudança cada vez mais rápido. Se levarmos dez anos para isso, vai ser tarde demais”, diz Rezende. “Precisamos implementar esse novo modelo em cinco anos”, completa, lembrando que a Índia, país que apresenta contexto semelhante ao brasileiro, estabeleceu prazo até 2010 para finalizar a sua harmonização.

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, um dos responsáveis pela formulação da recente proposta de reforma tributária encaminhada ao Congresso Nacional, reconhece que ela não aprofunda a questão das responsabilidades federativas e os critérios de repartição. Por causa da complexidade do tema, Appy prefere jogar o início dessa discussão para alguns semestres adiante. “Estamos propondo repensar quais são as competências da União, dos estados e dos municípios junto à população e como financiar adequadamente estas competências. Agora, essa é uma discussão que deve ser feita em bases muito racionais. É longa, complexa, mas necessária se nós queremos melhorar o desenho federativo do Brasil”, afirma.

Paulo Ziulkoski, presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), entidade que reúne federações e associações municipalistas e costuma realizar “marchas a Brasília”, tem um entendimento diferente: “Não dá para discutir reforma tributária sem discutir a máquina”, diz. Ziulkoski cita as discrepâncias entre as transferências feitas para os municípios para o setor da educação, por exemplo, e o custo real pago pelas prefeituras. Enquanto o governo federal repassa R\$ 100,00 por criança atendida em creche pública, o custo do serviço é de R\$ 283,00. “Como é que a gente vai fechar essa conta? É hora de chegar a um entendimento para essas coisas”, questiona Ziulkoski.

Boueri diz que, do ponto de vista do federalismo fiscal, caberia negociar com os entes da federação mudanças que contemplassem tanto a arrecadação quanto as transferências e as responsabilidades. “Quando não se tem uma definição clara, ou se onera demais alguns dos entes ou se desestimula os entes a participar de certos programas em virtude da perspectiva de serem onerados mais na frente. Quando se discute tudo ao mesmo tempo, não acontece um remendo, mas fica estruturado para dar certo.”

Dessa forma, para ele, um novo pacto federativo só poderia ser firmado no momento em que, além do conjunto de impostos, o país repensasse formas de gerar mais autonomia para estados e municípios arrecadarem mais e, ao mesmo tempo, tornasse desnecessária a transferência de recursos da União. Além disso, Boueri acredita ser importante redefinir as responsabilidades dos entes federativos sobre a administração dos recursos.

DISPARIDADES Um dos maiores desafios a serem enfrentados na discussão do federalismo fiscal são as disparidades entre as receitas de estados e municípios. O orçamento por habitante do Maranhão, um dos mais pobres do país, é quase a metade do orçamento de Sergipe. Na região Norte, o Pará tem um terço da receita *per capita* comparativamente a Roraima.

No âmbito municipal, há disparidades maiores, com vários pequenos municípios tendo orçamentos *per capita* maiores que os das grandes cidades. Ziulkoski cita o exemplo de Paulínia (SP), município de 42 mil habitantes que arrecada o equivalente à soma de 242 municípios com a mesma população.

Em parte, essa defasagem se explica pela forma com que se distribui a arrecadação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Atualmente, 25% do ICMS é destinado aos municípios do estado em que é recolhido, e, desses 25%, dois terços são distribuídos proporcionalmente ao valor adicionado do produto. O resultado é que municípios em que estão instaladas grandes unidades produtoras, como uma refinaria de petróleo, recebem elevado valor *per capita*.

Somente no Estado de São Paulo, segundo dados do Ministério da Fazenda, de 2006, a diferença entre o menor e o maior valor de repasse é de quase 140 vezes. “Obviamente justifica-se, sim, com uma transição longa, porque essas coisas não se mudam do dia para a noite, enfrentar essa situação de grande iniquidade que existe hoje”, diz Appy, ao

A reforma da Lei de Responsabilidade Fiscal

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em vigor desde 2000, trouxe inquestionáveis avanços no controle dos gastos públicos. Alguns analistas a consideram a mais importante legislação federativa do país. Por outro lado, os especialistas apontam problemas no tratamento dado a estados e municípios e sugerem mudanças.

O Texto para Discussão (TD) *Lei de Responsabilidade Fiscal e Finanças Públicas Municipais: Impactos sobre Despesas com Pessoal e Endividamento*, de Dea Guerra Fioravante, Maurício Mota Saboya Pinheiro e Roberta da Silva Vieira, pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), diz que, ao estabelecer um único nível de despesas com pessoal ou endividamento, a LRF acabou estimulando alguns municípios a gastar mais.

Ao analisar períodos antes e depois da implantação da lei, o documento observa que municípios que antes gastavam em média 40% da receita corrente líquida com pessoal, elevaram essa despesa para os 60% permitidos pela lei.

Essa corrida a níveis maiores de gastos, que ficou conhecida como “efeito balizamento”, acabou levando a um problema de gestão, em que cidades que antes funcionavam bem com um número reduzido de servidores ampliaram seus quadros, quando deveriam aplicar recursos em outras áreas.

Para Rogério Boueri Miranda, pesquisador

do Ipea, a LRF falhou ao estabelecer critérios iguais para realidades diferentes. “O federalismo brasileiro se tornaria ainda mais complexo se conseguisse estabelecer regras diferenciadas, mas funcionaria melhor”, diz Boueri.

A lei determina um limite máximo de endividamento para estados e municípios igual à receita corrente líquida multiplicada por 1,2, independentemente das suas realidades econômicas. “Cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, por exemplo, têm o mesmo nível de endividamento de um pequeno município do interior. Isto não faz sentido”, salienta.

Boueri sugere a criação de um “escalonamento de parâmetro”, no qual, dependendo das suas características, um município poderia ter um limite de gastos com pessoal de 40%, outro de 35% e outro de 60%, por exemplo. “Naturalmente, isso envolve um grande estudo para saber qual é o perfil do município ou do estado e quais são os parâmetros para cada um.”

Para o economista Fernando Rezende, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Rio de Janeiro, a LRF é muito importante para assegurar a estabilidade da moeda e da macroeconomia e a credibilidade do país, mas, “em algum momento”, ela precisaria ser repensada. “Quando a lei afirma que todo mundo tem que obedecer a um teto, isso impõe uma regra geral e universal que pode criar alguns problemas”, diz.

Existem municípios pequenos cujo gasto principal é o pessoal, explica, porque precisa de investimentos em educação, saúde, assistência social, o que impõe a necessidade de um teto superior aos 60%. Por outro lado, em grandes centros urbanos, que têm que gastar em infra-estrutura urbana ou em transporte, 60% de pessoal corresponde a um limite muito alto.

“Essa discussão poderá ser reaberta. Talvez não seja já porque pode gerar resultados não muito satisfatórios. Na medida em que avance a reforma do federalismo fiscal, nós poderíamos rever a LRF”, sugere.

Rezende inclui na discussão de uma nova LRF mecanismos que devolvam ao cidadão a responsabilidade para controlar o seu governante. “É necessário introduzir transparência nas contas públicas. Para isso, é preciso fazer com que boa parte do dinheiro que se aplica no município seja arrecadada também no município. Se o sujeito paga um imposto, fica mais consciente de quanto ele está financiando”, diz.

Outro aspecto observado pelo economista é que os cidadãos saibam de onde vem e para onde vai o dinheiro que o município recebe do estado e do governo federal. “Se houver essa transparência das contas públicas, a sociedade poderá exercer uma parte importante dessa tarefa de cuidar da responsabilidade fiscal.”



Foto: Jamil Bittar/Reuters

da Constituição de 88, na transição do regime militar para a democracia

comentar o dispositivo presente na proposta de reforma tributária que prevê mudanças na partilha do ICMS.

“Temos assistido na federação brasileira a um processo acentuado de antagonismos, disputas e desconfianças. Cabe reconstruir esse complexo arranjo fiscal para promover a cooperação entre os entes e, mais do que isso, eliminar esse antagonismo que cria enormes dificuldades inclusive para a coesão da federação brasileira”, avalia o professor Fernando Rezende.

CONSTITUIÇÃO Rezende explica que a raiz das discrepâncias na divisão do bolo tributário brasileiro está no processo que culminou na promulgação da Constituição, em 1988. Construída num momento em que o país fazia a transição do regime militar para a democracia, a Constituição sofreu pressão, segundo o professor, de um lado, dos estados e municípios por maior autonomia e maior poder tributário e financeiro e, do outro, dos movimentos sociais, que clamavam pela universalização dos direitos da cidadania, como previdência, saúde e educação.

“Essas duas pressões geraram uma forte descentralização, por um lado, e novas responsabilidades, por outro, para o governo federal”, comenta. Como, de lá para cá, o país passou por sucessivas crises econômicas, os estados e municípios acabaram não materializando a autonomia para tributar, uma vez que não havia receita. Do seu lado, o governo federal teve que assumir todas as novas responsabilidades criadas com a ampliação dos gastos sociais.

A solução foi aumentar a carga tributária, através, principalmente, do aumento das contribuições sociais, que não precisam ser repartidas com estados e municípios. “As contribuições sociais representaram uma progressiva perda de qualidade porque introduziram impostos de má qualidade.” Além disso, houve uma nova centralização das receitas na instância federal, com as transferências vinculadas a programas específicos.

Essa interferência do governo federal sobre as decisões de gastos na ponta significou perda de autonomia para os outros entes. Os desdobramentos dessa situação levaram aos atuais debates em torno da carga tributária, qualidade dos impostos e deficiências da gestão pública. “Precisamos eliminar essa dualidade de regimes tributários, com a existência de impostos e contribuições”, sugere Rezende.

Em parte, a reforma tributária enfrenta este problema quando funde as contribuições e cria o Imposto sobre Valor Agregado Federal (IVA-F). O novo imposto também amplia as bases de transferências dos fundos de participação, o que recompõe o equilíbrio federativo, com mais autonomia para estados e municípios.

SOLIDARIEDADE O desafio colocado à repactuação entre os entes federativos é definir as competências e garantir a cooperação, de maneira que haja mais justiça fiscal. “Em um país como o Brasil é muito difícil definir com precisão a quem cabe fazer cada coisa”, salienta Fernando Rezende. Aos municípios cabe cuidar, por exemplo, da educação, mas é comum não haver recursos humanos qualificados. “Um só figurino não atende a todas as diferentes situações, porque o Brasil é muito desigual”, diz Rezende.

Ele sugere a implantação de um regime de equalização fiscal, com o governo federal transferindo recursos para diminuir as disparidades e os estados e municípios ajudando uns aos outros no financiamento das políticas sociais. “É mediante uma recomposição desse regime de transferências que se podem introduzir mecanismos de cooperação. Dessa forma, aqueles municípios que têm condições de assumir na integralidade o ensino fundamental podem dispensar transferências. Mas aqueles que não podem, vão ter que contar com alguma ajuda.”


Além da cooperação financeira, Rogério Boueri, do Ipea, propõe a solidarie-

dade na gestão, com uma nova pactuação em torno do bom uso dos recursos e melhoria na eficiência dos gastos. “Eficiência é o quanto se faz em relação a quanto se gasta”, diz. Para ele, aumentar eficiência é gastar menos ou fazer mais.

“Não tenho dúvida de que o crescimento da economia, a inclusão social e o fortalecimento das políticas sociais vão, ao longo do tempo, criar esses novos mecanismos de cooperação entre União, estados e municípios”, opina o subchefe de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Alexandre Padilha. Para ele, o país já entrou num processo de implementação do novo pacto federativo.

O marco foi a participação, pela primeira vez, de um presidente da República na marcha dos municípios, em 2003. A partir daí, segundo Padilha, vários passos foram dados à construção de instâncias de diálogo e negociação. Um exemplo foi a criação do Comitê de Articulação Federativa (CAF), em 2003, a partir da reivindicação da marcha dos municipalistas.

O CAF já alcançou diversas vitórias para os municípios, como a aprovação da lei que ampliou a arrecadação do Imposto Sobre Serviços (ISS), a reestruturação do Sistema Unificado de Saúde (SUS) e a criação do Sistema Unificado de Assistência Social (Suas). Padilha também cita a participação dos municípios no processo de elaboração e acompanhamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e na própria Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que trata da reforma tributária.

“A repactuação da federação se dá quando se constroem e se estabelecem competências e responsabilidades para estados e municípios, mas sobre compromissos nacionais. Porque a federação é um instrumento estratégico do fortalecimento do projeto nacional”, afirma. Isso, diz ele, significa enfrentar as desigualdades regionais, promover a inclusão social, uma educação de qualidade e retomar o desenvolvimento. 

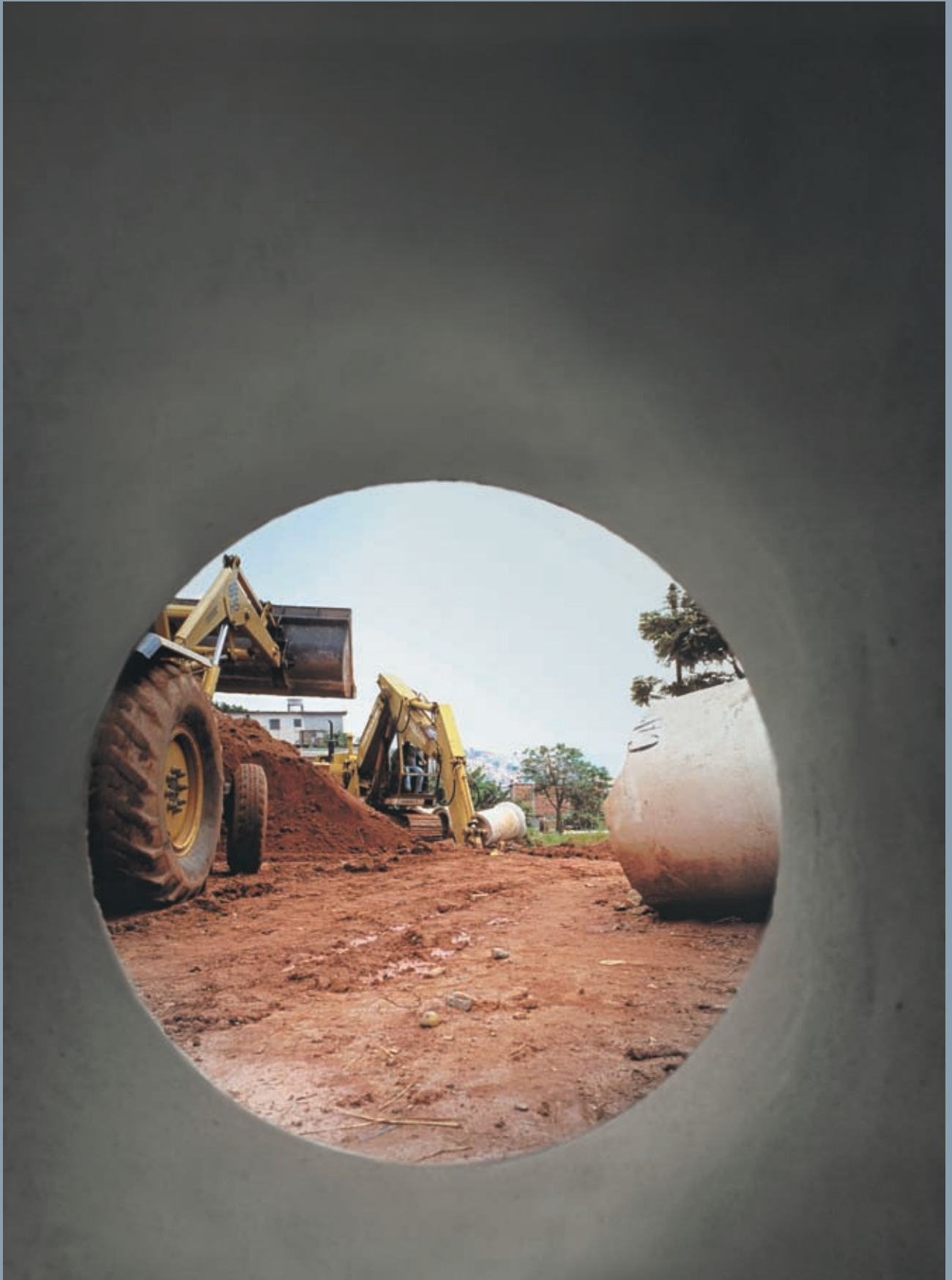
Tão perto e tão longe das soluções

Às vésperas de alcançar por antecipação a meta de acesso à água em áreas urbanas estabelecida para 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil ainda enfrenta enormes desafios, como um grande número de residências sem esgoto tratado, além das desigualdades regionais e até mesmo raciais — comparados à população branca, o dobro dos negros e pardos sofre com a falta de saneamento

Por **Ricardo Wegrzynowski**, de Brasília

O Brasil evoluiu em termos de saneamento básico, mas ainda há muito por fazer. Estudo da pesquisadora Maria da Piedade Morais, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), revela que são 14,2 milhões de pessoas sem água canalizada, 34,5 milhões sem esgoto por rede ou fossa séptica e 4,4 milhões sem coleta de lixo, apenas nas áreas urbanas. “Falta saneamento básico adequado principalmente para a população mais pobre, e nas áreas rurais a cobertura continua muito pequena”, diz a pesquisadora. O estudo foi elaborado com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os progressos alcançados no acesso ao saneamento básico foram os seguintes: a parcela de moradores em domicílios particulares permanentes urbanos no Brasil que em 2001 não tinha água canalizada de rede geral era de 12,3%, e caiu para 9,1% em 2006; a parcela sem esgoto de rede geral ou fossa séptica caiu de 26,0% para 22,2% no mesmo período; a parcela sem coleta de lixo caiu de 5,7% para 2,9%; e a parcela com saneamento básico inadequado, considerando água, esgoto e lixo simultaneamente, caiu de 30,9% em 2001 para 26,8% em 2006.



Primeira disparidade é de ordem racial, em que a proporção da população

Apesar dos avanços, as estatísticas mostram que ainda predomina a desigualdade no acesso a esses serviços públicos. A primeira disparidade é de ordem socioeconômica e racial. Segundo Maria da Piedade, “mesmo com a queda das desigualdades raciais, os indicadores para a população branca são bem mais favoráveis que os da população preta e parda, como é o caso da falta de acesso a água, esgoto e saneamento básico adequados. A proporção da população preta e parda que sofre desses problemas é cerca do dobro da população branca”, comenta, analisando os indicadores urbanos de 2001 a 2006.

Outra disparidade é observada entre as regiões brasileiras. “As desigualdades regionais no acesso a saneamento básico adequado ainda permanecem em patamar bastante elevado, tendo inclusive aumentado a distância entre os indicadores da região mais bem servida de saneamento, o Sudeste, e a que tem os piores indicadores, o Norte”, declara Maria da Piedade. Segundo a pesquisadora, o percentual de moradores em domicílios particulares permanentes urbanos sem saneamento básico adequado, considerando água, esgoto e lixo simultaneamente, alcançava 59,5% na região Norte em 2006; na região Centro-Oeste era de 53,1%; na região Nordeste, de 44,3% na região Sul, de 21,0%; e na região Sudeste, o déficit de saneamento era de apenas 10,7%.

Esses problemas foram discutidos no *workshop* intitulado *Saneamento, Saúde e Meio Ambiente*, organizado em março pelo Ipea, em Brasília. O termo saneamento engloba vários itens, entre eles abastecimento de água, esgotamento sanitário, tratamento de resíduos sólidos e drenagem urbana. Dados da Pnad informam que 73,2% da população urbana possui os serviços de saneamento adequado – água canalizada de rede geral, esgoto por rede geral ou fossa séptica e coleta direta e indireta de resíduos sólidos.

Numa comparação internacional, o Brasil também não faz boa figura. Em serviços de esgoto, a cobertura no país está três pontos percentuais abaixo da média da América Latina e do Caribe e a uma distância de 15 pontos percentuais da Argentina e do Chile. Na comparação com a cobertura média de esgoto dos países desenvolvidos, o Brasil está mais de 20 pontos percentuais abaixo.

Ronaldo Serôa da Mota, pesquisador do Ipea e atual diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), afirma no livro *Regulação e Concorrência no Brasil: Governança, Incentivos e Eficiência* que, “a despeito do crescimento na cobertura dos serviços, o acesso das camadas mais pobres da população está ainda muito abaixo daquele usufruído pelos mais ricos”. Cita dados dos censos demográficos de 1980 a 2000 e mostra que



Com o PAC, meta relativa a esgoto deverá ser..

as famílias com renda acima de dez salários mínimos têm cobertura de água 50% maior e, na coleta de esgoto, quase 100%, concluindo que os investimentos, embora majoritariamente públicos, “não conseguiram anular os efeitos da concentração de renda”.

METAS A Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) elegeu 2008 como o *International Year of Sanita-*

Carências diminuem, mas ainda são elevadas

Moradores em domicílios particulares permanentes urbanos por tipo de carência de saneamento básico — Brasil, 2001/2006 (em % e pontos percentuais)

Carências de saneamento	2001 (em %)	2002 (em %)	2003 (em %)	2004 (em %)	2005 (em %)	2006 (em %)	Varição 2001-2006
Sem água canalizada de rede geral	12,3	11,4	11,8	10,5	10,2	9,1	-3,2
Sem esgoto de rede geral ou fossa séptica	26,0	25,1	24,3	23,9	22,7	22,2	-3,8
Sem coleta de lixo	5,7	4,7	4,0	4,3	3,4	2,9	-2,8
Saneamento básico inadequado	30,9	30,0	29,2	28,7	27,8	26,8	-4,1

Fonte: Ipea, a partir de microdados das Pnads 2001-2006

Foto: Delfim Martins/Pulsar



...alcançada antes de um prazo de seis anos

tion (que as organizações do setor no Brasil traduziram como o “Ano Internacional do Saneamento”). Segundo a engenheira sanitária Mara Carneiro de Oliveira, da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) no Brasil, ações estão sendo implementadas na área de saneamento tendo em conta a relevância e urgência do tema, como os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O plano prevê que, até 2010, mais 24,5 milhões de pessoas terão abastecimento de água e mais 25,4 milhões terão coleta adequada de esgoto (ver o texto “Os números do PAC de Saneamento” na página 36). A expectativa do governo brasileiro é de alcançar em quatro anos a meta relativa a saneamento dentro do objetivo de garantir a sustentabilidade ambiental, estabelecido pela ONU como um dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM): reduzir à metade a proporção da população sem acesso permanente e sustentável a água potável e esgotamento sanitário até 2015. Mara Carneiro também ressalta as conexões entre saúde, urbanização e meio ambiente, fato reco-

Desigualdades regionais em suave queda

Moradores em domicílios particulares permanentes urbanos sem saneamento básico adequado, segundo as grandes regiões — Brasil, 2001/2006 (em % e pontos percentuais)

Regiões	2006 (em %)	Varição 2001-2006
Norte	59,5	-7,3
Nordeste	44,3	-5,2
Sudeste	10,7	-3,2
Sul	21,0	-6,5
Centro-Oeste	53,1	-2,1
Brasil	26,8	-4,1

Fonte: Ipea

nhecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), cujo Programa de Cidades Saudáveis tem projetos-piloto no Brasil.

Como reflexo da abundância de água doce no território nacional, o Brasil, neste quesito, está melhor. A pesquisadora Maria da Piedade é otimista. “Considerando que a proporção da população urbana com cobertura pelos serviços de abastecimento de água por rede geral canalizada no interior do domicílio em 1992 – ano-base para o estabelecimento da meta – era de 82,3% e que a meta para 2015 é alcançar 91,2% da população urbana, mantido o ritmo de crescimento da cobertura desses serviços, que foi de 0,61 ponto percentual ao ano entre 1992 e 2006, o Brasil deverá atingir a meta referente ao acesso a água potável nas áreas urbanas em breve”, diz ela. Por outro lado, segundo Maria da Piedade, nas áreas rurais as metas ainda demorarão a ser cumpridas.

Quanto ao esgoto sanitário, o país tem problemas que vão desde a insuficiência de indicadores adequados à falta de consenso sobre qual seja o método ideal de tratar os dejetos. Para alguns especialistas, o sistema

de fossa séptica não resolve porque faz o tratamento primário de esgoto doméstico, mas não o processo completo realizado por uma estação de tratamento, o que poderia, com o tempo, atingir os lençóis freáticos e poluir rios e o solo. Mas apenas assumindo o sistema de fossas sépticas como aceitável para as áreas urbanas, somado às redes coletoras, é que o país poderá atingir os objetivos de desenvolvimento da ONU no prazo previsto.

TRÊS DÉCADAS Maria da Piedade estima que, no caso da cobertura dos serviços de esgoto por rede geral ou fossa séptica nas áreas urbanas, cuja taxa de crescimento média observada entre 1992 e 2006 foi de 0,85 ponto percentual ao ano, bastará manter esse ritmo para que a meta seja alcançada num prazo de seis anos. Contudo, se for considerado adequado apenas o atendimento da população por rede geral de esgoto, as possibilidades de cumprimento da meta são mais remotas e podem demorar quase três décadas”, ressalta ela.

A pesquisadora do Ipea reconhece que “os investimentos do PAC na área de saneamento acelerarão a velocidade de convergência do país em direção às metas da ONU”, mas adverte que “as médias nacionais escondem sempre importantes desigualdades regionais e socioeconômicas e é provável que a meta deixe de ser cumprida para alguns grupos e regiões específicos”. Maria da Piedade defende a focalização dos recursos nas regiões e populações mais vulneráveis e a manutenção dos investimentos em níveis elevados por um período mais longo, e não somente entre 2007 e 2010, como prevê o PAC.

Em seu livro, Serôa da Motta também diz que “as estimativas das necessidades de saneamento no Brasil ainda sugerem um esforço de investimento bastante significativo. Para atingir metas razoáveis de cobertura de serviço nos próximos 20 anos, estimou-se um montante de investimentos na ordem de US\$ 60 bilhões. Isso significaria uma taxa de inversão anual de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) no período”.

As Nações Unidas elegeram 2008 como o Ano Internacional do Saneamento e

Rogério de Paula Tavares, superintendente de saneamento e infra-estrutura da Caixa Econômica Federal, contudo, tem uma interpretação positiva. “É um volume de recursos nunca antes visto em termos de investimentos no setor”. Cita que, em 2007, a Caixa viabilizou recursos de R\$ 3,2 bilhões e os repasses não onerosos pelo Ministério das Cidades (MC) ultrapassaram R\$ 8 bilhões”. Segundo ele, a meta de R\$ 40 bilhões de investimentos será alcançada e vai “fazer a diferença em termos do setor no Brasil.”

A MELHORAR O governo federal também tem a visão de que há muito a melhorar em saneamento. Segundo o secretário nacional de saneamento ambiental do MC, Leodegar Tiscoski, “os números do Brasil na água são razoáveis, mas no esgoto são realmente muito ruins. Apenas 48% do esgoto é coletado no Brasil e só 32% desse volume é tratado”. Ele diz que no resto do mundo os números não são muito diferentes, mas isso não deve servir de consolo. “No mundo, há 2,5 bilhões de pessoas sem saneamento, e 1 bilhão delas são crianças. Os índices da Organização Mundial da Saúde apontam que 1,5 milhão de crianças morrem anualmente por falta de investimentos em saneamento”, afirma.

Para a pesquisadora Maria da Piedade, é preciso aumentar os recursos destinados à coleta e tratamento de esgoto, dentro de um conjunto de ações de universalização da água e esgotamento sanitário adequado que leve em conta as diferenças regionais e sociais. “O aporte de recursos deve visar principalmente áreas ocupadas pela população de baixa renda, os negros, os moradores de assentamentos precários, periferias de grandes cidades, municípios de pequeno porte e áreas rurais, segmentos em que o déficit de saneamento adequado ainda é muito elevado. As desigualdades regionais também são um importante desafio. Indicadores de acesso a saneamento adequado nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste estão bem abaixo dos das regiões Sudeste e Sul”.

O diretor de articulação institucional da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do MC, Sérgio Antônio Gonçalves, chama a atenção para um dos principais problemas do saneamento, o esgotamento sanitário. A maioria dos resíduos é enterrada ou vai parar em rios, diz, com apenas um terço do esgoto coletado recebendo algum tipo de tratamento. “O esgoto é a grande dívida do saneamento. O desafio de coleta é grande e o de tratamento é maior ainda.”

Outro ponto fundamental no setor é a questão da saúde. As estatísticas indicam que quanto mais se investe em saneamento, menos é preciso gastar em saúde.

O assessor especial do ministro da Saúde, responsável pelos departamentos de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, Guilherme Franco Netto, defende a vigilância da qualidade da água como fator preponderante para a “interação entre as políticas de saúde e meio ambiente”. Ele cita como exemplo um agricultor que provoque erosão e poluição nos rios, o que irá diretamente afetar o ser humano que se alimentar de peixes não-saudáveis. O assessor defende também que a população seja vigilante dos seus direitos quanto aos serviços de saneamento.

Também é fundamental para a saúde a qualidade da água, que deve não só ser

Desigualdades raciais evoluem pouco

Moradores em domicílios particulares permanentes urbanos sem saneamento básico adequado, segundo as raças — Brasil, 2001/2006 (em % e pontos percentuais)

Raça	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Branços	21,7	21,2	20,4	19,9	19,8	18,7
Pretos e Pardos	42,8	41,1	40,0	39,3	36,9	35,9
Gap	21,1	20,0	19,7	19,3	17,1	17,2

Fonte: Ipea

Foto: Delfim Martins/Pulsar



Quanto mais se investe em saneamento, menos é preciso gastar em saúde

o Brasil, com o PAC, quer alcançar por antecipação a meta da ONU para 2015

Foto: Delfim Martins/Pulsar

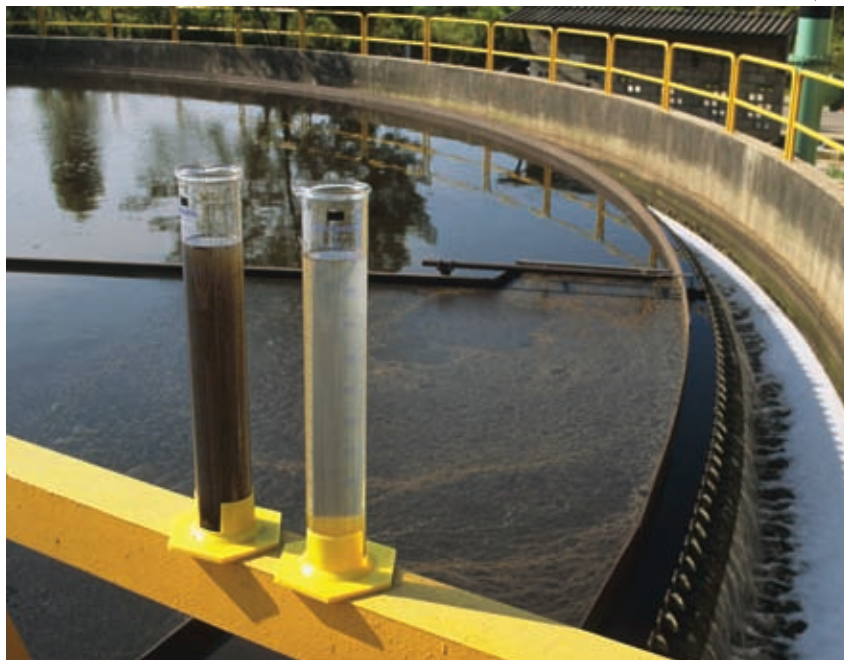
potável para ingestão direta, mas adequada ao preparo de alimentos, higiene pessoal, agricultura, higiene do ambiente, processos industriais e atividades de lazer. Maria da Piedade também alerta que “a qualidade disponível para consumo humano tem sido um problema cada vez mais preocupante em muitas cidades, sobretudo nas grandes metrópoles”.

Nessas áreas, a degradação dos recursos hídricos, causada pela superposição de problemas como poluição doméstica e industrial e a ocupação irregular de encostas, alagados, várzeas e beiras de rio, compromete a capacidade de abastecimento dos mananciais. “O resultado é a escassez de água adequada para consumo humano e a degradação do meio ambiente”, sentencia, citando que a existência de esgoto a céu aberto foi apontada pelos gestores municipais como um dos principais problemas ambientais a afetar a qualidade de vida da população, de acordo com a Pesquisa Básica de Informações Municipais do IBGE.

CONSTITUIÇÃO Para Sérgio Antônio Gonçalves, do MC, o problema vai além de verbas e investimentos. Ele argumenta que, apesar do esforço recente de integração entre diversos órgãos governamentais que atuam no saneamento, os problemas gerenciais persistem e o Brasil precisa superar a fragmentação das políticas públicas “Muitos ministérios fazem saneamento. O governo não sabe exatamente quanto se gasta no setor”, diz.

Segundo Gonçalves, a Constituição Federal de 1988 foi um marco para o setor, permitindo que prefeituras, governos estaduais e o governo federal se associem para prestar os serviços. No entanto, ainda hoje há divergências sobre a titularidade dos serviços. A disputa jurídica tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) desde 1998 para decidir a quem compete prestar o serviço.

O pesquisador do Ipea Valdemar Ferreira de Araujo Filho, ex-integrante da Secretaria Nacional de Saneamento, diz que, “fora das regiões metropolitanas, o



O calcanhar-de-aquiles do setor é a poluição hídrica causada pela falta de tratamento de esgotos

problema da titularidade está definido: o titular é o município”. Quanto às metrópoles, onde se concentra grande parte da população e os serviços são mais rentáveis, ele estima que “o STF vai adotar uma posição híbrida – tende a afirmar a titularidade municipal, porém definindo diretrizes para que a execução e a gestão dos

serviços de saneamento ocorram de forma compartilhada. Caso isso se confirme, será uma perspectiva correta”, acrescenta, comparando essas áreas a “uma única cidade dividida em várias municipalidades”.

Segundo Sérgio Gonçalves, outro marco institucional do setor de saneamento é a Lei nº 11.445, sancionada em janeiro do ano passado, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal do setor. Valdemar Araujo pondera que “a lei apenas define competências para os diversos agentes intervenientes no setor e estabelece as diretrizes gerais para a execução da política. Necessita inclusive de regulamentação, mas é um avanço após cerca de 20 anos sem um marco regulatório geral”.

Serôa da Motta também cita em seu livro que parte da incapacidade de as empresas de saneamento retomarem o investimento deveu-se à manutenção de “suas desgastadas e viciadas práticas de gestão associadas a uma ausência de marco regulatório que introduzisse incentivos à eficiência. Paralelamente, o setor privado também não encontrava sinais regulatórios claros e estáveis para se expandir, e sua

A missão de cada ministério na questão da água

Ministério da Saúde (MS)

A importância para a promoção e prevenção de riscos à saúde

Ministério do Meio Ambiente (MMA)

A importância para a proteção dos mananciais de abastecimento para consumo humano

Ministério das Cidades (MC)

A importância como agente indutor de melhoria da qualidade dos serviços com participação social

Ministério da Justiça (MJ)

A importância do direito à informação clara e precisa sobre a qualidade para consumo humano

Fonte: Ipea

Os números do PAC de Saneamento

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) prevê investimentos de R\$ 40 bilhões na área de saneamento básico entre 2007 e 2010. Desse total, R\$ 12 bilhões são recursos a fundo perdido do Orçamento Geral da União (OGU), sendo R\$ 4 bilhões destinados ao saneamento integrado em favelas e palafitas, R\$ 4 bilhões para aumentar a cobertura de água, esgoto, destinação final de lixo e drenagem urbana em cidades de grande e médio porte (incluindo desenvolvimento institucional) e R\$ 4 bilhões para ações de saneamento em cidades de até 50 mil habitantes.

O PAC contempla ainda investimentos de R\$ 20 bilhões oriundos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), sendo R\$ 12 bilhões destinados ao setor público (estados, municípios e companhias de saneamento) e R\$ 8 milhões para financiamento ao setor privado (prestadores privados e operações de mercado). Outros investimentos de R\$ 8 bilhões serão oriundos de contrapartidas de estados, municípios e prestadores de serviços.

Com esses investimentos, o governo estima que conseguirá, em quatro anos, beneficiar mais 24,5 milhões de pessoas com abastecimento de água; mais 25,4

milhões com a coleta de esgoto e mais 31,1 milhões com a destinação final de resíduos sólidos.

O Sudeste será a região mais beneficiada com os recursos do PAC, com R\$ 15,5 bilhões (38,7% do total), seguido do Nordeste, com R\$ 9,6 bilhões (24% do total), do Sul, com R\$ 7,4 bilhões (18,5%), do Norte, com R\$ 3,9 bilhões (9,8%), e do Centro-Oeste, com R\$ 3,6 bilhões (9%).

O governo federal conseguiu contratar um total de R\$ 15 bilhões já no primeiro ano do PAC, com 84% desses investimentos (R\$ 12,6 bilhões) concentrando-se em regiões metropolitanas, capitais e municípios com mais de 150 mil habitantes.

Segundo Sérgio Antônio Gonçalves, diretor de articulação institucional da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades (MC), a alocação dos recursos do PAC fundamentou-se em mecanismos de cooperação federativa e critérios técnicos mínimos para garantir a execução ágil e qualificada dos empreendimentos. A seleção dos empreendimentos seguiu os seguintes princípios: demanda livre, pré-seleção técnica e pactuação federativa (três níveis de governo) em mesa de negociação.

é muito cedo para avaliar o PAC, pois agora é que as contratações se iniciaram, mas do ponto de vista da ampliação da cobertura dos serviços é um avanço". Segundo ele, é preciso "saber se os investimentos terão continuidade e qual será o modelo de gestão do setor no futuro".

AVALIAR O PAC A professora Clarice Melamed, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), é mais pessimista quanto às ações de governo. "Temos problemas com o modelo de política pública e problemas de influência partidária", diz, citando a favela de Manguinhos, no Rio de Janeiro, onde trabalha. E completa: "Muitas das teorias públicas não funcionam". Clarice Melamed é ainda mais provocativa ao convidar todos os diretores e políticos envolvidos com saneamento a conhecer *in loco* a realidade das favelas cariocas. "Os mais pobres têm menos saneamento, é isto que temos que discutir", reclama.

A professora critica também os gastos públicos. Segundo ela, "o governo não tem controle, falta transparência. É impossível ver aonde os recursos vão parar". Já o secretário Leodegar Tiscoski afirma haver inúmeros critérios para os investimentos, tanto dos municípios como dos governos estaduais e até da iniciativa privada. "É todo um processo de seleção, fruto da busca de cada uma das operadoras, que são os mecanismos para execução desses recursos". Quanto à fiscalização dos recursos, segundo ele, "o acompanhamento se dá por conta dos agentes financeiros, como a Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)".

Os especialistas também reclamam da falta de indicadores confiáveis para a avaliação das políticas na área e de recursos para pesquisas. Clarice Melamed diz que, mesmo no ambiente acadêmico, as pesquisas têm pouco incentivo. "Procuramos indicadores como eficácia, eficiência, efetividade, e isso no Brasil é praticamente impossível", diz a professora. **i**



Foto: Delfim Martins/Pulsar

participação hoje não ultrapassa 4% da cobertura total do país, estando toda concentrada nas concessões municipais".

O secretário nacional de Saneamento, Leodegar Tiscoski, diz que o investimento

previsto no PAC "multiplica o que vinha sendo gasto no setor, e só por isso já é válido. Vamos administrar para que os recursos sejam bem empregados". Já Valdemar Araujo, do Ipea, diz que "ainda

Os falsos cosmopolitas



Hoje, quando o Brasil volta a crescer, o Estado recupera o seu papel de coordenação e planejamento dos investimentos e os indicadores sociais melhoram, os mesmos exterminadores do futuro vêm a público dizer que o crescimento econômico atual é simplesmente resultado das políticas dos anos 1990. Trata-se do último suspiro daqueles que vão ficando para trás

As ideologias sempre foram imprescindíveis. Aqueles que advogam sua morte são os remanescentes do pensamento único e temem um franco e democrático embate sobre as alternativas de desenvolvimento. É neste sentido que o sociólogo Pierre Bourdieu sugere que a manutenção da atual ordem simbólica, construída e difundida pelos economistas liberais, é vital para o funcionamento da ordem econômica contemporânea.

Por isso mesmo, o combate ao reducionismo econômico da complexidade social deve-se dar também no plano ideológico. De fato, o cenário atual revela-se pouco auspicioso a uma perspectiva de desenvolvimento nacionalista (sem cacete xenóforo), especialmente se proveniente da periferia, e a culpa não é tanto da chamada globalização. Sucede que o atual regime econômico internacional – com agências multilaterais associadas à finança desregulada e à defesa da “liberdade” irrestrita para a ação das empresas transnacionais – tende a constringer estratégias alternativas, embora as primeiras rachaduras neste edifício já se façam sentir.

Muito longe estaríamos da verdade se jogássemos a culpa apenas no inimigo externo. Seria desconsiderar que o Brasil conta hoje com uma invejável tropa de choque liberal. Esta confraria, que ainda encontra respaldo em segmentos do governo, estabelece a sua artilharia verbal a partir de importantes pontos da academia, da mídia e do setor financeiro. Uma verdadeira comunidade de espírito, onde todos os meios são dispostos para se assegurar o fim idílico do *investment grade*.

Mas, tal como os maçons do passado, seu vínculo primordial está no exterior. Recebem seus canudos nas universidades norte-americanas, enriquecem no mercado financeiro sem fronteiras e escrevem seus libelos colonizados sob aplausos dos editores nacionais. O vínculo forte com o exterior faz com que se pensem cosmopolitas. Mas não o são. Seu cosmopolitismo se resume a copiar estilos, padrões de consumo e a desprezar o popular e nacional. Ainda não compreenderam que o que se vende como cosmopolita é apenas a cultura do país dominante no cenário internacional. Assim, não pensam em desenvolver o Brasil a partir da sua realidade. Apenas defendem um tipo de inserção externa e de capitalismo, cujos fins

únicos são a inflação baixa, a segurança jurídica e a enxurrada de capitais sem distinção.

Importa ressaltar, porém, que nem sempre prevaleceu na história do país este saber com horror à evidência empírica e profundo desprezo pela realidade nacional. Como lembra Lourdes Sola, até o golpe de 1964, os economistas brasileiros podiam ser considerados técnicos em fins e travaram uma batalha fervorosa, no governo e na opinião pública, acerca dos melhores caminhos para se industrializar o país. Eram todos de uma ou outra forma desenvolvimentistas.

Mas, a partir dos anos 1990, desembarcou no país a UDN econômica, segundo Paulo Nogueira Batista Jr. Praticamente proscritos da vida pública por cerca de 60 anos – não coincidentemente, o período em que vivemos crescimento econômico e diversificação produtiva –, eles voltaram à carga com um ativo, a baixa inflação, que pouco compensa o imenso passivo deixado: estouro das contas externas, dívida pública estratosférica, crescimento píffio, explosão do desemprego e da exclusão social. Hoje, quando o Brasil volta a crescer, o Estado recupera o seu papel de coordenação e planejamento dos investimentos e os indicadores sociais melhoram, os mesmos exterminadores do futuro vêm a público dizer que o crescimento econômico atual é simplesmente resultado das políticas dos anos 1990. Trata-se do último suspiro daqueles que vão ficando para trás.

Por outro lado, o que o Brasil precisa, daqui em diante, é de mais ousadia. Este salto só se faz possível a partir de uma revisão dos termos do debate atual: desenvolvimento não é expansão do Produto Interno Bruto (PIB); pobreza não é apenas medida; emprego é mais que fator trabalho; inserção externa não quer dizer atração de investimentos; e conhecimento vai muito além de tecnologia importada. Em síntese, a mera aceitação da idéia de projeto nacional é uma das condições para prosseguirmos, de forma original, a nossa construção interrompida.

Ricardo Luiz Chagas Amorim (foto) é pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Instituto de Economia da Unicamp e professor licenciado da Universidade Mackenzie

Alexandre de Freitas Barbosa é pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap)

Pensando no



futuro dos idosos

A elevação da idade da população, ao mesmo tempo que as famílias brasileiras ganham novo formato, principalmente pela maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, exige novas políticas públicas voltadas para os mais velhos. Uma pesquisa que deverá ser concluída até o final deste ano faz o primeiro retrato nacional das instituições de longa permanência para idosos e começa a preparar o país para planejar ações adequadas à nova realidade

Por **Jorge Luiz de Souza**, de São Paulo

Desde cerca de 40 anos atrás, a sociedade brasileira vem experimentando queda acelerada na fecundidade e na mortalidade, adiamento na idade ao casar e aumento no número de separações, de recasamentos e de pessoas que nunca se casam. Ao mesmo tempo, cresce de forma generalizada a escolaridade feminina, com inserção maciça das mulheres no mercado de trabalho e se modificam os laços entre gerações e o sistema de valores familiares. A resultante é uma sociedade diferente, com novos problemas. Um deles é a elevação da idade da população e o aparecimento de um grande contingente “muito idoso”, e o futuro promete aumento de idosos demandando cuidados e diminuição de descendentes para cuidá-los.

“Isso levanta a questão de quem oferecerá cuidados para esses idosos: família ou instituições?”, indaga a pesquisadora Ana Amélia Camarano, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Desde o ano passado, ela comanda uma equipe que realiza a primeira pesquisa no país sobre instituições de longa permanência para idosos. “O valor brasileiro é de que a família tem que cuidar. Assim está na Constituição de 1988, na política nacional do idoso, de 1994, e no Estatuto do Idoso, de 2003. Então, o preconceito já existe e a política reforça o preconceito. As famílias que colocam os idosos em instituições são vistas como abandonando o idoso, e o idoso se sente rejeitado pela família. Assim, se está ignorando as grandes mudanças na família”, diz ela.

A pesquisa é uma parceria do Ipea com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República e o

Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI). Espera-se apurar cerca de 6 mil instituições com 100 mil idosos. “Não se sabe no Brasil quantas instituições existem, que tipos de serviço elas oferecem, quantos idosos estão nelas, quem vai para essas instituições, não se sabe absolutamente nada e se tem um preconceito muito grande. Mas é uma alternativa de cuidado com os idosos que tende a crescer muito”, diz Ana Amélia.

Já está publicada a parte relativa à região Norte e pronta a do Centro-Oeste. A pesquisa da região Sul está em fase final, a do Nordeste, na metade do trabalho, e, na região Sudeste, com dois terços das instituições do país, a pesquisa está apenas começando. Os resultados parciais já permitiram identificar uma importante diferença regional: tanto no restante do Brasil como em outros países, há mais mulheres que homens residindo nesse tipo de instituição, mas, em quase todos os estados do Norte e do Centro-Oeste, os homens são maioria.

Segundo a assistente social Tomiko Born, que tem três décadas de experiência em instituições para idosos, “muitos homens migraram para trabalhar, no começo provavelmente na extração de borracha nos seringais, depois na construção de estradas e à procura de pedras e metais preciosos, e não constituíram família. O resultado nessas regiões é uma população bastante diferente. Pelo menos no Sudeste, a população nas instituições é majoritariamente feminina. O homem, se fica viúvo, facilmente constitui nova família, enquanto a mulher viúva tem muito mais dificuldade de fazer um novo casamento. Um dos principais motivos da internação no Sudeste é a viuvez no caso da mulher”.

No Norte e Centro-Oeste, os homens são maioria nas instituições de longa

A psicóloga Eloísa Adler Scharfstein, cuja tese de doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi sobre instituições de longa permanência para idosos, relembra que o único estudo sobre o tema no país que ela pôde dispor era somente sobre o Rio de Janeiro, feito em 1999. Mais recentemente, por iniciativa da Fundação Perseu Abramo e do Serviço Social do Comércio (Sesc), em 2006, o levantamento “Idosos Brasileiros” captou como as instituições de longa permanência são percebidas entre as alternativas de cuidado para os idosos dependentes. Ana Amélia estima que no país haja 2,2 milhões de idosos que têm “dificuldades graves” para as atividades diárias. “Quer dizer, tirando os que estão em instituições de longa permanência, as famílias cuidam – ou descuidam – de 2,1 milhões”, diz.

VISÃO NEGATIVA Segundo Ana Amélia, “os idosos de hoje nasceram em uma época em que o papel da família (em especial, da mulher) como a cuidadora dos membros dependentes era claramente estabelecido” e há “uma expectativa elevada, por parte dos idosos, de receberem o cuidado familiar”. Isto explica por que, “em geral, as famílias que decidem pela institucionalização de seus idosos são vistas como praticando o abandono e tendem a experimentar forte sentimento de culpa”. Tomiko Born diz que para combater essa rejeição “temos que melhorar muito a qualidade das nossas instituições de longa permanência. Na situação atual, muitas estão em estado lamentável”.

Eloísa Adler acrescenta que “não é à toa que as instituições de longa permanência sejam muito malvistas, porque originalmente eram chamadas de asilos e estavam vinculadas à pobreza, abandono e desamparo”. Segundo Ana Amélia, há dessas instituições “desde o século XVI na Europa, e no Brasil desde o século XIX, mas eram asilos que misturavam loucos, mendigos, vagabundos e idosos. Era para tirá-los da sociedade. Parte do preconceito vem daí”. Eloísa conta que “há uma instituição no Rio

de Janeiro que na entrada tem uma placa, colocada por D. Pedro II, que diz ‘Asilo das Mendicidades’. Carregamos essa herança de pensar nas instituições de longa permanência como um depósito de velhos”.

Entretanto, Eloísa revela o outro lado dessa moeda. Ela pesquisou em uma instituição vinculada a uma ordem religiosa que nos anos 1980 conseguiu um prédio residencial muito aconchegante para ser a moradia coletiva de idosos que se chamavam de irmãos remidos, mas, como outras instituições filantrópicas, foi empobrecendo e acabou sem recursos para manter essa casa. “Os idosos foram morar no hospital da instituição mantenedora. Quando entrei lá, me lembrei de quando a velhice era vista como doença, quando se dizia que o lugar de velho é o hospital.

No entanto, ao falar com eles, notei, para minha surpresa, que esses velhos estavam em uma situação de amparo. Uma idosa disse ‘eu tenho família’. Eu precisei de um tempo para me reformular.”

Outra vertente é dos idosos que escolhem morar em uma instituição. Segundo Eloísa, “pertencer a uma entidade religiosa, como a categoria de irmão remido, é o resgate de uma identidade em uma fase da vida com tantas perdas. Há ainda o exemplo da identidade profissional, como é o Retiro dos Artistas, que é um condomínio, um espaço de moradia para os artistas. Outro viés é o étnico, como comunidades de imigrantes – a dos espanhóis, por exemplo – que criam seu ninho. Ter um espaço de moradia para idosos é um dos compromissos dessas comunidades”.



A imagem mais comum dos idosos no Brasil atual associa a idade avançada com saúde, e não mais com a visão...

permanência para idosos, ao contrário da regra no Sul do país e do exterior

Tomiko Born ressalta que há grande diversidade de situações conforme o tamanho da família e a metropolização da população brasileira. “Eu moro em uma pequena cidade do Sul de Minas, de 13 mil habitantes, e as famílias ainda cuidam dos seus idosos. Conheço uma família aqui que a cada noite um dos filhos vai dormir com a mãe idosa, e durante o dia ela fica na casa dela com uma empregada. Mas é preciso ter sete filhos, ou, quem sabe, oito, para conseguir isso.” Para ela, no interior é mais forte a tendência “de se condenar a família dizendo que ela está rejeitando o idoso”.

JAPÃO E CUBA Viagens de Ana Amélia e Tomiko ao Japão estão por trás da nova pesquisa. “Voltei com essa idéia. O núme-

Foto: Eduardo Knapp/Folha Imagem



...negativa do isolamento e do abandono em asilos

ro de instituições lá está crescendo muito rapidamente desde que criaram uma contribuição para os trabalhadores a partir dos 40 anos”, diz Ana Amélia. O Japão é tomado como referência porque o envelhecimento da população japonesa foi anterior ao envelhecimento da população brasileira. “Estive no Japão pela primeira vez em 1958”, conta Tomiko, que é descendente de japoneses, nascida em São Paulo, “quando visitei uma instituição, e voltei alguns anos mais tarde e vi que já haviam passado para outro estágio de atenção ao idoso, que era não mais um abrigo apenas, mas um local de cuidados especializados.”

Ela explica que o nome em japonês é “a tradução da expressão americana *special care unit*, porque o Japão já estava percebendo que, com a elevação da expectativa de vida, não só aumentava o número de idosos como também o número de idosos com dependência. Daí, não é suficiente oferecer casa e comida, mas é preciso oferecer também serviços especializados – enfermagem, reabilitação e assistência médica”. No Brasil, ela trabalhou em uma instituição para ido-

sos de origem japonesa criada há 50 anos. “Na ocasião, a idéia era dar amparo aos idosos que não tinham família, jovens que vieram como parte de uma família artificial como a que aparece no filme *Gaijin*. Com o tempo, passou a ser procurada por famílias de classe média, sem dificuldade econômica para cuidar dos idosos, porém com dificuldade para cuidar de idosos dependentes.”

Em Cuba, a psicóloga Eloísa Adler conheceu uma instituição “que lá se chama Casa del Abuelo, onde o idoso dependente ou semidependente passa o dia com toda a assistência e no final do dia a família vai buscá-lo”. Segundo Tomiko, “em termos teóricos, nós temos defendido esse tipo de regime, em que o idoso pode morar em sua casa e frequentar a instituição para se beneficiar de alguns programas, mas ainda não temos muito desse tipo no Brasil”.

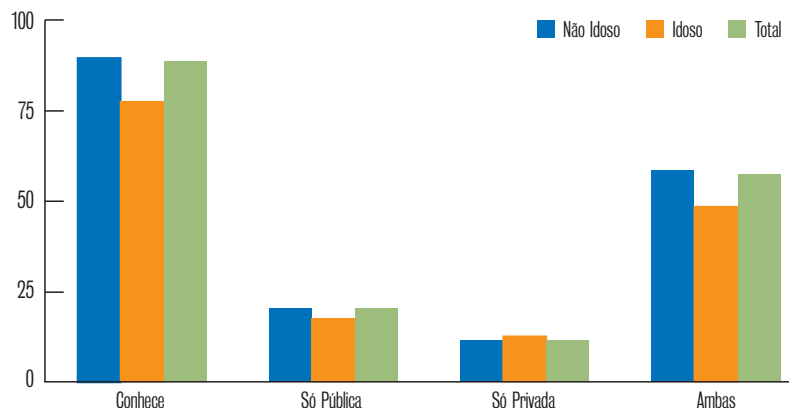
Por outro lado, relembra Ana Amélia, “o idoso não



Foto: Paulo Brasil

Não idosos conhecem mais

Proporção da população entrevistada que declarou ter conhecimento da existência de instituições de longa permanência para idosos (ILPI) por tipo e grupos de idade — Brasil, 2006



Nota: Total = 2.673; Não Idosos = 1.608; Idosos = 1.065
Fonte: Fundação Perseu Abramo/Sesc (2006) – Idosos no Brasil

Os idosos de hoje são de uma época em que o papel da mulher era de cuidadora

precisa morar junto da família para ter afeto. Às vezes, é até o contrário: morar junto é um elemento de violência, porque há tensão, atrito em casa. E a família pode dar afeto ao idoso residente em uma instituição de longa permanência, visitando ou levando o idoso para casa ou para festas". Ela conta ainda que há "uma instituição em Porto Alegre em que a família tem a chave e pode entrar na hora que quiser".

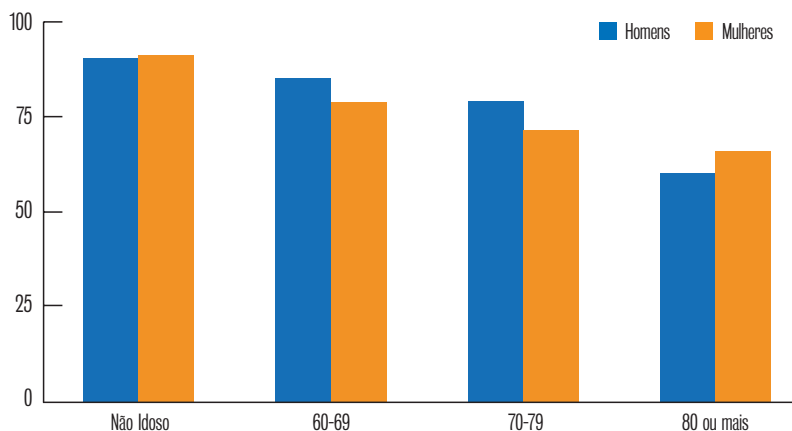
Segundo Tomiko Born, "as instituições de longa permanência não podem ser vistas como a única forma de cuidar do idoso dependente" e que os governos devem também promover "atendimento domiciliar, formação de cuidadores e oferecer serviço de atendimento médico adequado, porque, se não houver essa rede, toda a responsabilidade acabará recaíndo nas instituições de longa permanência para idosos. E há certas situações em que não há necessidade de o idoso ir para essas instituições, mas ele acaba indo por não haver alternativas".



Foto: Paulo Brasil

Mais velhos, menos informados

Proporção de entrevistados que reconheceram a existência de instituições de longa permanência para idosos por sexo e grupos de idade — Brasil, 2006



Nota: Não Idosos Homens = 764; Não Idosas Mulheres = 844; Idosos Homens = 396; Idosas Mulheres = 669
Fonte: Fundação Perseu Abramo/Secsc (2006) – Idosos no Brasil

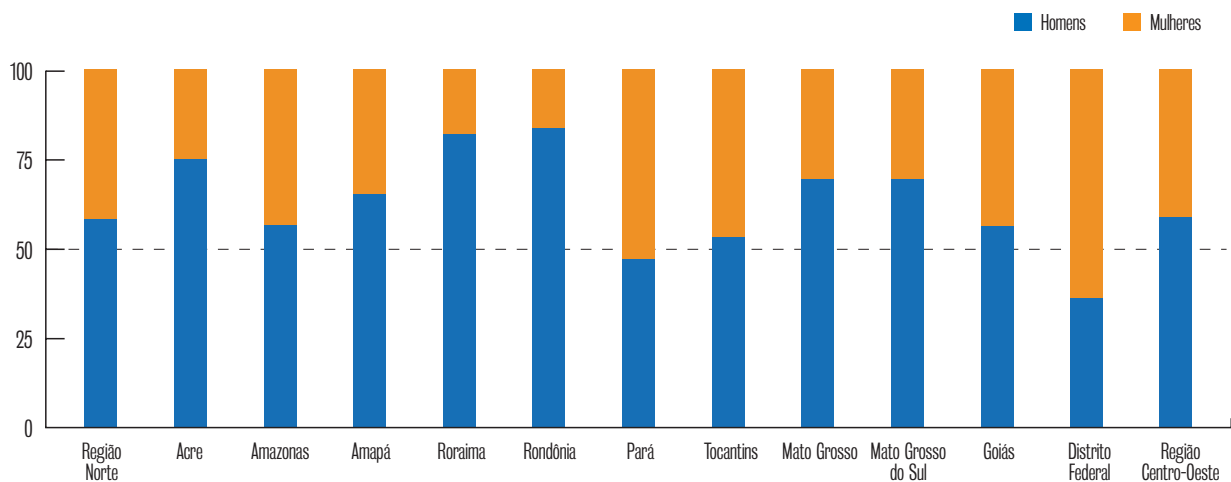
QUEM SUSTENTA Segundo Ana Amélia, as instituições filantrópicas têm o direito de recolher o benefício de previdência social dos idosos que abrigam, mas recebem principalmente ajuda das comunidades e das igrejas. "Alguns governos estaduais dão ajudas do tipo isenção de conta de luz ou

alimentos como pão. O governo federal dá uma ajuda muito pequena: uma verba *per capita* para 685 instituições, de R\$ 44 por mês para o idoso residente independente e R\$ 66 para o idoso dependente."

Eloísa Adler diz que a pesquisa Ipea/SEDH/CNDI será "de enorme im-

No Norte e Centro-Oeste, mulheres superam homens somente no Pará e no Distrito Federal

Composição por sexo da população idosa residente nas instituições de longa permanência segundo os estados e regiões — 2006-2007



Fonte: Pesquisa Ipea/DNDI/SEDH

da família e assim têm uma expectativa elevada de receber o cuidado familiar

portância para os estudos dos governos estaduais, que poderão conhecer quais são as demandas em seus estados”. Para Tomiko Born, as pessoas ligadas ao tema têm “trabalhado muito no sentido de que cada município e cada estado criem sua rede social de proteção do idoso, que deve incluir desde instituições de longa permanência para idosos e outras alternativas”. A pesquisa apresenta os resultados por estados e municípios e com isto favorece a formulação de políticas públicas.

A experiência de financiamento das instituições em outros países é rica. Além da contribuição a partir dos 40 anos no Japão, “há o que chamam de *reverse mortgage*, em que a pessoa hipoteca a casa e vai gastando. Depois, eles devolvem para a família ou a família completa o que falta, se for o caso. É um sistema privado, para maiores de 62 anos nos Estados Unidos e se chama *lifetime mortgage* na Inglaterra”, diz Ana Amélia.

Ela relata ainda que, além das instituições públicas e filantrópicas, há “as privadas, que são como qualquer outro negócio: elas vivem do que o idoso paga. Há instituições privadas de custo elevado, como uma no Rio, no bairro da Gávea, com mensalidade de R\$ 6 mil”. Segundo Tomiko, “na instituição em que eu trabalhava calculava-se que um idoso dependente custava para a instituição oito salários mínimos, um idoso independente calculava-se em três salários mínimos, e cinco no caso do idoso semidependente. E era uma instituição filantrópica, não visava lucro e tinha algumas isenções. Portanto, isso era só o custo operacional”.

Ana Amélia diz que “o Estado deveria primeiro ter políticas para instituições para idosos pobres e ter mecanismos de acompanhamento e fiscalização das instituições privadas. Hoje, existe apenas a intervenção da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que fez uma regulamentação das instituições [referindo-se à Resolução nº 283], mas com um nível de exigências incumpríveis para a maioria das instituições, totalmente desgarrada da

realidade. O governo cobra, mas não ajuda”. Ela diz ainda que “o Estado tem de estar pronto”, mas, como a oferta é muito pequena no Brasil, “acho que tende a crescer o mercado privado”.

REVELAÇÕES Outras revelações também aparecem nos resultados parciais da pesquisa Ipea/SEDH/CNDI. “Já deu para descobrir que mais ou menos metade dos residentes é independente”, adianta a pesquisadora Ana Amélia Camarano. Segundo Tomiko Born, “o independente é o que não precisa de ajuda para suas atividades pessoais, mesmo que use algum aparelho, o semidependente faz alguma coisa sozinho das atividades básicas diárias e em outras ele precisa de ajuda, e o dependente é aquele que é acamado, ou demenciado, ou que não toma banho sozinho, não come sozinho e que não pode ficar sozinho”. Para ela, entretanto, “hoje, a procura por vaga no setor de idoso dependente é muito grande”.

Segundo Tomiko, “com essa pesquisa nós vamos ter também a tipologia das instituições. Há muitas que são semelhantes àqueles velhos asilos, e outras que são muito mais próximas das instituições europeias, norte-americanas e japonesas, cuidando de idosos mais dependentes”. Ela explica que hoje “nós não temos condições de avaliar qual vai ser a demanda futura, o que os países mais adiantados têm como calcular e ainda projetar as mudanças nos motivos de dependência de idosos. No começo, eram em sua maioria pessoas com acidente vascular cerebral, mas nos últimos anos aumentaram os casos de mal de Alzheimer. A revista americana *The Gerontologist* tem publicado que nos Estados Unidos o grande problema é mesmo a procura por cuidados para idosos que sofrem desse mal”.

Ana Amélia esclarece que “estamos classificando se são abertas ou fechadas, pela natureza jurídica e pelo tamanho,

Foto: Agência Estado



Na periferia de São Paulo, assim como em todo o país, proliferam os bailes da terceira idade

No Sudeste, estimam os pesquisadores que funcionam cerca de 4 mil instituições

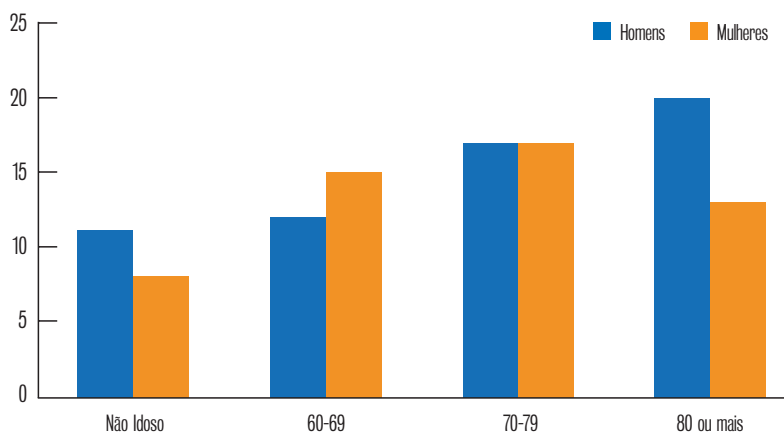
porque há instituições com 150 pessoas e há instituições com cinco pessoas”. O grande desafio foi fazer um cadastro das instituições a serem pesquisadas. “Usamos o cadastro do Ministério do Desenvolvimento Social, com 685 instituições que o governo federal financia com ajuda *per capita*, das secretarias estaduais e municipais de assistência social ou congêneres, da Anvisa, dos conselhos estaduais e municipais de idosos, dos ministérios públicos, além de listas telefônicas e anúncios de jornais. Também ligamos para as instituições para perguntar se elas sabiam de outras”, explica Ana Amélia.

“Cadastradas e mapeadas, mandamos um questionário auto-aplicável para essas instituições e depois fazemos um trabalho de sensibilização para que elas respondam. No Sudeste, onde o cadastro ainda não está pronto, estamos imaginando que serão umas 4 mil instituições. Já estão cadastradas todas as demais regiões. Em todo o Brasil umas 6 mil”, acrescenta a pesquisadora. No setor privado, é frequente existirem empresas que mantêm mais de uma instituição de longa permanência.

A pesquisa da Fundação Perseu Abramo e do Sesc revela que 88% dos entrevistados declaram ter conhecimento da existência de instituições de longa permanência para idosos, mas curiosamente essa proporção é maior entre os não-idosos (89%) do que entre os idosos (77%). É também mais elevada entre os homens do que entre as mulheres e decresce com a idade. Por outro lado, como era esperado, foram os idosos que apresentaram a mais elevada proporção de conhecidos que residem nessas instituições (10% dos não-idosos e 15% dos idosos). Já quanto ao grau de aceitação dessas instituições, a rejeição foi maior por parte dos idosos (33%) do que dos não-idosos (24%), e a proporção decresce com a idade para ambos os sexos, mas de forma mais intensa entre os homens, sugerindo uma mudança de percepção por parte das gerações mais jovens.

Amigos e parentes residentes são poucos

Proporção de entrevistados que declararam ter parentes ou amigos residentes nas instituições de longa permanência por sexo e grupos de idade — Brasil, 2006



Nota: Não Idosos Homens = 764; Não Idosas Mulheres = 844; Idosos Homens = 396; Idosas Mulheres = 669
Fonte: Fundação Perseu Abramo/Sesc (2006) – Idosos no Brasil

RESULTADOS De acordo com o Censo Demográfico de 2000, 5,5% do total da população da região Norte e 6,6% da região Centro-Oeste tinham 60 anos e mais – faixa dos idosos segundo a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso – parcelas inferiores à média nacional, que era de 8,6% em 2000. Apesar disso, as duas regiões registram envelhecimento populacional mais recente.

Nas duas regiões, aproximadamente 60% dos residentes em instituições de longa permanência para idosos são do sexo masculino, enquanto o padrão nacional e internacional é de maioria feminina nessas instituições. A predominância de homens ocorre em todos os estados da região Norte, exceto no Pará, que apresenta uma proporção de mulheres ligeiramente mais elevada (52%), enquanto em Rondônia a proporção de homens entre os idosos residentes é de 84%. Na região Centro-Oeste, apenas no Distrito Federal a proporção de mulheres residentes em instituições de longa permanência pa-

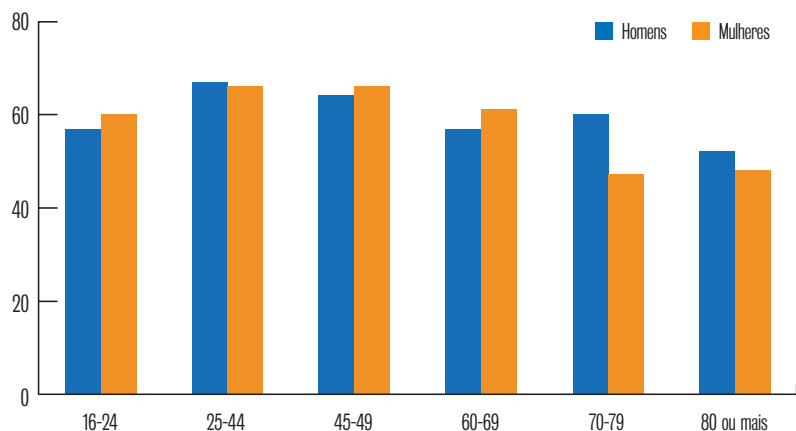


Pertencer a uma residência coletiva é o resgate...

e em todo o Brasil chegam a 6 mil, abrigando aproximadamente 100 mil idosos

Rejeição maior pelos idosos

Proporção de entrevistados que aceitariam residir numa instituição de longa permanência por grupos de idade e sexo — Brasil, 2006



Nota: Não Idosos Homens = 764; Não Idosas Mulheres = 844; Idosos Homens = 396; Idosas Mulheres = 669
Fonte: Fundação Perseu Abramo/Secsc (2006) – Idosos no Brasil

Foto: Macarena Lobos/Folha Imagem



...da identidade familiar, diz pesquisadora

ra idosos é mais elevada que a de homens (64,0%), enquanto em Mato Grosso a proporção de homens entre os idosos residentes é de 70,4%.

Na região Norte, foram identificadas pela pesquisa 49 instituições de longa permanência, as duas primeiras fundadas em 1930 e mais de 70% delas criadas a partir de 1980, enquanto no Centro-Oeste o levantamento identificou 249 instituições de longa permanência, a mais antiga criada no século XIX e mais de 70% criadas depois de 1980. Com relação à natureza jurídica, o maior grupo é de instituições privadas filantrópicas, sem fins lucrativos (63% no Norte e 66% no Centro-Oeste), com parcela expressiva católica e importante presença das sociedades espíritas e das ligadas à maçonaria. Apenas uma instituição na região Norte identificou-se como privada com fins lucrativos, no Pará. No Distrito Federal se encontra a mais elevada proporção de filantrópicas (85,7%) e de privadas com fins lucrativos (14,3%). O regime predominante de funcionamento das instituições é o semi-aberto, declara-

do por 45% delas, seguido do aberto, 41%. Apenas 14% declararam funcionar em regime fechado.

Na região Norte, manter um idoso numa instituição custa, em média, R\$ 639 por mês. A principal despesa é com recursos humanos, com 55% do total de gastos, seguida pela despesa com alimentação, com 18%. A relativa baixa proporção de gastos com alimentação pode se dever, em parte, ao fato de que uma parcela da alimentação é suprida com doações. O mesmo acontece com medicamentos, com 5,9% dos gastos. As despesas com manutenção da casa consomem 10% dos gastos. O custo por residente no Centro-Oeste é em média de R\$ 483. O custo de manutenção de um idoso varia entre os estados da região, sendo mais elevado no Distrito Federal (R\$ 726) e mais baixo em Goiás (R\$ 432). Esses custos refletem a oferta de serviços, bem como as doações recebidas em espécie e as isenções de taxas e contribuições, o que são práticas comuns nas instituições filantrópicas e públicas.

De modo geral, as instituições das regiões Norte e Centro-Oeste são fortemente dependentes do financiamento público (65% dos recursos financeiros no Norte e 56,4% no Centro-Oeste). Mas, nos estados do Tocantins e do Pará, no Norte, e nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e no Distrito Federal, no Centro-Oeste, a maior parcela dos recursos vem dos próprios internos. A grande maioria declarou também ter algum tipo de parceria com órgãos do governo, sejam municipais, estaduais ou federais. Cerca de 20% do financiamento total da região Norte tem origem na contribuição dos internos, 10% são de doações e apenas 5% são de renda própria. No Centro-Oeste, as mensalidades ou contribuições dos residentes respondem por cerca de 30% do total, as doações de ONGs, familiares, comunidade e igrejas e outras instituições, por 9,0%, e apenas 4,3% provêm de renda própria.

Quando chegaremos lá?

Pesquisa inédita aponta quando, se tudo der certo, o Brasil atingirá um padrão de distribuição de renda exemplar em comparação com os países que já não consideram suas diferenças como um problema

Por **Manoel Schlindwein**, de São Paulo

A desigualdade de renda no Brasil, que permaneceu estável durante várias décadas, passou a apresentar sucessiva queda nos últimos anos. Isto gera esperanças, mas deixa no ar uma pergunta: quando, afinal de contas, chegaremos lá? Dito de outro modo, quando que a diferença entre os mais ricos e os mais pobres será reduzida substancial-

mente? A resposta está em um Texto para Discussão (TD) lançado em março pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Escrito pelo pesquisador Sergei Suarez Dillon Soares, o trabalho intitulado *A queda na desigualdade no Brasil no contexto histórico e internacional* procura responder a essa pergunta comparando o índice brasileiro com o de outros países.

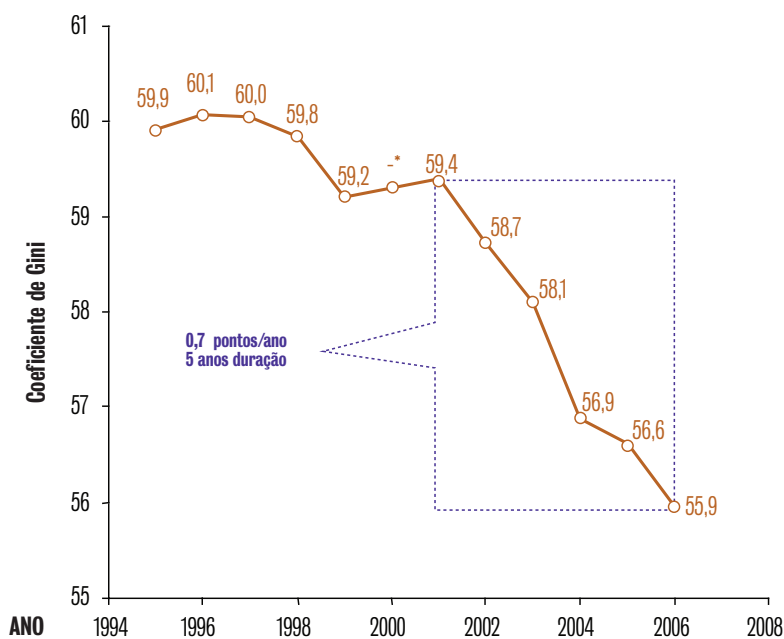




No atual ritmo de progresso, em seis anos o Brasil atingirá o nível de

Queda lenta, porém constante

Coeficiente de Gini (em escala de 0 a 100)



(*) Não houve dados em 2000

Fonte: Ipea

Para encontrar um parâmetro apropriado, Sergei Soares lançou mão de um indicador amplamente empregado pela comunidade científica, o Coeficiente de Gini. Criado pelo estatístico italiano Corrado Gini em 1912, o indicador vai de 0 a 1, sendo 0 a condição ideal de distribuição de renda. Soares observou uma curva descendente no coeficiente de Gini nacional entre 2001 e 2006. No intervalo, o indicador caiu 3,45 pontos centesimais, de 0,594 para 0,559, o que corresponde a um progresso médio de 0,7 ponto centesimal ao ano.

Essa variação equivale a uma redução de 5,8% na desigualdade ao longo dos cinco anos – ou 1,1% ao ano. É um ganho significativo, mas nunca é demais lembrar que o país amarga uma das piores posições no *ranking* mundial do Coeficiente de Gini veiculado anualmente no Relatório de Desenvolvimento Hu-

mano (RDH), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Na última edição do RDH, datada de 2007/2008 e publicada em novembro do ano passado, o Brasil, promovido à condição de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) elevado, apresen-

Onde encontrar

O Texto para Discussão (TD) *A queda na desigualdade no Brasil no contexto histórico e internacional*, de autoria do pesquisador Sergei Suarez Dillon Soares, pode ser encontrado no portal do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) na internet, endereço <http://www.ipea.gov.br/>, sob a aba "Publicações", link "Textos para Discussão", opção "Listar todos".

ta Coeficiente de Gini 57,0 (relativo ao ano de 2003, numa escala de 0 a 100). Isso significa uma distribuição de renda pior que a de alguns países de IDH médio, como a Venezuela (com Gini de 48,2) e Nicarágua (43,1), e até mesmo pior do que a de vários países de IDH baixo, como Nigéria (Gini de 41,3), Ruanda (46,8) e Etiópia (30,0).

QUANTO TEMPO A questão foi posta nos seguintes termos: mantido o ritmo de progresso no índice, quanto tempo faltaria para atingirmos o padrão de outros países? Feitas as contas, daqui para frente bastariam seis anos para atingirmos um nível de distribuição de renda como o do México, uma das melhores notas nesse quesito na América Latina. Outros seis anos precisariam se passar para o Brasil alcançar um patamar como o dos Estados Unidos (diga-se, um dos piores índices de distribuição de renda entre os países desenvolvidos). Por fim, em 24 anos teríamos uma distribuição de renda tão cobiçada como a do Canadá.

Soares não nega que será impossível ao Brasil atingir um coeficiente de Gini tão bom como o dos europeus, "por serem países unitários e de população homogênea". É por isso que a comparação fica mais coerente com os três vizinhos da América do Norte, que ocupam grandes territórios, são federativos e com população marcada por fortes divisões étnicas. Vale lembrar que, nos Estados Unidos, segundo Soares, "a desigualdade não é considerada algo particularmente ruim e, se oriunda do mérito, até desejável".

MÉTODO Embora pareça simples colocar as idéias nesses termos comparativos entre países, o trabalho fez queimar as pestanas de Sergei Soares. Primeiro, não dá para dizer imediatamente que uma queda de 3,45 pontos seja expressiva. Para chegar à conclusão de que o número é mais do que uma oscilação esporádica, o pesquisador tratou de comparar os

distribuição de renda do México, um dos melhores da América Latina

valores brasileiros com os de membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), grupo de países norteados pela democracia representativa e economia livre de mercado. Soares teve o cuidado de comparar os dados com bancos de informações de cada país, muito mais completos que os dados do Pnud.

Além disso, observou as séries históricas com indicadores até do início do século XX, quando os países montavam seus planos de bem-estar social. “Embora as circunstâncias históricas sejam diferentes, não é descabido buscar nas experiências exitosas do passado orientação sobre como poderíamos estar prosseguindo hoje”, justifica o pesquisador.

Não é preciso muita imaginação pa-

ra se dar conta de que os dados do século passado são escassos. Soares observa que no início do século XX “não havia, em nenhum país, pesquisas domiciliares confiáveis”. As melhores fontes de informação do Reino Unido datam de 1939, quando o governo iniciou a pesquisa de ganhos Survey of Personal Incomes. “Nenhum outro país conta com boas pesquisas domiciliares tão antigas e comparáveis”, afirma Soares.

É claro que nem tudo é perfeito. Embora os dados fossem coletados para uma pesquisa domiciliar, muitas vezes os cônjuges declaram impostos separadamente – o que confunde o cálculo de uma distribuição de renda *per capita*. O mesmo ocorre com as estatísticas nos Estados Unidos, que

chegam a incluir transferências estatais aos cidadãos (como é o caso, no Brasil, do Programa Bolsa Família), mas deixam de fora valores relativos à tributação vigente na época.

SUBMENSURAÇÃO Como era de esperar, o trabalho também não foi fácil com as bases de dados brasileiras. “Há menos consenso sobre o grau de submensuração das pesquisas domiciliares, uma vez que, por razões amostrais e de questionário, não medem rendas muito elevadas, principalmente as rendas do capital”, diz Soares em seu estudo, referindo-se à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Foto: Tuca Vieira/Folha Imagem



Redução das desigualdades significa não ter favelas coexistindo com edifícios de luxo

O que difere um país que consegue construir uma sociedade igualitária é o

A pesquisa, como seu próprio nome diz, é feita por amostragem e, portanto, neste caso, apresenta uma limitação importante no que diz respeito à concentração de renda. Há milhões de brasileiros com rendimentos na faixa de um salário mínimo, mas apenas uma seleta gama tem o privilégio de figurar na relação dos mais ricos do mundo da revista *Fortune*. Como é muito mais fácil uma amostra bater à porta de um

assalariado e muito difícil encontrar a esmo um bilionário, estes passam ao largo da pesquisa.

Há saída? Fazer com que a Receita Federal divulgue dados relativos à declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física. Não se trata de tornar público quem ganha quanto, até porque os dados são sigilosos, mas sim quantos ganham o quê. “Teremos grandes surpresas quando essas informações vierem à tona”,

adianta Soares. O pesquisador ainda faz uma última ressalva. Melhor empregar a Pnad, que conta com um histórico anual de dados desde 1974, do que a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), que só é feita em períodos mais espaçados.

DESAFIOS Gráficos com o Coeficiente de Gini lado a lado, o Brasil se sai melhor do que todos os países comparados. Enquanto nosso índice cai 0,7 ponto

IDH elevado é excelente, Gini elevado é péssimo

No Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) 2007/2008, divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) em novembro do ano passado, o Brasil ultrapassou pela primeira vez a linha de corte que separa os países de nível de desenvolvimento humano médio dos de nível elevado, ao atingir o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,800. São considerados de nível de desenvolvimento humano elevado os países com um IDH de 0,800 ou superior, de desenvolvimento humano médio os que têm IDH de 0,500 a 0,799, e de desenvolvimento humano baixo os com IDH inferior a 0,500.

Trata-se, portanto, de uma conquista histórica figurar entre os 70 países classificados na categoria de IDH elevado no *ranking* adotado pelo Pnud desde 1993. Mas a notícia não vale comemoração. Em termos relativos, o país caiu uma posição no *ranking* de 177 países monitorados pela instituição: foi de 69º lugar em 2006 para os 70º no ano passado.

“O Brasil não é nem um pouco desenvolvido. Aliás, nem desenvolvido nem igual, em se tratando de distribuição de renda entre a população”, afirma o pesquisador Sergei Suarez Dillon Soares, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Au-



Foto: Jarbas Oliveira/Folha Imagem

Padrão de vida vem se elevando mais rapidamente do que caem as diferenças de renda

tor do Texto para Discussão (TD) intitulado *A queda na desigualdade no Brasil no contexto histórico e internacional*, divulgado pela instituição em março, Soares não concorda com o posto atingido pelo Brasil no *ranking* do Pnud e aproveita para lembrar que a diferença entre os ganhos de ricos e pobres no país é dos piores do mundo.

Soares é crítico em relação aos critérios

adotados pelo Pnud na confecção do índice. “Para citar apenas um único exemplo”, diz, “vamos pegar o caso da educação. Os técnicos do Pnud levam em conta a quantidade de estudantes matriculados na escola, mas deixam de considerar qual o índice de repetência e quantos deles conseguem se formar. Enfim, não se discute qual a qualidade da educação.”

Foto: Stockxpert

centesimal ao ano, os britânicos registraram em seu melhor momento, de 1938 a 1954, queda anual 0,5 ponto, ao passo que os norte-americanos obtiveram média de 0,6 ponto entre 1929 e 1944. O mesmo vale para Holanda, que teve redução de 0,2 ponto ao ano durante 43 anos, e a Suécia, com queda de 0,5 ponto ao ano por 33 anos.

O Brasil apresenta uma queda melhor do que a dos outros países, mas por pouco tempo. É aqui então onde mora a chave do problema: levar em conta a quantidade de tempo pelo qual o indicador manteve índices positivos nos outros países é fundamental para responder à pergunta inicial. “Estamos caminhando numa velocidade muito maior do que países como Inglaterra ou Estados Unidos, mas será que continuaremos a manter essa velocidade? O ritmo está ótimo. O problema é mantê-lo”, defende Soares.

“Se continuarmos reduzindo nosso Coeficiente de Gini a 0,7 ponto ao ano pelos próximos 24 anos, não será possível ter grandes favelas coexistindo com condomínios de luxo, indivíduos à beira da fome no sertão do Cariri vivendo no mesmo país cujos céus são cruzados por executivos viajando na segunda maior frota de aviões particulares do mundo, nem um exército de empregados particulares passando as roupas, encerando os pisos e lavando os banheiros da classe média”, escreve Soares na conclusão do trabalho. Segundo ele, pensar que o ritmo de redução do Coeficiente de Gini nos levará a um outro país. “Mostra que podemos estar no início de uma revolução no nosso padrão civilizatório.”

OLIVER TWIST A fim de exemplificar o tamanho do que se está em jogo, Soares faz uma comparação entre a Inglaterra do século XIX e o Brasil atual. “O menino vivido por Oliver Twist no livro homônimo de Charles Dickens não se difere em nada da rotina vivida por um rapaz de uma favela do Rio



Fontes: Brasil (Pnad); México (Inegi); Estados Unidos (US Census Bureau); Canadá (Statistics Canada); e Reino Unido (Glennerster 2006)

de Janeiro”, diz. Em menos de 150 anos, a Inglaterra congratula-se por ter mudado tão radicalmente de cenário, reflete o pesquisador.

O que sabemos, prossegue Soares, “é que em sociedades democráticas vivendo sob o estado de direito as mudanças são lentas. O que difere um país que consegue construir uma sociedade igua-

litária de outros que param na metade do caminho é o fôlego para a caminhada, mais que a sua velocidade”. Assim, finaliza, se o Brasil almeja atingir os níveis de igualdade do Canadá, precisa se “preparar para passar os próximos 24 anos estudando, inventando e implementando novas políticas cujo objetivo seja a redução do fosso social”. **i**

Uma legião de microempreendedores

Com o aval dos próprios tomadores de empréstimos, operações de pequeno porte, sem burocracia, e toda a tramitação até a liberação do dinheiro em apenas sete dias, o Crediamigo, programa de microcrédito do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), faz dez anos e está perto de transformar 1 milhão de brasileiros em microempreendedores

Por **Adriana Thomasi**, de Fortaleza

Pequenos empréstimos, com valores a partir de R\$ 100, vêm mudando a vida de muita gente, em especial nos últimos dez anos. Mais visível nas comunidades da periferia das capitais ou de municípios do interior da região Nordeste, a facilidade de acesso a financiamentos embute oportunidades de ocupação e renda e faz surgir uma verdadeira legião de novos microempreendedores. No ano passado, o Crediamigo, programa de microcrédito produtivo orientado do Banco do

Nordeste do Brasil (BNB), o maior do gênero no País, fechou com média de 3,3 mil operações por dia. Trata-se de uma modalidade bem ágil: o empréstimo é liberado de uma só vez em no máximo sete dias úteis após a solicitação.

Desde 1998, ano de criação do programa, até 29 de fevereiro deste ano, foram 790 mil clientes atendidos em 4,1 milhões de operações, com desembolsos de R\$ 3,6 bilhões. São números extraordinários, se considerado o valor médio de cada financiamento. Só em 2007, a quantidade de

empréstimos superou 824 mil, correspondendo a R\$ 794,2 milhões de janeiro a dezembro. Nada menos de 64 mil novos empreendedores engrossaram a base de clientes, representando o maior incremento da história do programa. A carteira de microcrédito do BNB fechou fevereiro de 2008 com 307,7 mil clientes ativos e contratações de R\$ 224,3 milhões. Os recursos são liberados para todo o Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo, que formam a área de atuação do banco.

no Nordeste



Foto: Shutterstock

Os empréstimos solidários, tendo como garantia apenas o colateral social da própria clientela, representam 95% da base de clientes. O sistema de colateral social funciona da seguinte forma: o próprio interessado reúne um grupo de amigos empreendedores que morem ou trabalhem próximos e que confiem uns nos outros. Esta união possibilita o “aval solidário”, que é a garantia conjunta para o pagamento das prestações. Um é o avalista do outro. Foi uma receita que deu certo.

“Projetamos encerrar este ano com 370 mil clientes ativos e chegar a 2011 com 1 milhão”, diz Stélio Gama Lyra Júnior, superintendente de Microfinanças e Projetos Especiais do BNB, instituição com sede em Fortaleza (CE). A carteira de 2007 somou 300 mil clientes ativos, no global. No Ceará, berço do programa, os resultados são os mais animadores. Nada menos de 92,3 mil clientes integram a carteira ativa do programa no estado – posição de fevereiro. O segundo maior tomador desse tipo de

empréstimo é a Bahia, com 36,3 mil clientes ativos. A diferença entre os dois estados pode ser explicada em parte porque o programa começou no Ceará e ficou só neste estado por muito tempo, antes de chegar aos demais.

VIDA DE DESAFIOS Pessoas físicas, proprietárias de pequenos negócios nos setores de comércio, indústria ou serviços, seja formal ou informal, podem se habilitar ao crédito. Gente como Francisco Rios Araújo, de 45 anos, portador de

Pessoas físicas, informais ou proprietárias de pequenos negócios

Foto: Divulgação/BNB



O aval solidário ou colateral social reúne um grupo de empreendedores que confiam uns nos outros

deficiência visual causada por glaucoma, que decidiu investir em uma fábrica de antenas para televisão. “Minha vida sempre foi cheia de desafios”, diz. Com problemas de visão desde os 14 anos, ele precisou mudar do interior do Ceará para Fortaleza, em busca de tratamento. Por cinco anos, morou em uma instituição que abrigava pessoas saídas do interior do estado. Passou por períodos difíceis, agravados pelo glaucoma – que o deixou cego aos 20 anos –, mas não desistiu. Pois, “com a força e a fé em Deus”, como gosta de afirmar, começou a mudar de vida.

Partiu em busca de trabalho e no caminho encontrou uma assistente social que o indicou para a Satélite, fabricante de antenas de televisão. “Trabalhei por sete anos na empresa, aprendi o processo e, quando a fábrica mudou para um município vizinho, resolvi sair do emprego e montar meu próprio negócio”, conta. O investimento inicial foi de R\$ 1.150 com recursos próprios. A empresa apoiou a decisão de Rios e o auxiliou no processo. “Eles me ajudam até hoje, vendendo material”, diz.

Com o dinheiro da rescisão do contrato de trabalho, alugou uma casa, comprou equipamentos e começou a produção de antenas externas UHF e VHF,

atualmente em 20 diferentes versões. Encontrou no centro da cidade um cliente que acreditou no produto e o indicou para outros quatro, que continuam até hoje. A primeira venda, no valor de R\$ 100, Rios não esquece. “Comecei pequeno e agora tenho 40 clientes”, adianta, ao revelar que a fábrica, dependendo do mês, chega a faturar até R\$ 11 mil.

O aumento das vendas levou à inovação e à diversificação da linha de produtos. O primeiro empréstimo, em torno de R\$ 700, foi há mais de cinco anos. “Com o Crediamigo, minha atividade teve um grande salto, pois aumentei o estoque, ampliei a clientela e construí um negócio estável”, diz. Após 23 empréstimos – o último foi em torno de R\$ 1 mil –, o microempreendedor não apenas conseguiu fortalecer a empresa, mas acumulou patrimônio – três casas, fábrica, carro e ainda ajuda uma instituição para crianças carentes na comunidade. A Antenas Rios também gera quatro empregos diretos, voltados a jovens carentes e sem oportunidade no mercado de trabalho.

MODA DE PRAIA Com base no modelo de redes solidárias, o Crediamigo tornou realidade para milhares de empreende-

dores brasileiros o acesso ao sistema formal de crédito para montar, ampliar ou melhorar suas atividades. Foi o que ocorreu na Caxangá Moda Praia, em Caucaia, município da região metropolitana de Fortaleza, que começou com três funcionários e, em períodos de maior demanda, chega a até 50 postos de trabalho, incluindo na soma as bordadeiras terceirizadas.

O casal Carlos Antonio Rosa de Oliveira e Márcia trabalhava como sacoleiro, vendendo moda praia, quando abriu a confecção em 2000. A experiência anterior ajudou-os na decisão do tipo de negócio. Um empréstimo da família garantiu a compra de uma máquina e da matéria-prima. Cerca de um ano depois, com vontade de crescer e de melhorar de vida, o casal aceitou o convite de um amigo para participar do Crediamigo.

Com o primeiro empréstimo de R\$ 900, Carlos e Márcia compraram malha e aviamentos. Até agora foram 31 empréstimos. Com os recursos do programa ampliaram a produção. “Investi em estrutura física do negócio, reformei a casa, comprei carro e melhorei a qualidade de vida da minha família”, afirma Carlos. A Caxangá começou com 40 peças por dia, entre biquínis, maiôs, sungas, saídas de praia, e hoje fabrica 300 peças por dia, produtos que abastecem clientes nos estados de Minas Gerais, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, além do Ceará.

A empresa também abre oportunidade do primeiro emprego para jovens do bairro Conjunto Guadalajara, em Fortaleza, e ensina a arte da moda praia – da modelagem, passando pelo corte, pintura, bordado, até o acabamento final. Márcia Liduína Constantino da Rocha, funcionária da Caxangá há oito meses, nunca havia trabalhado antes. Hoje, tem uma profissão, um salário regular, ajuda na renda familiar e já pensa em entrar para a faculdade de estilismo e moda. “Essa oportunidade mudou não só a minha vida, mas de toda a família”, diz.

de comércio, indústria ou serviços podem se habilitar ao crédito

O último empréstimo da Caxangá foi de R\$ 7,7 mil para capital de giro – o teto máximo do programa é de R\$ 10 mil. Como “cliente antigo e sempre pontual”, Oliveira aproveita todas as oportunidades de empréstimos em grupo (solidário) ou individuais. “Estou sempre no limite do banco e sem nenhuma falha”, diz, com orgulho, e afirma que os juros baixos do Crediamigo estimulam a busca por crédito.

BOAS CHANCES Na composição das contratações do Crediamigo, 39% correspondem a giro solidário, 38% a giro popular solidário, 15% a investimento fixo, 6% a giro individual e 2% a giro comunidade. Com prazo médio de pagamento de quatro meses – que pode ser via carnê, quitado em qualquer estabelecimento vinculado ao sistema de compensação bancária –, o programa abre possibilidades de três empréstimos anuais, em média, desde que o cliente esteja em dia com as parcelas. As taxas praticadas variam de 1,95% a 3% ao mês, dependendo do produto de crédito e do tempo no programa. A política do Crediamigo beneficia os clientes mais antigos, com descontos graduais das taxas na proporção em que renovam suas operações.

Um conjunto de fatores como conhecimento da realidade do cliente e orientação dos agentes de crédito, que auxiliam no cálculo da movimentação de caixa e indicam a capacidade de endividamento, mantém os índices de inadimplência média na ordem de 0,94%. Contribui ainda a própria configuração de grupos solidários do Crediamigo, formados por três pessoas, no mínimo, e 30, no máximo, todas conhecidas, que se responsabilizam pelo crédito e pelo aval, o que acaba criando certo comprometimento entre os parceiros.

A pontualidade no pagamento garantiu a Lúcia Belarmino e ao marido Gonçalo César Barros, donos da Ki-Sorvetão, mais de 15 empréstimos. O primeiro, de R\$ 500, ajudou a ampliar as vendas, com a distribuição de sorvetes para vários pontos de Fortaleza. A ideia de expandir as atividades começou a geminar em 1996, quando Gonçalo foi demitido e o casal começou a vender dindim – um tipo de picolé caseiro, em vários sabores, embalado em saquinhos plásticos – na própria residência.

Certa do potencial do negócio, Lúcia decidiu participar de um curso gratuito de fabricação de sorvetes caseiros e começou a produzir. Foi quando recebeu o convite para integrar um grupo solidário

do Crediamigo. Hoje, totalmente reformada, a Ki-Sorvetão emprega 15 pessoas e trabalha dentro das recomendações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), mantendo em seus quadros uma nutricionista, responsável pela elaboração dos sorvetes e informações das embalagens. Com o lucro, Lúcia realizou o sonho da casa própria, comprou automóvel e pôde oferecer melhores condições de estudo para os três filhos.

A sorveteria ainda contribui financeiramente com instituições que atendem a crianças carentes. No Dia da Criança, promove uma festa com brincadeiras de palhaços e distribuição de sorvetes para a garotada.

UNIVERSO FEMININO Mulheres como Maria de Fátima Alves da Silva, dona da Farmácia Mil Cheiros, representam 64% da clientela do programa. “O Crediamigo foi o primeiro a oferecer crédito e confiança”, diz. A microempresendedora iniciou vendendo perfumes numa pequena prateleira improvisada, em frente à loja onde trabalhava. De início foram R\$ 500. Depois de cinco anos, período que pagou em dia mais de 20 empréstimos, Maria de Fátima transformou seu estabelecimento “na maior e melhor farmácia da cidade”, como ela diz, e ampliou as chances de crédito para R\$ 8 mil.

Localizada no município de Pereiro (CE), a cerca de 340 quilômetros de Fortaleza, a Mil Cheiros vende remédios, perfumes, cosméticos, celulares, além de receber pagamento de contas de água, luz e telefone. Emprega quatro funcionários e ainda atua em parceria com artesãos, que comercializam produtos no interior da farmácia. A perspectiva de bons negócios também estimulou a busca pela especialização. Maria de Fátima decidiu cursar graduação em farmácia, na Faculdade Católica Rainha do Sertão, em Quixadá (CE).

Para a costureira Verônica Sobreira Silva, que até 1998 trabalhava para uma empresa, investir em um negócio próprio significava a chance de acompanhar de



Foto: Divulgação/BNB

A pontualidade no pagamento garantiu mais de 15 empréstimos à sorveteria de Lúcia Belarmino

A política do Crediamigo beneficia os clientes mais antigos, com

Foto: Divulgação/BNB

perto o crescimento das filhas. Por isso, quando as meninas entraram na adolescência, ela decidiu mudar. Procurou emprego de faccionista, onde poderia costurar em casa. O proprietário da confecção emprestou a máquina de costura e, com disposição, Verônica começou a juntar dinheiro, pois não queria depender apenas de um cliente.

Em pouco tempo, conseguiu adquirir máquinas usadas e contratou as vizinhas para fazer parte do grupo, pagando por peça. Com o aumento da produção, percebeu também que era necessário evoluir. Máquinas novas e modernas poderiam garantir mais qualidade e rapidez ao serviço. Em junho de 2000, recebeu convite para participar de um grupo solidário do Crediamigo. Em 2002, conseguiu a primeira máquina financiada pelo Crediamigo. O negócio evoluiu e hoje são quatro máquinas e 26 pessoas empregadas, que recebem salário e prêmios de estímulo à produtividade. Além disso, a microempreendedora tem casa própria, conta em banco, cartão de crédito e carro novo.

A intensa movimentação da clientela em busca de recursos e o crescimento da economia da região Nordeste vêm influenciando o aumento médio dos empréstimos. Em janeiro de 2002, girava em torno dos R\$ 745 e passou para R\$ 963 em dezembro do ano passado. O valor dos empréstimos aumenta na medida em que o microempreendimento se desenvolve. Mais recentemente, o BNB firmou acordo com o Sebrae, no sentido de oferecer capacitação gerencial a seus clientes, e com o Instituto Nordeste Cidadania, para alfabetização de microempresários. A idéia é ampliar parcerias para orientação e capacitação de clientes com entidades públicas e privadas.

ALCANCE REGIONAL Com oferta de produtos e serviços – capital de giro, através de grupos solidários ou individualmente, investimento fixo, Crediamigo Comunidade, conta corrente (normal e simplificada), seguros, assessoria empre-



Mulheres como Fátima Alves da Silva, dona da Farmácia Mil Cheiros, representam 64% da clientela

sarial e capacitação –, o programa chega a mais de 1,4 mil municípios do Nordeste, norte de Minas Gerais e do Espírito Santo. Nada menos de 1.517

pessoas estão envolvidas na operacionalização do Crediamigo, que conta com suporte de 170 agências do banco e 37 postos de atendimento.

Foto: Stockxpert

O interessado precisa:

- Ser maior de idade.
- Ter ou iniciar uma atividade comercial.
- Reunir um grupo de amigos empreendedores, que morem ou trabalhem próximos e que confiem uns nos outros. Esta união possibilita o "aval solidário", garantia conjunta para o pagamento das prestações.

Documentos necessários:

- Identidade.
- Cadastro de Pessoa Física (CPF).
- Comprovante de residência atual.

Vantagens

- Abertura de conta-corrente.
- Créditos escalonados e crescentes.
- Juros mais baixos.
- Atendimento personalizado no local de trabalho do cliente.
- Orientação empresarial.
- Curso de capacitação e aperfeiçoamento profissional.

Perfil

Os clientes são pessoas que trabalham por conta própria, geralmente empreendedores do setor informal da economia. O Crediamigo também facilita o acesso ao crédito às pessoas de perfil empreendedor que tenham interesse em iniciar uma atividade produtiva, através dos bancos comunitários.



Fonte: Banco do Nordeste do Brasil (BNB)

FGV traça perfil da clientela

Do universo de microempreendedores que buscam recursos do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), 92% atuam no comércio, 5,3% no setor de serviços e 2,7% no setor industrial, revela o Estudo do Perfil Sócio-Econômico dos Clientes do Crediamigo, realizado pela Fundação Getulio Vargas (FGV) do Rio Janeiro. O levantamento apurou que 93% dos negócios registram movimento inferior a R\$ 5 mil mensais. Quase metade dos empreendimentos corresponde a atividades de subsistência.

De acordo com o porte, os clientes foram divididos em três grupos. O de subsistência, com vendas mensais iguais ou inferiores a R\$ 1 mil, representa 44,7% da clientela; o de acumulação simples, com vendas entre R\$ 1 mil e R\$ 5 mil, representa 48,9%; o de acumulação ampliada, com vendas de R\$ 5 mil a R\$ 36.146,26, representa outros 6,1%; e as empresas de pequeno porte – categoria que inclui os clientes maiores e já formalizados, representa 0,3% de toda a clientela.

Uma parcela considerável dos tomadores de empréstimos (15,5% deles) buscou a linha de capital de giro popular solidário, enquanto a de investimento fixo ficou com 2,6%, a de capital de giro individual, com 2,43%, e foi feito apenas um empréstimo do tipo crédito comunidade.

A maioria das operações (63%) dos empréstimos solidários segue o prazo de quatro

meses, sendo outros 10,6% em três meses, 14,9% em cinco meses e 8% em seis meses – a soma de operações de três a seis meses corresponde a 97% das operações. Praticamente todos adotam agenda mensal de pagamento (98,8%), com apenas 1,2% dos empréstimos quitados quinzenalmente. Em 92% dos casos, a operação está com seu andamento normal.

Entre os empreendimentos financiados, 33,7% realizam atividade na própria casa e 32,3% têm um ponto comercial. Cerca de 20,5% atuam em domicílio, 9,9% possuem uma barraca ou banca e 3,6% têm atividade móvel. Pouco mais de um quarto dos negócios (28%) corresponde a ambulantes. Dos negócios fixos restantes, 53% são próprios e 20%, alugados. Ainda conforme o estudo, 75,4% dos clientes moram em imóvel próprio, 10,3% pagam aluguel, 4% ficam em casa de familiares e 9,1% vivem sozinhos.

A maioria dos microempreendedores tem o primeiro grau ou ensino fundamental completos (61,8%), seguidos dos que têm o segundo grau ou ensino médio completos (30%). Apenas 2,8% não possuem instrução e 3% têm nível superior completo.

Dados da pesquisa mostram que a lucratividade média dos empreendimentos clientes do programa Crediamigo se manteve relativamente constante entre os períodos analisados

– da data de sua entrada no programa até 31 de dezembro de 2006. A margem de lucro bruta ficou em 38% e a operacional, em 32,3%, enquanto a líquida aumentou marginalmente de 29,4% para 29,7%.

O retorno sobre o investimento (ROI) evoluiu de 4,32% para 5,21% e o do patrimônio líquido recuou de 4,43% para 4,27%. A maior parte dos clientes possui entre 30 e 39 anos (30,4%), seguidos dos com idade de 40 e 49 anos (25,9%) e dos entre 20 e 29 anos (22,3%). Outros 14,6% têm entre 50 e 59 anos, 6,1% mais de 60 anos e apenas 1,3% menos de 19 anos.

Outro levantamento feito pelo próprio BNB mostra que 34% dos clientes do Crediamigo têm de um a quatro anos de escolaridade. Outros 31%, de nove a 11 anos, 30% de cinco a oito anos, 4% têm curso superior, e a parcela de analfabetos é de 1%.

Dos microempreendedores, 39% têm de 36 a 50 anos, 31% de 25 a 35 anos, 18% estão acima de 50 anos e 12% têm até 24 anos. A parcela de 29% atua no setor de confecções, 11% em produtos alimentícios ou cereais, 7% em bebidas, 6% em perfumaria, toucador e cosméticos, 4% em abate de animais e 43% em outros segmentos. Comércio lidera as atividades com 92%, seguido de serviços, 6%, e indústria, 2%. Os dados constam no relatório sobre os dez anos de atividades do programa.



Foto: Divulgação/BNB

O Crediamigo Comunidade financia as camadas ainda mais pobres

Foto: Divulgação/BNB



Para a costureira Verônica Sobreira Silva, o negócio próprio permite acompanhar as filhas de perto

De janeiro a dezembro do ano passado, o número de clientes ativos cresceu 27% e a expectativa é ampliar esse índice para 30% neste ano. A meta é atingir os municípios do Nordeste e outras regiões do País. O projeto de expansão da rede de atendimento prevê ainda a utilização da internet nos sistemas de aprovação de crédito, já a partir deste ano.

O BNB pretende se consolidar como modelo de atuação em microcrédito. Com o Crediamigo Comunidade, produto desenhado para financiar as camadas ainda mais pobres, o banco procura ampliar a participação no atendimento das necessidades desse segmento populacional, ainda não contemplado com as atuais linhas de crédito. Esse modelo contempla pessoas sem atividade ou com menos de um ano de atuação no mercado. Números de dezembro de 2007 mostram carteira de 20.438 clientes ativos, desembolsos equivalentes a R\$ 20 milhões e inadimplência próxima a zero. No período, a média de empréstimos ficou em R\$ 276.

A configuração do Crediamigo Comunidade, voltado à base da pirâmide, se apresenta como alternativa para os beneficiários do Programa Bolsa Família. “Planejamos trabalhar com esse segmento da população, numa perspectiva

de complementação de renda”, acrescenta o superintendente de Microfinanças e Programas Especiais do BNB, Stélio Gama Lyra Júnior.

Em articulação com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Sebrae e governo do Ceará, por meio do representante do Bolsa Família, o banco está empenhado em aliar políticas de crédito com programas de transferência de renda, como forma de impulsionar o desenvolvimento. “O microcrédito poderá se tornar uma perspectiva de fortalecimento da renda também para esse público”, reforça.

O Crediamigo Comunidade segue a metodologia dos bancos comunitários ou *village banking*, difundida com sucesso em países da África, América Latina e Ásia, como importante instrumento de política para redução da pobreza. Nesse sistema, são formados “bancos nas comunidades”, constituídos de 15 a 30 pessoas interessadas em iniciar um negócio, gerido pelos seus próprios integrantes. Os empréstimos variam de R\$ 100 até R\$ 1.000 e atendem a financiamento de capital de giro e pequenos equipamentos para a população de áreas urbanas e semi-urbanas.

De acordo com o superintendente de Microfinanças e Programas Especiais do

Iniciativas se agrupam por setor de atividade

Indústria

Marcenarias, sapatarias, carpintarias, artesanatos, alfaiatarias, gráficas, padarias, produções de alimentos, etc.

Comércio

Ambulantes, vendedores em geral, mercadinhos, papelarias, armarinhos, bazares, farmácias, armazéns, restaurantes, lanchonetes, feirantes, pequenos lojistas, açougueiros, vendedores de cosméticos, etc. Os clientes que atuam no setor de comércio formam a maioria dentro da carteira do Crediamigo.


Serviços

Salões de beleza, oficinas mecânicas, borracharias, entre outros.



Fonte: Banco do Nordeste do Brasil (BNB)

BNB, os próprios integrantes se responsabilizam por decisões, tais como quem participa do banco, valor do crédito a ser concedido, controle de recebimentos e pagamentos e cobrança das parcelas em atraso. Com base na orientação empresarial dos assessores de crédito, os integrantes dos bancos são estimulados a investir os recursos em atividades produtivas, formar a poupança familiar e discutir questões de interesse da comunidade, conferindo ao produto um forte conteúdo econômico e social.

As primeiras ações do Comunidade ocorreram em 2005, no interior do Ceará, resultado de parceria com a Acción Internacional, organização privada, sem fins lucrativos, com programas em diversos países da América Latina, e evoluíram para os demais estados, como um novo produto. “O Comunidade vai além do crédito em si. Envolve outras ações, gerando capital social”, diz o superintendente. 

Previdência social: idéias fora de lugar



Nesse novo contexto, as demandas por proteção por parte da população ativa tendem a se reduzir, enquanto as possibilidades de financiamento das políticas sociais tendem a aumentar. E, obviamente, essas novas tendências devem ser levadas em conta em eventuais propostas de reforma da seguridade e da previdência social no Brasil

Algumas das propostas de reforma da previdência social em discussão nos meios econômicos, sociais e políticos apresentam um foco estrito no próprio sistema previdenciário. Esquecem que os problemas que o afligem radicam, na verdade, no mercado de trabalho – caracterizado por desemprego, informalidade e baixos salários.

Ao longo da década de 1990, o mercado laboral sofreu bastante com o fraco desempenho da economia brasileira. De 1990 a 1999, o PIB cresceu apenas 1,6% ao ano – taxa muito inferior à registrada em décadas anteriores (inferior inclusive à de 1980 – a chamada “década perdida”). Neste contexto de reduzido crescimento, o desemprego explodiu. Nas regiões metropolitanas pesquisadas pela PME/IBGE, que congregam boa parte da população do país, a desocupação aberta dobrou – passou de 4,2% em 1989 para 8,4% em 2000.

A informalidade seguiu pelo mesmo caminho. Levando em conta apenas os assalariados sem carteira assinada das áreas metropolitanas, verifica-se que seu número aumentou em 45,2% no período. Enquanto isso, o contingente de assalariados com carteira diminuiu 21,5%.

O desemprego e a informalidade, principalmente nas metrópoles brasileiras, afetaram a remuneração do trabalho. De julho de 1994 a dezembro de 1998, o rendimento do trabalho captado pela PME/IBGE subiu 40,1%. Todavia, de janeiro de 1999 a janeiro de 2000, caiu 14,5% em termos reais (todos estes dados são da série antiga da PME/IBGE). Este cenário de desestruturação do mercado laboral, próprio da década de 1990, trouxe dois grandes problemas para a seguridade social (incluindo-se aí a previdência). De um lado, a demanda da população economicamente ativa por proteção tendeu a aumentar. Sem trabalho, sem emprego e/ou com rendimentos em queda, parte dessa população bateu às portas do sistema de seguridade, em busca de recursos que garantissem sua sobrevivência.

De outro lado, as possibilidades de a seguridade atender a essa maior demanda por proteção tenderam a estreitar-se. Os recursos que financiavam benefícios/serviços sociais (principalmente os previdenciários) tornaram-se relativamente mais escassos. Isso porque tais recursos eram

oriundos de tributos incidentes sobre rendimentos do trabalho – que estavam em queda no período. Ou, então, de tributos incidentes sobre o faturamento/lucro das empresas – estagnados, dado o reduzido crescimento do PIB.

Em alguma medida, a seguridade e a previdência ficaram no fogo cruzado entre as demandas da população ativa e as dificuldades de financiamento de políticas sociais. E estas dificuldades tornaram-se ainda maiores, dadas as imposições da política de estabilização monetária do período (que incluía a subtração de recursos das políticas sociais para o pagamento de juros da dívida pública – como testemunham o Fundo Social de Emergência, o Fundo de Estabilização Fiscal e a Desvinculação de Receitas da União).

Dessa maneira, se atualmente os meios econômicos, sociais e políticos discutem reformas na previdência social, é preciso lembrar dos constrangimentos a que esta esteve submetida na década de 1990. Constrangimentos que estiveram relacionados à dinâmica da macroeconomia e do mercado laboral. Idéias de reforma previdenciária que os desconsiderem correm o risco de serem classificadas como “fora de lugar”.

Acrescente-se que o atual contexto macroeconômico é bastante distinto do anterior. De 2004 a 2007, o PIB brasileiro cresceu 4,4% em média – percentual quase três vezes superior ao da década de 1990. Diversas foram as conseqüências sobre o mercado laboral. O desemprego recuou – de 6,6% em janeiro de 2004 para 4,5% em janeiro de 2008. A formalidade da ocupação avançou – o emprego com carteira assinada aumentou 24,2% no período; ao passo que o sem carteira, apenas 1,8%. E, na esteira disso, a remuneração do trabalho melhorou: aumentou 11,2% em termos reais (dados da série antiga da PME/IBGE). Nesse novo contexto, as demandas por proteção por parte da população ativa tendem a se reduzir, enquanto as possibilidades de financiamento das políticas sociais tendem a aumentar. E, obviamente, essas novas tendências devem ser levadas em conta em eventuais propostas de reforma da seguridade e da previdência social no Brasil.

André Gambier é pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)



Foto: soc.hu

Materiais

Plástico revoluciona cirurgias

Pesquisadores norte-americanos desenvolveram um novo material, um plástico rígido, que se torna flexível quando molhado e que volta a endurecer quando seco. A inspiração para o trabalho, publicado na revista *Science*, vem do pepino-do-mar, invertebrado muito comum no fundo dos oceanos e capaz de alternar seu estado de rigidez quando ameaçado por predadores. O grupo de cientistas, liderado por Jeffrey Capadona, do Departamento de Ciência e Engenharia Macromolecular da Universidade Case Western, conseguiu juntar nanofibras de celulose em uma mistura de polímeros elásticos.

Ao se adicionar um solvente à mistura, a ligação entre as fibras é relaxada, deixando o material mais flexível. Quando o solvente evapora, a rede formada pelas nanofibras volta à cena, enrijecendo o material. Uma das aplicações do novo plástico está na área de implantes médicos, como, por exemplo, nas capas de microeletrodos atualmente utilizados em terapias de doenças como mal de Parkinson, derrame ou acidentes na medula espinhal e que, com o tempo, se tornam menos eficientes à medida que o organismo cria cicatrizes nos tecidos ao redor dos implantes rígidos.

Computação

Projetos científicos compartilhados em alto desempenho

O Ministério da Ciência e Tecnologia lançou o primeiro Centro de Computação de Alto Desempenho, reestruturado pelo Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho (Sinapad). O centro integrará o Núcleo de Atendimento em Computação de Alto Desempenho (Nacad), do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ). O Sinapad interligará os núcleos de processamento das entidades participantes e permitirá que projetos

acadêmicos e pesquisas científicas possam ser compartilhados em uma rede de informática de grande rendimento. O objetivo é fomentar o uso da computação de alto desempenho e o desenvolvimento científico. Além do centro do Nacad, também participam do Sinapad os centros do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e das universidades federais de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, de Pernambuco e do Ceará.

Espaço

Acordo de cooperação com a Argentina observa costas e oceanos

Brasil e Argentina vão construir satélite para observação costeira e dos oceanos. O acordo de cooperação espacial foi formalizado durante a visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Argentina, no final de fevereiro. A Argentina tem tecnologia espacial, materializada nos satélites SAC-B, SAC-C e SAC-D, e o Brasil mantém o programa de satélites de observação Cbers (sigla para *China-Brazil Earth-Resources Satellite* — em português, Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres). Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o desenvolvimento do satélite terá impacto positivo na proteção e manejo costeiro, na pre-

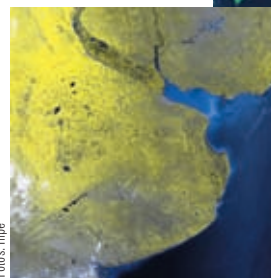


Foto: Inpe

Ilha Grande, no litoral do Rio de Janeiro, e a foz do rio da Prata, entre a Argentina e o Uruguai

venção de desastres, na proteção do meio ambiente, no uso sustentável dos recursos naturais marinhos e em oceanografia, meteorologia e no estudo das mudanças climáticas. O grupo de trabalho estabelecido pelos dois países tem prazo de quatro meses para definir as especificações da missão e apresentar, em julho deste ano, o cronograma e a descrição da divisão de tarefas.

Transgênicos

Experimento para combater a malária na gravidez

Cientistas brasileiros e portugueses desenvolveram um novo modelo animal para o estudo dos efeitos da malária durante a gravidez, que causam anemia materna, diminuição da viabilidade do feto e crescimento intra-uterino retardado. O trabalho foi publicado na revista de acesso aberto *Plos One*. Só no continente africano, estima-se que anualmente 10 mil gestantes e 200 mil crianças morrem em decorrência da malária associada à gravidez. Para escapar da ação do sistema imune, o parasita se aloja em determinadas regiões do

corpo, como as paredes dos vasos sanguíneos. No caso da mulher grávida, ele acaba sendo seqüestrado na placenta. Quando ele se aloja ali, o corpo reage com um processo inflamatório. O grupo utilizou uma linhagem de camundongos que foi infectada com um parasita transgênico. O gene transcrito gera uma proteína chamada de GFP, que emite luz verde ao ser estimulada com determinado comprimento de onda, o que possibilita a visualização do parasita, que pode ser facilmente localizado em qualquer tecido. O

modelo em camundongos, que reproduz as características patológicas observadas em casos humanos, trará uma importante contribuição para a compreensão de diversos aspectos da malária gestacional, além de ser uma importante ferramenta para o teste de novas drogas e vacinas, afirma o autor brasileiro da pesquisa, Cláudio Marinho, pós-doutorado no Instituto Gulbenkian de Ciência, em Portugal.

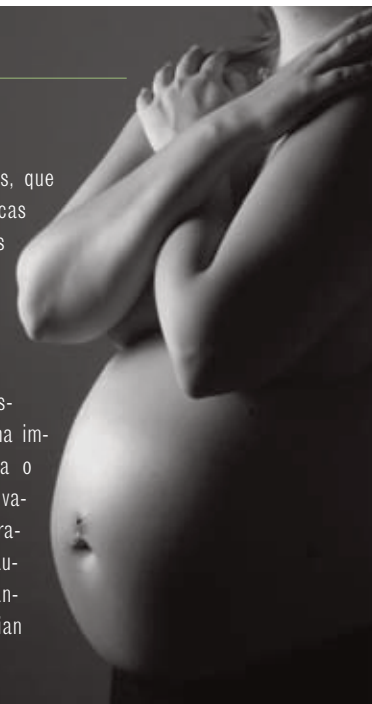


Foto: src.hu

Petróleo

Instituto moderniza avaliação de corrosão

O Instituto Nacional de Tecnologia (INT) está modernizando a infra-estrutura laboratorial da área de corrosão e degradação e construindo outro Núcleo de Caracterização e Avaliação de Desempenho de Materiais e Componentes Metálicos Utilizados na Indústria de Petróleo (Numat). O investimento, de R\$ 25,5 milhões, está sendo bancado pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e pela Petrobras e tem como objetivo atender à crescente demanda de desenvolvimento e serviços tecnológicos voltados para materiais e revestimentos usados nos campos de exploração e plataformas de petróleo, nas etapas de refino de óleo e gás e em seu transporte por dutos.

Nanociência

Inaugurado laboratório para estudo em nível atômico

O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) inaugurou o Centro de Nanociência e Nanotecnologia Cesar Lattes no campus do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), em Campinas (SP), aberto a usuários do Brasil e do exterior. O novo centro reúne, em uma área construída, de 2,2 mil metros quadrados, um conjunto de laborató-

rios dedicados ao estudo das propriedades de materiais em nível atômico e molecular. A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) investiu R\$ 6 milhões nas obras do prédio, e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), US\$ 2,5 milhões (cerca de R\$ 4,2 milhões), para a compra de equipamentos, entre

eles o microscópio eletrônico de transmissão analítica para nanocaracterização de materiais. As instalações do centro funcionarão de forma integrada com as estações experimentais da fonte de luz síncrotron, uma radiação eletromagnética intensa produzida por elétrons de alta energia em um acelerador de partículas.

Nuclear

Nova política de inovação já está em vigor

A Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) tem nova política de inovação. A Resolução nº 70, publicada no *Diário Oficial da União (DOU)*, diz que os projetos de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico da comissão devem gerar inovações para atender às demandas do setor nuclear do país, bem como de outros setores produtivos de interesse

institucional. A política tem princípios de apoio e estímulo à construção de ambientes especializados e cooperativos de inovação; estabelecer parcerias entre empresas, universidades e institutos científicos e tecnológicos; e promover a proteção da propriedade intelectual e do conhecimento e estímulo à exploração e à transferência de tecnologia, entre outros.

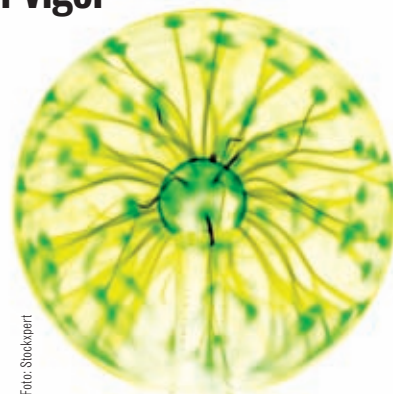


Foto: Stocknet

Determinismo geográfico (no bom sentido da palavra...)

No início da segunda metade do século XX, a construção de uma teoria do desenvolvimento, a partir de uma reflexão própria aos países em desenvolvimento, teve de desmentir velhos preconceitos raciais, determinismos climáticos e geográficos ou “desvios” culturais e religiosos. A “ética calvinista” e o “espírito do capitalismo”, isto é, o progresso e a prosperidade, pareciam estar irremediavelmente encarnados em povos nórdicos, anglo-saxões, restando-nos as agruras do subdesenvolvimento, tão inevitável quanto geográfica e culturalmente “determinado”. Depois que asiáticos passaram a perna nos “norte-atlânticos” em matéria de taxas de crescimento – aliás, nos próprios latino-americanos, desmentindo Gunnar Myrdal e seu equivocado *Asian Drama* –, o mundo começou a olhar com mais atenção outras variáveis do processo de desenvolvimento, que não apenas coordenadas geográficas e atavismos culturais.

No entanto, *geography matters*, como lembra David Landes, na abertura desta obra, que é, ao mesmo tempo, uma reflexão teórica e um estudo de caso, focado na América Latina. Jared Diamond, também citado ao início, já tinha notado as imensas barreiras físicas que impediram as Américas – a América do Sul em particular – de participar dos intercâmbios de espécies animais e vegetais que, nas regiões setentrionais, disseminaram técnicas e procedimentos que transformaram para melhor a vida dos povos da imensa Eurásia. Comparando os níveis de desenvolvimento dos diversos

países da região, e suas características geográficas, os autores examinam, sucessivamente, os problemas físicos e as respostas que podem ser dadas às desvantagens de uma geografia mais inclemente.

A América Latina é a mais fragmentada região do mundo, com grande número de ecozonas distintas, ao mesmo tempo que sua fragmentação etnolingüística é bem menor, mas importante em países como Bolívia, Guatemala ou Peru. A nova Constituição da Bolívia, por exemplo, reconhece como oficiais, além do castelhano, outras 36 línguas indígenas: de dar inveja à União Européia! A independência do Haiti não foi feita de vitórias militares, mas de derrotas por malária e febre amarela. O ambiente tropical também torna penoso o trabalho humano, como ilustrado pelo canal do Panamá. Enfim, não faltam evidências de alta mortalidade e de baixa renda *per capita* nas faixas de latitude próximas ao Equador.

Mas, como indicam os autores, não há, propriamente, condicionantes ou determinismos, porém “canais de transmissão” das especificidades geográficas nas atividades econômicas e humanas. Esses canais são a produtividade da terra, a presença de doenças endêmicas, a ocorrência de desastres naturais e o acesso aos mercados, ou seja, a localização dos agentes econômicos. O estudo em nível regional, isto é, interno aos países, permite isolar fatores institucionais e culturais dos determinantes especificamente geográficos. Os dois primeiros capítulos olham para o passado dos países latino-americanos e a influência da geografia nos

níveis de desenvolvimento de países e regiões. O terceiro capítulo olha para a frente, buscando determinar o que poderia ser feito. Algumas barreiras ou obstáculos de infra-estrutura podem estar acima da capacidade de países pobres superá-los, e eles são pobres em grande medida por esses fatores. Os autores relacionam, em todo caso, as diferentes medidas de políticas regionais, as estratégias de descentralização e a aplicação da ciência e tecnologia aos casos mais difíceis.

A produtividade da terra e as condições de saúde, por exemplo, podem ser alteradas por meio de avanços tecnológicos, como a conquista do cerrado provou no caso do Brasil. Mas as epidemias recorrentes de dengue demonstram quão frágeis podem ser esses ganhos, na ausência de políticas públicas eficazes no controle dos vetores. Desastres naturais requerem obras de maior porte e deslocamentos de populações, que podem estar fora do alcance de determinados governos. O mesmo pode ser aplicado à infra-estrutura de acesso aos mercados, mas o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do qual fazem parte os autores, está aí para isso mesmo. No entanto, institutos públicos de pesquisa de toda a região podem ter menos recursos do que a Monsanto, por exemplo. Em suma, a geografia não é uma fatalidade, mas o esforço para a decolagem a partir dos trópicos é sempre mais custoso e o empurrão inicial tem de ser maior.

Paulo Roberto de Almeida



Geografia é Destino?: Lições da América Latina

John Luke Gallup, Alejandro Gaviria e Eduardo Lora
Editora Unesp, 2007 – 176 páginas – R\$ 34,00

Contos fantásticos, mas assustadoramente normais

A maior surpresa destes “contos fantásticos” do escritor, poeta, tradutor laureado e diplomata Geraldo Holanda Cavalcanti é a de que eles são, efetivamente, fantásticos, em qualquer sentido que se dê a esta palavra. Mas, ao mesmo tempo, eles são... assustadoramente normais.

Com isso quero dizer que os contos se situam naquela zona do irreal, ou do surreal, que povoia nossas mentes, sem deixar, um único segundo, o chão de terra batida que nos liga à existência cotidiana mais banal do mundo. Ou seja, o fantástico aqui não se prende a fenômenos paranormais, a seres de outro mundo, a dimensões inexplicáveis da realidade, ou à intervenção de algum poder externo que atuaria independentemente da vontade dos personagens, como se vê habitualmente na chamada “literatura fantástica”. Aqui não: estamos em face de personagens e de situações absolutamente normais, no sentido mais corriqueiro da palavra, pessoas e casos que poderiam frequentar nosso escritório de trabalho, eventos que poderiam estar se desenvolvendo nas esquinas do nosso bairro, “coisas”, por vezes prosaicas, que poderiam ocorrer em nossas próprias vidas. Pessoas, enfim, que poderiam ser nós mesmos. É a isso que me refiro quando classifico estes “contos fantásticos” de “assustadoramente normais”.

A rigor, o único “intruso externo” que poderia aproximar um dos contos do termo fantástico na acepção mais freqüente dessa expressão seria a misteriosa força, inexplicável, que impede o personagem de *O violinista*, detentor de um excelente violino húngaro, de tocar a *Tzigane* de Ravel. Neste caso, o violino, não o violinista, mereceria seu enquadramento na categoria de “fantástico”. De resto, todas as demais situações inverossímeis, inexplicáveis, surpreendentes, enfim, fantásticas, que povoam estes contos são absoluta-

mente corriqueiras, até banais, na vida de cada um de nós, mas o resultado é sempre uma surpresa, sem que se consiga, no começo de cada conto, prever o seu final. Tentei várias vezes “adivinhar” o que viria a ocorrer com o personagem de cada conto, que geralmente é o próprio narrador, sem sucesso, porém: o final é sempre uma total surpresa, e nisso também reside o caráter fantástico destes excelentes contos de Geraldo Holanda Cavalcanti.

Esse caráter surpreendente dos contos “semifantásticos” do poeta e ensaísta consagrado faz com que seja difícil largar um conto uma vez iniciada a sua leitura. A chave talvez esteja, precisamente, no fato de que o personagem, salvo uma ou outra exceção, nunca é alguém externo, mas é sempre o próprio narrador, isto é, nós mesmos, à condição de nos identificarmos com ele: um cidadão normal, de idade média, trabalhador, viajante, jornalista, homem de família ou de situação indefinida, mas em todo caso perfeitamente encontrável na nossa vida diária. Nisso Geraldo Holanda Cavalcanti preenche integralmente os requisitos da literatura fantástica tal como explicitados por Tzvetan Todorov, que ele coloca em destaque na abertura de sua coleção de contos: o leitor é obrigado a considerar o mundo dos personagens como um mundo de criaturas vivas, ele se identifica com um dos personagens, geralmente o narrador, e ele recusa uma interpretação poética ou alegórica do texto.

Assim, cada uma das situações vividas pelos diversos personagens dos 18 contos aqui selecionados é, aparentemente, banal, corriqueira e surpreendentemente fantástica. Em vários casos, tudo pode ter ocorrido apenas na mente do personagem principal, povoada de “fantasmas” que podem ter efetivamente existido e interagido consigo e com todas as demais pessoas; em outros casos, os “fatos” ocorreram com



Encontro em Ouro Preto

Geraldo Holanda Cavalcanti

Editora Record, 2007 – 192 páginas – R\$ 30,00

outros personagens, e o narrador é um mero espectador do inexplicável, situação essa que se situa, entretanto, inteiramente dentro do domínio do plausível e do possível.

Contos verdadeiramente fantásticos, acredite, caro leitor, não são aqueles que nos enviam a uma dimensão surreal, geralmente assustadora ou “aterrorizante”, de uma existência qualquer, eventualmente a nossa própria. Eles são tão mais cativantes quanto despertam em nós a sensação de que aquilo poderia estar ocorrendo com nós mesmos, numa dessas situações corriqueiras da vida. E o mais atraente na escrita de Geraldo Holanda Cavalcanti é a fluidez do texto, a palavra atraente e certa, mesmo quando ela transmite toda a ambigüidade de uma situação, e suas palavras geralmente o fazem, transmitindo essa situação de “desconforto” e de “incerteza” com o que pode vir a ocorrer com o personagem principal, nisso atizando nossa curiosidade para que logo cheguemos ao final do conto. Eles se lêem, assim, rapidamente, mas a impressão que nos fica é permanente: “caramba!, é verdade, como é que *isso* pôde ocorrer?”.

Com tudo isso fica a sensação de “quero mais”. A vontade que dá, ao encerrar o livro, é a de pedir ao autor que continue a nos enfeitiçar com os seus, novos, contos fantásticos, assustadoramente normais...

Paulo Roberto de Almeida

INDICADORES

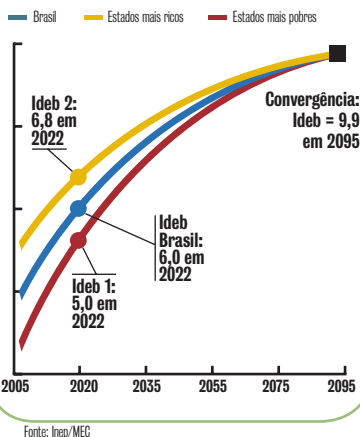
O que é?

Ideb

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é um indicador objetivo para verificar o cumprimento das metas fixadas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do Ministério da Educação (MEC). Com ele, o Brasil busca alcançar médias de aprendizado semelhantes às de países mais desenvolvidos. O Ideb se expressa em valores de zero a 10 em todas, por unidade da federação e município, comparando notas e tempo de graduação. Foi lançado em 2007 e é calculado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Relaciona informações sobre rendimento escolar (aprovação) com o aprendizado (proficiência) em exames padronizados – a Prova Brasil e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) – este já aplicado a cada dois anos desde 1990 e que avalia alunos da 4ª e da 8ª séries do 1º grau e da 3ª série do 2º grau, em Língua Portuguesa e Matemática.

Convergência só em 2095

Evolução da média escolar no Brasil conforme as regiões e a qualidade das escolas segundo o Ideb



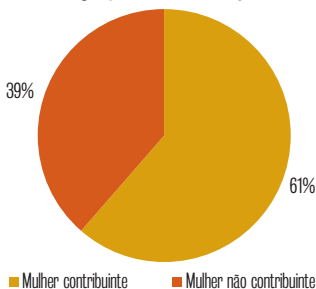
Pesquisa de Emprego

A mulher no mercado de trabalho

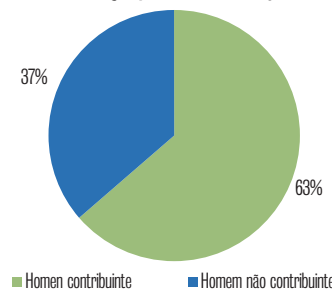
As mulheres já representam 44,4% da População Ocupada (PO), 45,5% da População Economicamente Ativa (PEA), 53,5% da População em Idade Ativa (PIA) e 57,7% da População Desocupada (PD) nas seis regiões metropolitanas brasileiras investigadas pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada em março com dados relativos a janeiro deste ano. A escolaridade feminina é maior – 59,9% registram 11 anos ou mais de estudo, ante 51,9% dos homens. Mas o rendimento das trabalhadoras com nível superior alcança apenas 60% do recebido pelos homens com a mesma escolaridade. Entre as trabalhadoras, 37,8% têm carteira assinada e entre os homens, 48,6%. A taxa de desocupação das mulheres em janeiro foi de 10,1% e a dos homens, 6,2%. O rendimento médio das mulheres foi de R\$ 956,80, e o dos homens, de R\$ 1.342,70, correspondendo às mulheres 71,3% do rendimento masculino. A região metropolitana de Belo Horizonte apresenta a maior diferença, com as mulheres recebendo apenas 65,2% do rendimento dos homens. Esses dados são de um estudo especial da PME sobre a mulher no mercado de trabalho.

População ocupada e contribuição para Previdência

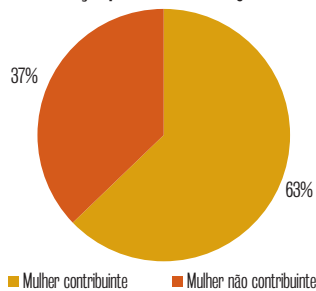
Mulher - contribuição para Previdência - janeiro/2003



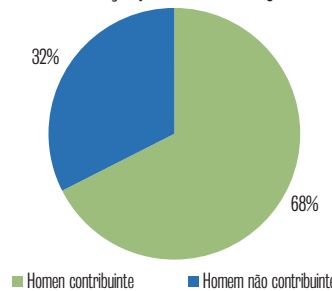
Homem - contribuição para Previdência - janeiro/2003



Mulher - contribuição para Previdência - janeiro/2008

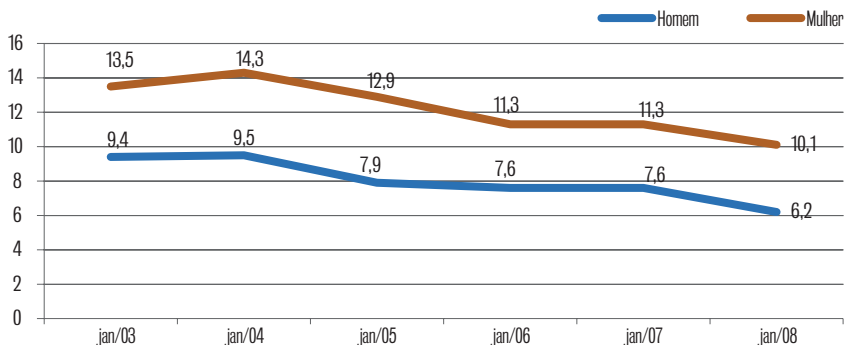


Homem - contribuição para Previdência - janeiro/2008



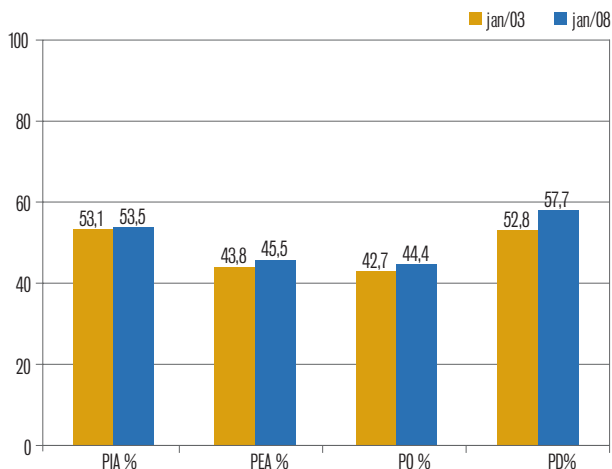
FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego

Evolução da taxa de desocupação (%)

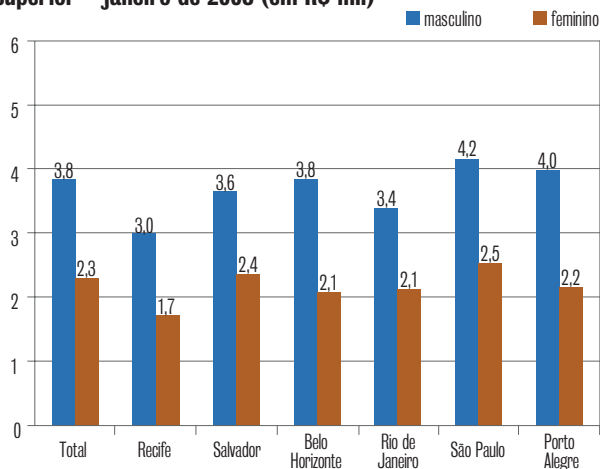


FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego

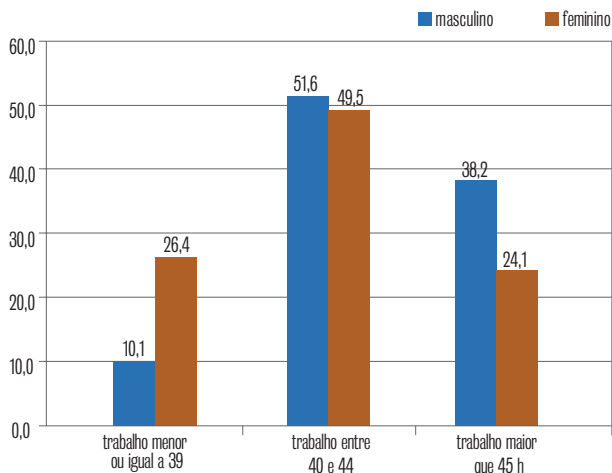
Mulheres – estimativas da população



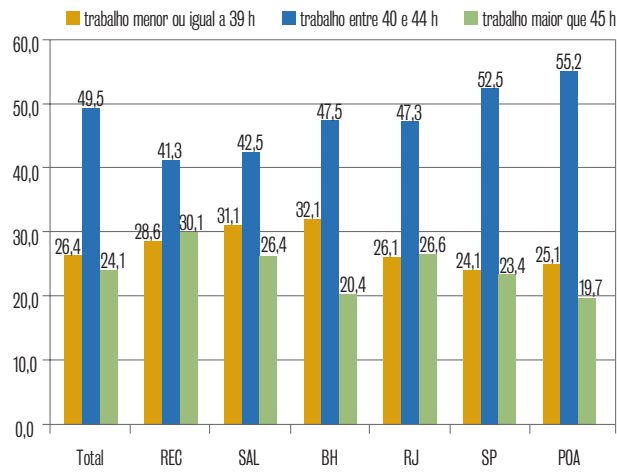
Rendimento médio habitual da população ocupada com nível superior – janeiro de 2008 (em R\$ mil)



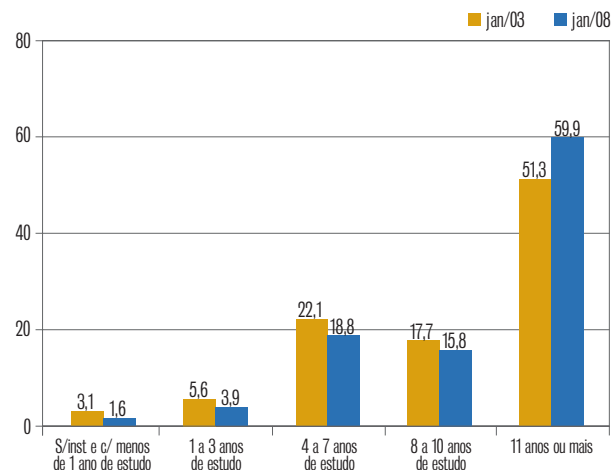
Percentual da população ocupada por faixa de horas trabalhadas semanais – janeiro 2008



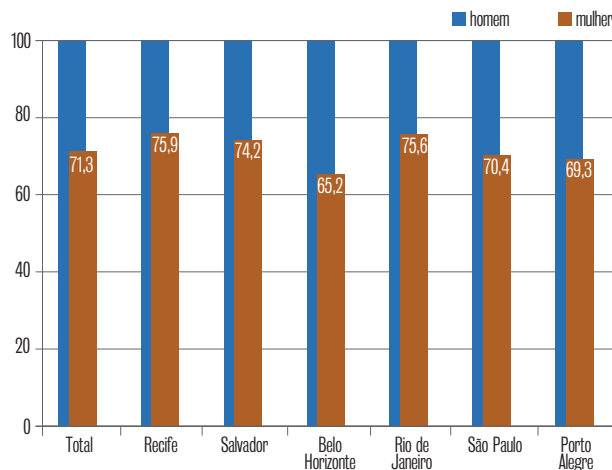
Percentual da população feminina ocupada por faixa de horas trabalhadas – janeiro 2008



Distribuição da população ocupada feminina segundo anos de estudo nos meses de janeiro de 2003 e 2008 (%)



Percentual do rendimento da mulher em comparação ao rendimento do homem – Janeiro /2008



A correspondência para a redação deve ser enviada para desafios@ipea.gov.br ou para SBS Quadra 01 - Edifício BNDES - Sala 1515 - CEP: 70076-900 - Brasília - DF



Parabéns pela reportagem sobre Segurança na última edição da revista **Desafios do Desenvolvimento**. Com um texto de fácil entendimento e que dá vontade de ler, pude tomar conhecimento de informações que não conseguia captar na leitura de jornais e nos noticiários do rádio e da televisão sobre um assunto que está tão presente no nosso dia-a-dia.

Manoela Venturini
Rio de Janeiro/RJ

Por que será que a mídia procura ignorar as ações beneméritas da Igreja Católica? Os serviços e pastorais organizados pela Igreja são postos de lado como se nunca houvessem existido. Geralmente as notícias são mantidas e levadas a público de forma a desmerecer todo o trabalho pastoral. Ora, há exemplos tão claros e evidentes da preocupação da Igreja Católica com o bem-estar social de todos, basta prestarmos mais atenção e ver as casas no Bairro Azul. Em 1957, um grande incêndio causou muita destruição por toda a favela e foi um padre, e não um político, que arregaçou as mangas e decidiu reconstruir nova-

mente o então Morro Azul. Foi o Padre Paulo Riou. Ele e a irmã Henriqueta Assunção desejavam construir uma creche para abrigar crianças de quatro meses a quatro anos. Atualmente a creche tem 75 alunos, doze professoras, duas psicólogas e uma assistente social. Todos que ali trabalham recebem salários. Há também duas pediatras que fazem trabalho voluntário. Alguns anos atrás, em campanha política, o prefeito César Maia espantou-se ao ver o Bairro Azul, pois com certeza não esperava, ao entrar naquela comunidade, encontrar casas bem construídas, a creche, capela e a visível organização. Ficou admirado e parecia duvidar que tudo aquilo houvesse sido feito por uma igreja. Há muitos anos, a catequese foi implantada no bairro Azul. Uma obra social como esta dispensa qualquer atributo, pois está visível aos olhos mais descrentes. Nas obras sociais da nossa paróquia não existe a vaidade, existem, sim, a solidariedade e a humanidade de uma congregação francesa voltada para o amor ao próximo.

Celeste Monteiro
Rio de Janeiro/RJ

“A César o que é de César.” Parabéns pela expressiva entrevista do Sr. Delfim Netto, neste momento de falência crítica social e política em nosso país quando o assunto é sincronização política-desenvolvimentista. Considero que o entrevistado transcendeu no tempo e chega até nossos novos tempos com uma nova coerência. Poder era o maior e o menor era a população. O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva inverteu este estilo de tratar o ser humano brasileiro, permi-

tindo que poder vire mesmo governo e população seja prioridade. Volto a louvar a honestidade do entrevistado. Parabéns à revista, parabéns a nós, os leitores, que não morreremos sem ler estas verdades.

Maria de Lourdes Cardoso Lima
Salvador/BA

Ministro a disciplina Fundamentos da Economia, no Curso de Ciências Contábeis, na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campus VI, e utilizo vários artigos da revista publicada por vocês.

Ilcleidene Pereira de Freitas
Sumé/PB

As edições da revista *Desafios* têm sido de enorme valia para minhas aulas de políticas públicas brasileiras na Universidade

Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Maria Cristina Bortolini
Porto Alegre/RS

A práxis do ensino profissionalizante em Santa Catarina sugere uma mudança de paradigmas, diante da nova ordem econômica mundial, e uma metodologia a ser aplicada para adequar o ensino profissionalizante aos padrões de uma sociedade globalizada. As empresas menores constituem a maioria no cenário produtivo, são as que mais empregam, que mais se relacionam com os valores humanos e com as riquezas do nosso país, e precisam que os egressos das escolas de ensino profissionalizante sejam eficientes no cumprimento das suas tarefas, que o senso de proatividade esteja presente.

José Alberto Zytkeuwisz
Florianópolis/SC

Aos leitores,

Desafios do Desenvolvimento agradece as pautas sugeridas por diversos leitores que escreveram. Todas aquelas que atenderem à linha editorial da revista serão analisadas e apuradas pela equipe de reportagem no devido tempo.



Acesse o conteúdo da revista *Desafios do Desenvolvimento* no endereço:
www.desafios.ipea.gov.br